

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS**

EBBE HUMBERTA FERNANDES LIMA

**NARRATIVAS DE VIDA E FORMAÇÃO DE MULHERES PRIVADAS DE
LIBERDADE NA CADEIA PÚBLICA DE PETROLINA – PE**

JUAZEIRO-BA

2022



EBBE HUMBERTA FERNANDES LIMA

**NARRATIVAS DE VIDA E FORMAÇÃO DE MULHERES PRIVADAS DE
LIBERDADE NA CADEIA PÚBLICA DE PETROLINA – PE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Humanas, Campus III, Universidade do Estado da Bahia, para obtenção do grau de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de pesquisa: Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Edonilce da Rocha Barros.

Co-Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo Souza Rios.

JUAZEIRO-BA
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação(CIP)
por Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

L732n

Lima, Ebbe Humberta Fernandes

Narrativas de vida e formação de mulheres privadas de liberdade na Cadeia Pública de Petrolina- PE / Ebbe Humberta Fernandes Lima. Juazeiro-BA, 2022.

138 fls.: il.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Edonilce da Rocha Barros.

Coorientador (a): Prof. Dr. Pedro Paulo Souza Rios. Inclui Referências.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia.

Departamento de Ciências Humanas DCH-III. Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, Campus III. 2022.

1. Narrativas pessoais de presas. 2. Encarceramento feminino. 3. Sistema Prisional. 4. Gênero e Feminismo. 5. Mulher encarcerada. 6. Cadeia Pública de Petrolina- PE. 7. Processos formativos. I. Barros, Edonilce da Rocha. II. Rios, Pedro Paulo Souza. III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas DCH-III. IV. Título.

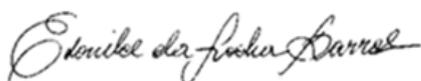
CDD: 365.43

FOLHA DE APROVAÇÃO

"NARRATIVAS DE VIDA E FORMAÇÃO DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NACADEIA PÚBLICA DE PETROLINA-PE"

EBBE HUMBERTA FERNANDES LIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, em 22 de julho de 2022, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:



Professora Dra. EDONILCE DA ROCHA
BARROS (Orientadora) Universidade do Estado
da Bahia – UNEB
Doutorado em Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC



Professor Dr. PEDRO PAULO SOUZA RIOS
(Coorientador) Universidade do Estado da
Bahia – UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal de Sergipe – UFS



Professora Dra. CARLA CONCEIÇÃO DA SILVA PAIVA
(Examinadora Interna) Universidade do Estado da Bahia –
UNEB
Doutorado em Multimeios
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp



Professor Dr. ALFRANCIO FERREIRA DIAS
(Examinador Externo) Universidade Federal de
Sergipe – UFS
Doutorado em Sociologia
Universidade Federal de Sergipe – UFS

À todas as pessoas do universo feminino
que vivenciaram, de alguma forma, a
privação de liberdade.

AGRADECIMENTOS

A minha família pelo apoio e pelas vivências compartilhadas. Em especial às mulheres como a minha avó Maria Cacilda (*in memoria*), a minha mãe Dalva e minha irmã Erika que são fontes de inspiração para minhas trajetórias de vida e formação.

Ao meu marido Bruno Abreu por toda a afetividade e partilhar de vida, bem como o apoio no decorrer dessa escrita caótica e prazerosa. Gratidão também aos/as meus/as amigos/as que, longe ou perto, estiveram presentes nas minhas memórias, inspirações e carinhos.

À Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF pelas trocas e aprendizagens vividas no meu processo formativo no curso de Ciências Sociais. Vivência que provocou rupturas fundantes com paradigmas opressões e me inspirou a lutar por outras formas de ver e viver o mundo. Lutas travadas ao lado dos companheiros e das companheiras através do Partido Unidade Popular e pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, gratidão pelo acolhimento e aprendizagem.

À Universidade do Estado da Bahia – UNEB, por meio do Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, pela oportunidade de, em coletividade, desenvolver essa pesquisa e os conhecimentos partilhados tão desafiantes frente à Pandemia da Covid-19.

À professora doutora Edonilce da Rocha Barros que se disponibilizou a ser minha orientadora e a me guiar nessa trajetória acadêmica tão desafiadora. Gratidão também ao meu co-orientador, o professor doutor Paulo Pedro Souza Rios, Campus VII, Senhor do Bonfim, que abriu espaço na sua agenda e sua casa para me ajudar a contar essas histórias de vida e formação.

À coordenação da Cadeia Pública de Petrolina que sempre se colocou aberta e compreensiva ao desenvolvimento dessa pesquisa com organização e diálogo.

De maneira especial agradeço às mulheres privadas de liberdade que compartilharam comigo suas histórias de vida e formação por meio das memórias, acontecimentos e saudades. Sem elas não seria possível às subjetividades e concretudes existentes nessa dissertação e que se revelaram também na pesquisadora.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de pesquisa concedida durante a realização do mestrado.

RESUMO

Poucos são os estudos em torno do sistema prisional feminino na perspectiva de gênero e do acesso à educação. Partindo desse pressuposto, a presente dissertação propõe-se a compreender as trajetórias de vida e os processos formativos, formais ou não formais, das mulheres privadas de liberdade na Cadeia Pública de Petrolina-PE. A discussão teórica fundamenta-se nas contribuições dos estudos feministas e estudos de gênero que, a partir de uma perspectiva interseccional, tratam sobre as categorias de gênero, raça, classe e sexualidade e os mecanismos de opressão por meio do racismo e do sexismo em espaços prisionais. Suscitando o debate traz também os enfrentamentos vivenciados por elas sobre seus processos formativos dentro e fora do espaço prisional. A abordagem qualitativa desta pesquisa toma como base as narrativas (auto)biográficas como método e instrumento de investigação, uma vez que evidencia as subjetividades e as concretudes das histórias de vida e formação das mulheres privadas de liberdade. As cartas (auto)biográficas, entrevistas narrativas (auto)biográficas e a observação direta foram as principais técnicas utilizadas na coleta de dados. Seis mulheres da Cadeia Pública de Petrolina-PE participaram diretamente da pesquisa. Os resultados demonstram que as opressões de gênero vivenciadas pelas mulheres privadas de liberdade ocorrem em todas as esferas sociais, sendo estas perpetuadas num espaço constituído pela lógica punitiva e pela vigilância, a cadeia. As reproduções de violências exercidas sobre seus corpos, dentro e fora desse espaço, se entrecruzam com suas relações interpessoais e afetivas. Ao relacionar essas questões aos aspectos educativos, formais e não formais, percebe-se que esses enfrentamentos interferem em suas vidas formativas, dificultando o (re)fazer-se enquanto pessoas autônomas. Sob esse prisma, faz-se necessário compreender e refletir sobre as formas de violências de gênero perpetuadas pelos agentes da lei sobre essas mulheres que reforçam o racismo e o sexismo. A partir dos achados desta pesquisa, fica em evidência que é preciso propor outras formas de fazer justiça social e de mecanismos de combate à violência contra as mulheres, tanto pelas vias da lei, quanto pela educação. As quais se entrecruzem com o reconhecimento das diferenças de gênero e sociais. E assim, alcancemos políticas públicas educacionais transgressoras que de fato, possibilitem a prática da liberdade.

Palavras-chave: Sistema Prisional; Gênero; Interseccionalidade; Educação.

ABSTRACT

There are few studies on the female prison system from the perspective of gender and access to education. Based on this assumption, the present dissertation proposes to understand the life trajectories and formative processes, formal or non-formal, of women deprived of their liberty in the Public Prison of Petrolina-PE. The theoretical discussion is based on the contributions of feminist studies and gender studies that, from an intersectional perspective, deal with the categories of gender, race, class and sexuality and the mechanisms of oppression through racism and sexism in spaces prisoners. Raising the debate also brings the confrontations experienced by them about their training processes inside and outside the prison space. The qualitative approach of this research is based on (auto)biographical narratives as a method and instrument of investigation, since it highlights the subjectivities and concreteness of the life stories and education of women deprived of their liberty. (auto)biographical letters, (auto)biographical narrative interviews and direct observation were the main techniques used in data collection. Six women from the Petrolina-PE Public Prison participated directly in the research. The results demonstrate that the gender oppressions experienced by women deprived of their liberty occur in all social spheres, which are perpetuated in a space constituted by punitive logic and surveillance, the jail. The reproductions of violence exercised on their bodies, inside and outside this space, intersect with their interpersonal and affective relationships. When relating these issues to educational aspects, formal and non-formal, it is clear that these confrontations interfere in their formative lives, making it difficult to (re)make themselves as autonomous people. In this light, it is necessary to understand and reflect on the forms of gender violence perpetuated by law enforcement officers on these women who reinforce racism and sexism. From the findings of this research, it is evident that it is necessary to propose other ways of doing social justice and mechanisms to combat violence against women, both through the law and through education. Which intersect with the recognition of gender and social differences. And so, we reach transgressive educational public policies that, in fact, enable the practice of freedom.

Keywords: Prison System; Gender; Intersectionality; Education

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------------|---|
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| CNJ | Conselho Nacional de Justiça |
| CNP | Censo Penitenciário Nacional |
| CNCP | Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária |
| DEPEN | Departamento Penitenciário Nacional |
| DMDH | Declaração Mundial de Direitos Humanos |
| ECSAB | Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| FACAPE | Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INFOPEN | Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PPGESA | Programa de Pós-graduação em Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos |
| SAB | Semiárido Brasileiro |
| SERES | Secretaria Executiva de Ressocialização |
| SJDH | Secretaria de Justiça e Direitos Humanos |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UNEB | Universidade do Estado da Bahia |
| UNIVASF | Universidade Federal do Vale do São Francisco |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|-----------|
| 1 | “ELA É TÃO LIVRE QUE UM DIA SERÁ PRESA”: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS..... | 11 |
| 2 | “DESATANDO OS NÓS”: NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS – DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA..... | 26 |
| 2.1 | OS TRAÇOS INICIAIS..... | 26 |
| 2.2 | “E EU NÃO SOU UMA MULHER? OLHEM PRA MIM!”..... | 30 |
| 2.3 | “ECO DA VIDA-LIBERDADE”: NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS..... | 33 |
| 2.4 | NARRATIVAS: TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS..... | 38 |
| 2.4.1 | Cartas (auto) biográficas: Escritas de si..... | 38 |
| 2.4.2 | Entrevistas (auto) biográficas: Narrativas de si..... | 43 |
| 2.4.3 | Observação direta: Olhares múltiplos..... | 45 |
| 2.5 | LÓCUS DA PESQUISA: CADEIA PÚBLICA DE PETROLINA-PE..... | 47 |
| 2.6 | AS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE..... | 53 |
| 3 | “VOCÊ NÃO TEM IDEIA DE COMO É VIVER AQUI”: (SOBRE)VIVÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS EM SISTEMAS PRISIONAIS FEMININOS..... | 59 |
| 3.1 | “ESTOU PRIVADA DE MINHA LIBERDADE”: A PERDA DE LIBERDADE E AS MORTIFICAÇÕES DO EU NA VIDA DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE..... | 59 |
| 3.1.1 | “Aqui são dias de luta e dias de glória, tô esperando os dia de glória”: Relações de poder e as normalizações dos corpos femininos..... | 65 |
| 3.1.2 | “Eu sei que cometi um crime. Trafiquei? Trafiquei. Mas também sei que não sou das piores”: Criminalidade feminina e os discursos estigmatizantes..... | 71 |
| 4 | “ACHAM A PIOR RAÇA QUE TEM A NEGRA, NÉ? PRA MUITOS: RACISMO E SEXISMO NA VIDA DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE..... | 78 |
| 4.1 | “EU SEMPRE PERDOAVA ELE PORQUE AMAVA ELE”: VIOLÊNCIAS E AFETIVIDADES NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DAS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE..... | 79 |

| | | |
|--------------|---|------------|
| 4.1.1 | “A gente escapole porque nos é osada: Visitas íntimas e as sexualidades de corpos invisibilizados..... | 95 |
| 5 | “TENHO FORMAÇÃO NÃO, MULHER. TENHO FORMAÇÃO NÃO”: EDUCAÇÃO E OS PROCESSOS FORMATIVOS DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE POR MEIO DA EDUCAÇÃO PRISIONAL..... | 100 |
| 5.1 | “AQUI DENTRO TIVE A OPORTUNIDADE DE ESTUDO MAIS NÃO CONSEGUI ESTUDA: AS (IM) POSSIBILIDADES DE UMA FORMAÇÃO VOLTADA PARA A LIBERDADE NA EDUCAÇÃO PRISIONAL | 100 |
| 5.1.1 | Interseccionalidade e a Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido – ECSAB: Ausências e possibilidades de formação para mulheres privadas de liberdade..... | 108 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 112 |
| | REFERÊNCIAS..... | 117 |
| | APÊNDICES..... | 131 |

1 “ELA É TÃO LIVRE QUE UM DIA SERÁ PRESA”: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Ela é tão livre que um dia será presa.

- Presa por quê?

- Por excesso de liberdade.

- Mas essa liberdade é inocente?

- É. Até mesmo ingênua.

- Então por que a prisão?

- Porque a liberdade ofende.

Clarice Lispector

A liberdade, com origem no latim *libertas*, é uma condição daquela/e que é livre, que possui capacidade de agir por si só, é independente e exerce autonomia. No entanto, quando nós mulheres exercemos essa liberdade, conforme o poema acima, trazemos à tona as vivências e os sentimentos compartilhados por boa parte do universo feminino, bem como os enfrentamentos na perspectiva de gênero e suas intersecções na sociedade. Pois nos deparamos com normativas sociais e os procedimentos comportamentais racionalizados e desumanizantes fazendo-nos compreender que ter liberdade não é uma condição humana, mas um privilégio. E ao exercê-la nos tornamos uma ofensa, um perigo.

A partir dessa compreensão e das perspectivas interseccionais acerca da liberdade e das questões de gênero torna-se ainda mais evidente que essas imposições oprimem, ferem e direcionam os privilégios a pessoas ou grupos específicos. Por exemplo, lembro-me do sentimento de raiva ser algo frequente em boa parte da minha vida, e muitas vezes referente às privações de liberdade¹ que me deteriorava e me colocava num lugar de solidão. Privações ligadas a opressões, silenciamentos, o direito de ir e vir, dentre outras situações que não foram percebidas naquele momento, mas que causaram danos profundos.

Foram questões pessoais que precisei percebê-las para transformá-las. O sentimento de raiva se tornou força. Sobre isso Audre Lorde (2013), salienta que a raiva

¹ Para os Direitos Humanos, a privação de liberdade está ligada a violação do direito de ir e vir, algo legitimado ao Estado em casos de crimes e infrações das leis. No entanto, eu uso o termo para me referir as privações vividas no âmbito das relações sociais e afetivas, na violação do ir e vir da mente, dos sonhos, dos desejos, das ações e das subjetividades, algo que não deixa de ser uma violação de direitos e de gênero.

gera medo e silêncio, não ensina nada. E a partir dessa compreensão tornou-se possível criar estratégias de resistências e tal sentimento passou a ser energia motriz. Em decorrência disso, aponto dois momentos marcantes: o primeiro é a minha formação acadêmica no curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Vale do São Francisco, sertão baiano. Foi um espaço que proporcionou conhecimentos sobre outros/novos paradigmas acerca das formações das sociedades relacionando a aspectos invisibilizados como a práxis social, as desigualdades de gênero e os enfrentamentos políticos, bem como causou profundas rupturas sobre as minhas percepções em relação a questões familiares, religiosas e afetivas.

Foi de fato uma formação para além da educação formal, me levando a espaços de militância como a participação no Partido Unidade Popular e Movimento de Mulheres Olga Benário. São vivências que têm feito parte das minhas relações mais atuais, pois, por um bom tempo, fiquei atrelada a produções acadêmicas me mantendo, de certa forma, em zona de conforto. No entanto, em decorrência dos acontecimentos dos últimos cinco anos em todas as esferas políticas do país e minha participação em uma pesquisa em sistemas prisionais reconheci a importância da práxis enquanto mulher sertaneja, feminista, pesquisadora e docente para além do espaço acadêmico e dos processos educativos formais.

Ao participar como bolsista de um projeto de pesquisa² na Cadeia Pública De Petrolina-PE³ e no Conjunto Penal de Juazeiro-BA conheci de perto realidades de mulheres privadas de liberdade e seus enfrentamentos em sistemas prisionais. Desde o século XIX, o Submédio São Francisco, no Semiárido brasileiro, é conhecido pela produção da *Cannabis* e, conforme afirma Pernambucano (1937), nessa época o plantio era predominantemente realizado pelas mulheres. Por isso o enfoque da pesquisa estava voltado para compreender, a partir da perspectiva de gênero, a dinâmica da participação

² Título Mulheres envolvidas com o tráfico de drogas e cultivos ilegais: Um estudo em sete cidades dos Sertões da Bahia e de Pernambuco. Parceria entre a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF-BA) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG). Financiada pelo Conselho Nacional em Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). 2017-2019.

³ A Cadeia Pública de Petrolina, no estado de Pernambuco, é um sistema prisional feminino. Portanto, voltado, exclusivamente, à reclusão de mulheres.

feminina em atividades ilegais como tráfico de drogas e plantio da *Cannabis*⁴ no Vale do São Francisco.

No decorrer dos processos das entrevistas as mulheres compartilharam suas trajetórias de vida sobre a participação na atividade ilegal até o encarceramento. Essa experiência aprofundou inquietações, não apenas sobre as problemáticas acerca do espaço em si, mas de tudo que gira em torno de suas vidas, fora e dentro daquele local. A privação de liberdade foi algo que me impactou de imediato, pois conforme afirma Erving Goffman (1987) a mortificação⁵ do “eu” se inicia na barreira entre a pessoa e o mundo externo. Algo que despertou memórias sobre as opressões que vivemos enquanto “ser mulher”⁶ e os imaginários acerca de como seria uma vida em um contexto que te aprisiona da mente ao corpo, adotando múltiplas dimensões de poder. E quando elas trazem suas histórias, as violências se concretizam, o verbo se faz corpo, um corpo textual impresso de pobreza, racismo⁷, sexismo⁸ e abandono social. Contudo, elas resistem, “sim, elas estão vivas”, elas se adaptam e buscam formas de (sobre) viver ante as adversidades.

Apesar do projeto não ter entrecruzado com os processos educativos, o acesso à educação e a vida formativa delas, essas temáticas me instigaram bastante. Acredito que muito em decorrência do que compreendo acerca da relevância da ação formadora via os processos educativos formais e não formais e do que podem proporcionar as pessoas. Primeiramente por ter percebido essa força transformadora na minha vida, reconheço que a educação ainda é um privilégio na nossa sociedade e que por essa questão pude adentrar no ensino superior. No entanto, não posso deixar de ressaltar as lutas ante as conquistas de termos escolas e universidades no Semiárido e como isso transcendeu a vida sertaneja. Não no sentido da modernização, mas de visibilidade e reconhecimento das potencialidades da região. Se hoje tenho nível superior e sou mestranda em um programa de pós-graduação foi por conta de conquistas como estas.

⁴ Cannabis é um gênero de angiospermas, popularmente conhecida como planta da maconha. Tendo também grande potencial para fins medicinais.

⁵ O autor apresenta os mecanismos de poder por meio dos processos de mortificações do “eu” indivíduo.

⁶ O ser mulher parte da perspectiva enquanto sujeita que vivencia aspectos de opressão tramados contra o universo feminino tanto na perspectiva materialista quanto na subjetiva, compreendendo essas violências num espectro interseccional.

⁷ É uma forma de discriminação que leva em conta a raça como fundamento de práticas que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2017)

⁸ Atitude de discriminação fundamentada no sexo ou gênero (DICIONÁRIO ONLINE, 2022)

E em complemento a isso, temos também as produções científicas e não científicas que proporcionam conhecimento, formação, valorização das subjetividades e autonomia. Para Paulo Freire (2020) a educação tem que assegurar o livre pensar e a crítica social na prática, valorizando a razão de ser de cada um/a que possibilite produção de saberes. Nesse sentido, bell hooks⁹ (2017) acentua que a educação, além de prática de liberdade e do pensamento crítico, deve ser voltada para a luta antirracista e antissexista.

Quando estava iniciando meu contato na condição de pesquisadora no sistema prisional foi possível perceber os desafios acerca de garantias desses serviços básicos e educativos, pois na prática nem todos os sistemas cumprem suas funções penais. Sendo o Conjunto Penal de Juazeiro-BA, conforme os provimentos da Corregedoria Geral de Justiça nº 03/2016, destinado ao recolhimento de pessoas de ambos os sexos, condenadas em regime fechado e semiaberto, bem como pessoas em regimes provisórios, seguindo as normativas vigentes. Esse espaço oferta as vestimentas, a alimentação, acesso à saúde e escolas, porém, em condições precárias e inferiorizantes, principalmente para as mulheres.

E quando segue o formato do estabelecimento de uma cadeia, as precariedades estruturais na oferta desses serviços são ainda mais perceptíveis. Conforme afirma Ricardo Gama (1997), as cadeias, em sua maioria, são estabelecimentos destinados ao recolhimento de pessoas em cárcere provisórios. Entretanto, a maioria delas, permanecem ali até o cumprimento da pena total ou parte dela, estimada em uma média de dois a sete anos. E a realidade da Cadeia Pública de Petrolina-PE não diverge desse contexto, necessitando muitas vezes de doações para cumprir as demandas em relação às vestimentas e produtos de higiene pessoal.

Diante dessa realidade, coloquei-me, a pensar na desigualdade de gênero em espaços prisionais femininos como uma discussão fundante para refletir sobre as possibilidades de uma formação do ser/saber que seja capaz de romper os paradigmas subalternizantes. E o que suscitou tais pensamentos perpassa pela importância de assegurar equidade de gênero a todas essas mulheres. No entanto, para iniciar tal feito

⁹ Sobre o nome de bell hooks ser empregado em letra minúscula é uma prática que surge a partir da postura da própria autora que criou esse nome em homenagem à sua avó. E o emprega também como um posicionamento político que busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, dando enfoque ao seu trabalho e não à sua pessoa. Por isso respeitamos a escolha da autora

foi preciso fazer reformas pessoais do meu lugar de fala enquanto mulher, feminista, pesquisadora e docente.

Essa mudança pessoal surge da compreensão de que há uma cegueira entre as mulheres brancas, mesmo aquelas de classes mais baixas. Assim, fui percebendo por meio das contribuições do feminismo crítico e pós-críticos, principalmente do feminismo negro, que em alguns momentos meus olhos estiveram vendados e minha escrita mergulhada nos discursos hegemônicos racionalistas, conforme discutirei no próximo capítulo.

Ainda é necessário seguir nesse percurso da (des) (re) construção para não corroborar com as opressões entre nós mesmas, compreendendo que a linguagem age diretamente na manutenção de poder, sendo urgente a descolonização do conhecimento e do fim das hierarquias de gênero frente às intersecções com as outras categorias como raça, classe e sexualidade. Para que a autoanálise se tornasse efetiva e produtiva busquei nas leituras do feminismo negro autoras como Angela Davis, Lélia Gonzalez, Carla Akotirene e bell hooks que me permitissem o prazer e a dor da (des) (re) construção. Um processo contínuo de ir e vir, desconstruir e reconstruir, que acontecem simultaneamente. Somado a elas, tem a autora Djamila Ribeiro que trouxe intensas movimentações sobre perspectivas epistemológicas científicas e a compreensão sobre o meu lugar de falar social. Assim, buscamos desenvolver uma pesquisa embasada no diálogo entre os diferentes autores/as aqui referenciados, acreditando que as diferenças não devem nos polarizar e, sim nos provocar ao avanço na luta contra as opressões.

De acordo com Djamila Ribeiro (2019), o lugar de fala deve assumir uma postura ética, refletindo sobre o lócus social que ocupamos e como esse lugar impacta na constituição dos lugares de “outros/as”. A partir dessa compreensão, enxerguei e assumi a responsabilidade de dar andamento às questões que vinha pesquisando e militando a partir de uma perspectiva interseccional em relação ao universo feminino. E ao ingressar como aluna ouvinte no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, busquei elaborar um projeto que refletisse acerca das mulheres privadas de liberdade em sistemas prisionais, às questões de gênero e os processos formativos delas.

Ao ser aprovada no Mestrado citado acima, iniciei a construção da pesquisa e as contribuições das leituras e discussões propostas pelo programa. A partir de então, defini como objeto de estudo as trajetórias de vida e de formação de mulheres privadas de liberdade, reclusas na Cadeia Pública de Petrolina-PE. Essa cadeia está situada no território Semiárido do Vale do São Francisco, em uma cidade considerada a quarta maior do interior nordestino, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, 2020). Já existem, ainda que de forma incipiente, pesquisadores/as desenvolvendo estudos em torno do sistema prisional feminino na perspectiva de gênero e no acesso à educação nesses espaços, cujos resultados têm contribuído para a compreensão das ações educativas voltadas para as mulheres privadas de liberdade (FRANÇA, 2014; DIUANA et al, 2017; ONOFRE, 2017; MARTINS, 2017).

Acredito também que esses estudos ganharam fôlego a partir dos fenômenos sociais em torno do encarceramento em massa, especificamente sobre as mulheres. Conforme os dados do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, houve um crescimento de 656% do encarceramento de mulheres nos sistemas prisionais nos últimos vinte anos (BRASIL, 2017). Ainda conforme o DEPEN, em nível nacional, cerca de 37.200 (trinta e sete mil e duzentas) mulheres se encontrava em privação de liberdade até dezembro de 2019, sendo esse número 13% maior que o de vagas disponíveis. Apesar do encarceramento em massa não ser o enfoque desta pesquisa, é um fenômeno que vem sendo percebido e questionado em diversos estudos, algo que trouxe reflexões acerca da violência gerada pela superlotação.

Nesse sentido, para compreender melhor os aspectos históricos sobre as origens dos sistemas prisionais e a sua relação com a punição trazemos o autor Michel Foucault (2014) com a obra “Vigiar e punir” com os aspectos acerca da origem da prisão. A qual dialoga com a violação dos Direitos Humanos em prol do exercício do controle, expondo que a punição foi embasada no aprisionamento de corpos a fim de serem disciplinados e docilizados para o convívio social. Uma “anatomia política”¹⁰ estabelecida como uma mecânica de poder, na qual o domínio do corpo define como as relações sociais devem ser exercidas nos sistemas prisionais. Ao relacionar essas mecânicas de poder sobre os corpos femininos, negros e criminalizados percebemos que os processos de poder desumanizantes são ainda mais profundos e legitimados.

¹⁰ Termo utilizado pelo autor.

Para Silvio Benelli (2014, p.66) em sua obra “A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas” esses processos desumanizantes se legitimam por meio das técnicas da vigilância, da punição sobre as pessoas reclusas em instituições totais e disciplinares, por exemplo do sistema prisional. No capítulo 3 dessa obra, intitulado: “Foucault e a Prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar”, o autor discute a construção da sociedade disciplinar atravessada por um processo sócio-histórico que considera a existência das instituições totalitárias e disciplinares e suas estratégias de controle e vigilância como algo favorável ao desenvolvimento capitalista. Portanto, nas relações de poder, “a disciplina, em seu mecanismo, é um contra direito”.

Percebemos também que há pontos de contato entre as análises foucaultianas e as de Erving Goffman (1987) em *Manicômios, Prisões e Conventos* na qual ressalta que para além dos mecanismos de poder e vigilância nas instituições totais e disciplinares, as privações vivenciadas pelas pessoas reclusas nos espaços prisionais afetam diretamente o “eu” de cada um/a por meio de mortificações legitimadas. Ou seja, são práticas que deterioram as identidades sociais dos indivíduos no âmbito pessoal e coletivo. Em *Estigma* (2004), o autor explica que essa deteriorização, enquanto ação social atribui ao “outro/a” uma conotação depreciativa, estigmatizante, gerando exclusão, preconceito e sofrimento. Durante as visitas realizadas nos espaços prisionais, pude perceber, em alguns momentos, certos discursos e ações de inferiorização vivenciadas pelas mulheres nas relações interpessoais.

Ao rever as anotações do *Diário de Campo* (2018), foi possível relembrar um momento como esse no Conjunto Penal de Juazeiro. Quando estava fazendo um levantamento dos nomes das mulheres que gostariam de participar das entrevistas, uma delas alegou inocência, afirmando que “não era criminosa, era apenas usuária”. Imediatamente em tom sarcástico, a agente penitenciária disse: “aqui todo mundo é inocente, tá presa porque não fez nada. Aqui ninguém faz nada”. Ali se concretizava o estigma atribuído àquela mulher, o da impossibilidade de ser inocente, de ser honesta. Não era um discurso apenas de uma agente em exercício para o cumprimento da lei, mas de uma mulher, cidadã, negra e assalariada que, consciente ou não, reforçava os processos inferiorizantes. Essa questão de ser inocente ressurge no desenvolvimento desta pesquisa.

Por isso compreendemos que o sistema prisional em relação às questões de gênero e suas intersecções acarretam enfrentamentos ainda mais complexos. Ao pesquisar mais sobre o surgimento dos primeiros sistemas prisionais femininos, me deparei com os aspectos moral e religioso que visavam à restauração de meninas e mulheres que apresentassem qualquer tipo de comportamento dito impróprio a sua condição feminina, como por exemplo, a prática de delitos como furtos e “vadiagem”¹¹. No trabalho de Jahyra dos Santos e Ivanna dos Santos (2014) intitulado “Prisões: um aporte sobre a origem do encarceramento feminino no Brasil” as autoras apresentam um percurso histórico sobre o surgimento das prisões femininas no mundo e no Brasil, ressaltando a perspectiva de gênero e a gestão do espaço pelas religiosas.

Ante as condições de opressão e disciplinarização dos corpos, as mulheres privadas de liberdade acabam sendo submetidas a um Estado Penal patriarcal e racista que justifica seu poderio nas brechas da lei e no falso moralismo. Fortalecendo, inclusive, um discurso de exclusão social por meio dos cerceamentos dos direitos básicos no sistema prisional. No trabalho das autoras Vilma Diuana, Marilena Corrêa e Miriam Ventura (2017) chamado “Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade”, elas evidenciam a ação penal sobre as mulheres-mães e as muitas formas que seus direitos são violados na condição maternal em um sistema punitivo. Uma realidade, que conforme afirmam as autoras, podem expor os filhos/as/es dessas mulheres a sofrimentos psíquicos e sociais, devido a forma como ocorrem as rupturas dos vínculos afetivos.

Para a autora Marlene França (2014) em seu artigo “Criminalidade e prisão feminina: uma análise de gênero” discute sobre a criminalidade feminina e questões de gênero nos espaços prisionais. No entanto, reconhece a incipiência de estudos científicos comprometidos com gênero enquanto objeto de estudo que reflitam a forma como as mulheres privadas de liberdade são tratadas pelas Políticas Públicas. Invisibilizadas essas mulheres lidam com a perda de direitos, com as péssimas condições do espaço prisional e com os abismos no processo de ressocialização.

¹¹ No contexto penal brasileiro de 1980 e, posteriormente a lei de Contravenções penais de 1942, a vadiagem era considerada crime. Era atribuído a quem vivia à ociosidade, sendo isso válido para o trabalho, ausência de renda que assegurassem os meios de subsistência ou de prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita. Apenas em 2012 essa lei passa a ser descriminalizada.

Nessa perspectiva, da violação de direitos, temos também a obra “Ó Pa í, prezada! Racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas”, de Carla Akotirene (2020) que aprofunda as discussões em torno de gênero e raça numa perspectiva interseccional. Expondo o racismo e o sexismo institucional do Conjunto Penal Feminino de Salvador-BA. Nesta pesquisa, a autora ressalta os desafios no cumprimento da legislação e na garantia dos direitos existentes no documento “Regras Mínimas de Tratamento de Mulheres Presas¹²” (ONU, 2010) colocando em evidência as tecnologias de poder do sistema prisional exercido pela via de gênero e raça sobre as mulheres negras. Bem como o fracasso institucional do Conjunto Penal nos processos de ressocialização, haja vista, que esse espaço não se propõe a combater o racismo e o sexismo.

Ao ouvir as participantes da pesquisa acerca da violência, percebemos que ela se estabelece como um mecanismo de poder frequente e multidimensional na sua execução. Elas davam exemplo de violências psicológicas por meio de assédios e até mesmo em troca de medicamentos, caso a pessoa apresentasse bom comportamento. Bem como violências físicas, algo que fere os direitos humanos no âmbito institucional, social e de gênero. E o que é importante ressaltar é que esses tipos de violências se fazem presentes antes mesmo da entrada no sistema prisional. São histórias de violências psicológicas e físicas em todos os cenários de suas vidas.

Portanto, ficou evidente que mesmo existindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1949), a Constituição Federal Brasileira (1988) e as “Regras mínimas de Tratamento de Mulheres Presas” (ONU, 2010), existe violação de direitos na vida de mulheres privadas de liberdade em sistemas prisionais. Na perspectiva da garantia de acesso a educação o autor Timothy Ireland (2011), em “Educação nas prisões no Brasil: direitos, contradições e desafios” afirma a carência de Projeto Político Pedagógico na Educação de Jovens e Adultos - EJA, tanto como modalidade de ensino, quanto na oferta desta nos espaços prisionais.

¹² Em 2010 o Brasil participava na Organização das Nações Unidas (ONU) de uma assembleia geral sobre a aprovação das Regras Mínimas para Tratamento de Presas, no qual se buscava contribuir com normas jurídicas específicas para as mulheres privadas de liberdade. Tais critérios foram acrescentados ao documento das Regras Mínimas para tratamento de Pessoas Presas (Regras de Nelson Mandela) vigente desde 1957.

Já a autora Elenice Onofre (2011, p. 241), no trabalho intitulado: “A Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade”, traz reflexões acerca da formação humana como centro do processo educativo e a aprendizagem como processo de construção da cidadania. Evidenciando os desafios da “educação emancipadora em um espaço marcado pela cultura da opressão e repleto de contradições: isola-se para (re) socializar, pune-se para reeducar”.

Pensar em ressocialização de pessoas privadas de liberdade em sistemas prisionais que tem sua base na punição dos corpos torna-se inconcebível ao desenvolvimento de processos formativos. As autoras Maria de Souza, Eunice Nonato e Maria Fonseca (2020, p.6), em “Cenários da Educação de mulheres Jovens e Adultas em situação de privação de liberdade no contexto brasileiro”, ressaltam as singularidades sobre a condição feminina, as persistentes desigualdades de gênero e os reflexos disso nas dificuldades em promover políticas públicas que garantam as mulheres acesso à educação em um sistema prisional. Em concordância com as autoras, afirmo a necessidade de pensar em processos que proporcionem visibilidade a essas mulheres e considere, conforme afirmam as autoras; “as tramas nas quais as desigualdades de gênero se entrelaçam e que as acompanham na situação e nas condições do aprisionamento”.

Refletir acerca das possibilidades de visibilidade às mulheres privadas em sistema prisional e garantir-lhes educação é algo fundamental para a construção da autonomia. Para Paulo Freire (2020) em “Pedagogia da Autonomia” a educação deve proporcionar consciência nos sujeitos ao ponto de libertá-los das amarras das opressões sociais. É um pensamento que nos faz compreender como, por meio da educação, podemos construir estratégias de resistências diante das opressões e do controle impostos pelo poder autoritário do Estado e das instituições reguladoras.

Na concepção de Igor Savenhago e Wlaumir de Souza (2014), em “Visões sobre Educação: o caso de uma instituição penitenciária do interior paulista”, o aporte teórico de Paulo Freire sobre educação libertária os auxiliou na análise sobre os processos educativos de ressocialização e os saberes ali formados, compartilhados em um sistema prisional feminino. Por meio da análise de cartas, esses autores afirmam que a maioria delas reproduzem os discursos estabelecidos pelo poder e ideologia do sistema, mas que, em contrapartida não estão estáticas, alheias a realidade que lhes cercam. Acredito

que a perspectiva dialógica freiriana pode provocar e proporcionar estratégias de resistências e de ressignificações.

No entanto, mesmo com as significativas constatações e contribuições das pesquisas aqui apresentadas, as abordagens em torno da perspectiva de gênero numa lógica interseccional no sistema prisional feminino e as ações educativas nesse espaço não são significativas para se traçar uma cartografia social das mulheres privadas de liberdade. E quando trazemos um recorte para o território Semiárido Brasileiro - SAB, essa incipiência de estudos se repete. Sendo assim, percebemos a relevância em desenvolver esta pesquisa na qual o problema central foi responder a seguinte questão-problema: Qual/ais as trajetórias de vida e os processos formativos das mulheres privadas de liberdade, na Cadeia Pública de Petrolina – PE?

Ao compartilharem suas trajetórias de vida trouxemos à tona as histórias dessas mulheres, as opressões de gênero e suas intersecções, os discursos estigmatizantes que atravessam as mulheres privadas de liberdade. E em complemento, as reflexões sobre a formação educativa de cada uma delas, seus enfrentamentos e resistências durante esse percurso dentro e fora do sistema prisional. De acordo com Paulo Freire (2005) a formação apresenta-se como possibilidade de romper os paradigmas hegemônicos, valorizando os saberes formais e não formais, a cultura, as identidades sociais, provocando no sujeito, numa perspectiva crítico-libertadora, novas/outras formas de pensar e agir em sociedade. Devido a essa contribuição, optamos por seguir a compreensão sobre os processos formativos num âmbito mais amplo, perpassando pela educação formal e não formal.

O objetivo geral da pesquisa foi: compreender as trajetórias de vida e os processos formativos, formais ou não formais, das mulheres privadas de liberdade, na Cadeia Pública de Petrolina-PE. Para sua operacionalização foram delineados os seguintes objetivos específicos: i) narrar às trajetórias de vida de mulheres privadas de liberdade na cadeia pública de Petrolina-PE; ii) identificar nas trajetórias dessas mulheres, ancorada nos aportes teórico-práticos, as questões de gênero, racismo e sexismo; e iii) escrever as suas percepções acerca de sua condição de mulher privada de liberdade e seus processos formativos.

No que concerne ao percurso metodológico, é uma pesquisa de cunho qualitativo, que dialoga com as perspectivas críticas e pós-críticas e suas discussões em

torno do sistema prisional, gênero e processos formativos. Estando atenta aos requisitos exigidos por tais referenciais na construção desses diálogos e no desenvolvimento do processo epistemológico e metodológico. Adotamos as narrativas (auto)biográficas, tanto quanto método quanto instrumento investigativo, por compreender a relevância que tem nas discussões acerca das complexidades, concretudes e subjetivações presentes nas vidas de mulheres privadas de liberdade em sistemas prisionais.

De acordo com Maria Esteban (2010), além de a narrativa ser capaz de proporcionar visibilidade às mulheres participantes, é fundamental para refletir acerca das excessivas abstrações e à desumanização promulgadas pelo cientificismo positivista nas produções acadêmicas. Partindo dessa perspectiva, entendemos a necessidade de se buscar outros caminhos metodológicos em relação aos processos tradicionais, a fim de constituir outros olhares, novos enfoques e, assim fortalecer a valorização das subjetividades e imaginários sociais de cada uma delas.

As técnicas de coletas de dados utilizadas foram: as cartas (auto)biográficas nas quais trazem escritas sobre si, percorrendo um caminho narrativo sobre os acontecimentos de suas vidas. Esse “mostrar-se” se entrecruza com processos de visibilidade e valorização de seus saberes cotidianos, enxergando-as nas relações de poder entre ser-saber. Para Michel Foucault (1983) a carta se faz por meio da subjetivação do discurso “verdadeiro”¹³ para poder assimilá-lo e elaborá-lo em causa própria. Pois constitui também uma objetivação da alma.

As entrevistas narrativas (auto) biográficas que possibilitam compreender e refletir sobre os aspectos e fatos sociais, as experiências individuais e coletivas e, as subjetividades e “sobretudo, as histórias de vida dentro de um contexto-histórico” (EUGENIO; TRINDADE, 2017, p.121) E, em complementação, a observação direta na qual pude perceber os fatos diretamente, sem intermediações. De acordo Eva Maria Lakatos e Mariana de Andrade Marconi (2001) esse tipo de observação é para além de ver e ouvir, pois procura também examinar os fatos ou os fenômenos estudados. Colaborou para a compreensão de elementos fundamentais sobre as trajetórias das mulheres privadas de liberdade.

¹³ Grifo meu, no sentido de trazer à reflexão sobre o significado do que é verdadeiro e sua representação nas ações sociais.

E para analisar as narrativas (auto) biográficas utilizamos a perspectiva sociológica de Daniel Bertaux (2010, p. 49) que compreende a narrativa de vida como o relato que alguém faz sobre suas experiências e subjetividades de forma espontânea. Trazendo memórias do seu mundo particular e individual e, ao mesmo tempo, os entrecruzamentos entre esses polos que “interdependentes criam, em coexistência, mundos sociais desenvolvendo para si uma cultura própria, um código de linguagens múltiplas, incorporada por seus participantes”.

Para melhor compreensão do problema elucidado, bem como para alcançar os objetivos delineados para a pesquisa, a dissertação foi estruturada em seis partes, sendo esta a primeira parte denominada **“Ela é tão livre que um dia será presa”**: **Aspectos introdutórios** no qual inicialmente trago reflexões e inquietações sobre aspectos da minha trajetória de vida, mas que ao longo do texto vão se entrecruzando com o objeto de estudo, a questão da pesquisa, os objetivos da pesquisa sua relevância em contribuir para a vida e formação de mulheres privadas de liberdade e as descrições dos capítulos dessa dissertação.

A segunda parte, **“Desatando nós”**: **Narrativas (auto)biográficas – Desenho metodológico da pesquisa**. Começo nessa parte partilhando os enfrentamentos e ressignificações que precisei percorrer para desatar os nós encontrados no decorrer da escrita dessa dissertação e pra isso dividimos em cinco seções. Na primeira seção temos a abordagem epistemológica no qual discorro sobre as concepções teórica-analíticas da pesquisa que tratam das opressões de gênero, raça, classe e sexualidade, bem como os mecanismos de poder via o racismo e o sexismo. Ressaltando a importância da educação e dos processos formativos às mulheres privadas de liberdade. Nas quatro seções seguintes apresentamos, respectivamente, as narrativas (auto)biográficas enquanto método e instrumento de investigação, as descrições acerca do lócus da pesquisa, os procedimentos e coletas de dados e, por último, a apresentação das seis (06) participantes da pesquisa.

A terceira parte intitulada **“Você não tem ideia de como é viver aqui”**: **(Sobre)vivências e enfrentamentos em sistemas prisionais femininos**. Trazemos, nesta parte, através das narrativas (auto) biográficas, as concepções e subjetividades de quem vivencia a privação de liberdade e os reflexos dessas privações no cotidiano. Para melhor compreensão dividimos o capítulo em três seções. Na primeira seção temos os

enfrentamentos ante a perda da liberdade e as mortificações do eu acerca desse isolamento, interferindo nas suas relações interpessoais na cadeia. Na segunda seção discutimos sobre as relações de poder e o Estado Penal e suas ações opressoras que agravam essas relações interpessoais, dividem para dominar. Na última seção, apontamos os discursos hegemônicos biologizantes e excludentes direcionados as mulheres ditas criminosas, (re) produzindo estigmas e ampliando a deteriorização da(s) identidade(s) dessas mulheres.

A quarta parte intitulada **“Acham a pior raça que tem a negra, né? Pra muitos”: Racismo e sexismo na vida de mulheres privadas de liberdade**. Nesta parte trazemos, através das análises das narrativas (auto)biográficas, elementos acerca das violências e afetividades vividas por elas dentro e fora da cadeia. Divida em duas seções, temos, na primeira seção um discurso interseccional sobre as desigualdades de gênero e vulnerabilidades sociais que recaem sobre os corpos das mulheres privadas de liberdade. São violências que se retroalimentam nas relações familiares e afetivas, principalmente nas relações com a figura masculina. Versamos por questões fundantes como a feminização da pobreza, lares monoparentais, violências domésticas e as exercidas pelo Estado. Na segunda seção, tratamos das questões do acesso à visita familiar e íntima, sendo a visita íntima a mais negligenciada. Diante disso, relacionamos essa problemática à negação da sexualidade de corpos femininos invisibilizados na sociedade da cadeia.

A quinta parte, **“Aqui dentro tive a oportunidade de estudo mais não consegui estudar”: As (im) possibilidades de uma formação voltada para a liberdade por meio da educação prisional** é dividida em duas seções. Na primeira seção buscamos fundamentar acerca da educação na perspectiva libertadora, na qual a dialogicidade e a ética devem se fazer presentes no construto das práticas pedagógicas e no processo ensino-aprendizagem. No entanto, por meio das narrativas (auto)biográficas, percebemos esvaziamentos e ausências pedagógicas voltadas para a educação das mulheres privadas de liberdade. Na segunda seção, acerca desses esvaziamentos, apontamos que a interseccionalidade e suas contribuições acerca dos entrecruzamentos entre as categorias de gênero, raça, classe e sexualidade pode, em conjunto a Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido - ECSAB,

promover, para além de rupturas hegemônicas, processos formativos transgressores e geradores de visibilidade e autonomia.

Por último, nas **Considerações Finais** trazemos, de forma sucinta, os elementos importantes percebidos ao longo da discussão dessa dissertação, propondo reflexões acerca de problematizar as questões de gênero e suas intersecções, tanto em relação ao sistema prisional quanto as ações educativas e formativas ofertadas neste espaço.

2 DESATANDO OS NÓS: NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS – DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar

Francisco El Hombre

Nesta parte exponho os enfrentamentos e ressignificações que precisei percorrer para desatar os nós encontrados no decorrer da escrita desta dissertação e para isso dividi em cinco seções. Na primeira seção traz a abordagem epistemológica no qual discorre sobre as concepções teórica-analíticas da pesquisa que tratam das opressões de gênero, raça, classe e sexualidade, bem como os mecanismos de poder via o racismo e o sexismo. Ressalta a importância da educação e dos processos formativos às mulheres privadas de liberdade. As quatro seções seguintes apresentam, respectivamente, as narrativas (auto)biográficas enquanto método e instrumento de investigação, as descrições acerca do lócus da pesquisa, os procedimentos de coletas de dados e, por último, a apresentação das seis participantes da pesquisa e um pouco da história de cada uma delas.

2.1 OS TRAÇOS INICIAIS DA PESQUISA

Ao traçar o desenho desta pesquisa, tive que queimar os mapas mentais adquiridos nas vivências acadêmicas, seguindo por novos traços e me reinventando, me ressignificando, conforme o fragmento descrito acima. Ressignificações que perpassam tanto nas questões do “eu”, um processo de reforma pessoal que ocorreu tanto nas questões à cegueira de gênero e suas intersecções, quanto nas questões acerca das produções acadêmicas racionalistas e desumanizantes que, muitas vezes, reproduzimos e reforçamos. Algo que me distanciava do meu objeto de estudo, provocando um destoamento entre a proposta e o percurso.

E para isso caminhamos por teorias críticas e pós-críticas, trazendo as contribuições dos estudos feministas e dos estudos de gênero. Mesmo compreendendo que e os/as teóricos/as desenvolvem seus estudos em diferentes perspectivas analíticas, prezamos pelas possibilidades dialógicas científicas acerca de gênero enquanto construção social e objeto de estudo. E, nesse sentido, buscamos interseccionar gênero com as categorias raça, classe e sexualidade, evidenciando como os mecanismos de poder atuam, pelas vias do racismo e do sexismo, sobre a vida das mulheres privadas de liberdade.

São caminhos que nos levam a romper, em definitivo, com as teorias universalizantes e com a desconstrução e desnaturalização da noção binária entre masculino/feminino e sexo/gênero. Para Guacira Louro (2003, p.21), é fundante observar os sexos para além do que está posto, importa compreender “o que socialmente se construiu sobre os “sexos””. Pois, para que possamos compreender as desigualdades de gênero, é necessário enxergar além das características atreladas ao sexo, é enxergar como essas questões são representadas e constituídas em sociedade.

Ser feminista e fazer parte de um movimento feminista têm sido enriquecedor no sentido de ampliar e aprofundar compreensões em torno de gênero e os entrecruzamentos sociais. No entanto, em decorrência dos diversos processos históricos e políticos me deparei com recuos e contradições dentro do próprio movimento, reconhecendo, inclusive, algumas limitações.

De acordo com Ilze Irzbel (2007) o feminismo é um processo que tem raízes no passado, mas é ao mesmo tempo, ressignificado a cada nova geração de feministas com o intuito de se organizar diante dos desafios, dos avanços e dos recuos, bem como das contradições da própria sociedade. Por conta disso, “muitas autoras não se utilizam mais do termo feminino no singular, mas no plural: feminismos” (COSTA; SARDENBERG, 1994; ALVAREZ, 1998; 2000; CASTRO, 2000).

Diante disso, me debrucei sobre os feminismos, os estudos científicos e movimentos de militância que valorizam as pluralidades e as vivências de cada um/a que se posiciona, a partir do seu lugar de fala, acerca dos atravessamentos de gênero e as rupturas de paradigmas hegemônicos e colonizadores. Nesta pesquisa, relacionamos também aos processos formativos e as ações punitivas dos sistemas prisionais femininos.

Nesta linha de raciocínio, Joan Scott (1989) conceitua gênero como uma categoria analítica e ferramenta política existentes no campo discursivo e histórico nas relações de poder, ponto de partida desta discussão. A autora coloca o debate sobre gênero no campo social ressaltando que é nas relações de poder que se (re)produzem as experiências pessoais e subjetivas, públicas e políticas das mulheres. Conforme afirmam Carla Paiva e Edonilce Barros (2015, p.16) essa perspectiva concebe gênero como um novo campo de pesquisa capaz de redefinir paradigmas, dando visibilidade a grupos oprimidos, “inclusive, que os mesmos analisem o sentido da natureza da sua opressão”.

Esses espaços de debates, as linguagens adotadas e as pautas referentes, por exemplo, aos papéis masculinos e femininos vão sendo ressignificados. Nesse sentido, pudemos refletir sobre os papéis de gênero apresentados e impostos socialmente, os danos sofridos e a urgência em reinventar-se. Compreendendo a lógica patriarcal da opressão masculina, mas também as práticas opressoras que podem ser reproduzidas dentro do próprio universo feminino no campo racial e de classe. Inclusive, percebendo posturas ainda opressoras perpetuadas por mim e sobre mim. Isso é um processo contínuo de (des) (re) construção.

Portanto, Joan Scott (1989) ressalta também que outras categorias precisam estar se relacionando, dialogando com o conceito de gênero como a constituição das identidades e das representações sociais. E é na aproximação entre os Estudos Feministas e os Estudos Culturais, por volta dos anos 80 do século XX e a partir de suas produções, que começamos a compreender os sujeitos como tendo identidades plurais e até mesmo contraditórias. Nesse sentido, Guacira Louro (2003, p. 25) afirma que na perspectiva de gênero enquanto categoria relacional, as identidades dos sujeitos são constituídas de forma que transcendem os meros papéis sociais, “a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o”. Tais como as identidades de gênero constituídas social e historicamente e as identidades sexuais por meio das vivências com a sexualidade.

Os estudos de Judith Butler (2017, p.32-33) trazem contribuições acerca dessas constituições, tecendo críticas ao esquema linear e universalizante como algo que não dá conta das complexidades das relações sociais e de gênero, pois o “gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes”. Na perspectiva da autora, gênero é

uma construção social que vai se constituindo ao longo da vida humana por meio dos processos sociais e identitários e se consolida nos corpos de formas múltiplas, concretas e subjetivas.

E quando esses corpos são considerados pelas normativas sociais “estranhos” ou “gerador de estranheza” é constrangido, mutilado. Para Pedro Paulo Rios (2018), as pessoas homossexuais, lésbicas e “todxs aquelxs”¹⁴ considerados estranhos, passaram a ser tratados de outra forma, sendo necessário expor detalhada e continuamente sua incompatibilidade à norma estabelecida. Essas múltiplas identidades de gênero e sexuais e as subjetividades em torno da estranheza em relação à sexualidade podem surgir nas narrativas das mulheres privadas de liberdade.

Considerando que alguns estudos apontam uma incidência de relações homoafetivas em sistemas prisionais femininos (CESAR, 1996 apud QUEIROZ, 2015). Conforme aponta Nana Queiroz (2016), as relações homoafetivas nesses espaços se constroem sólidas e com laços emocionais intensos, diferentes dos homens que praticam violência para consolidar a relação homossexual.

Outra questão que nos leva a pensar acerca das identidades e os atravessamentos de gênero e suas intersecções em sistemas prisionais femininos são as questões políticas e as opressões discursivas fincadas pelo Norte global de esvaziamentos em relação ao Sul global. Ao refletir sobre a localização socialmente enquanto Sul global, latino-americanas, brasileiras, sertanejas percebemos que em diversos contextos as nossas identidades são deturpadas, processo vigente desde as relações de poder Norte-Sul e a colonização, “as identidades são criadas dentro da lógica colonial” (ALCOFF, 2016, p.59).

Uma lógica colonial que silencia os sujeitos envolvidos nesse processo e que, conseqüentemente, inferioriza a cultura e os saberes produzidos por eles. Para Gayatri Spivak (2010) é um sistema de poder que inviabiliza, impede e invalida os saberes produzidos pelos grupos sociais que foram subalternizados em territórios colonizados. A autora nos ensina que grupos subalternizados não têm direito de fala em decorrência dos processos desumanizantes que vivenciaram e vivenciam como, por exemplo, as mulheres demarcadas pela questão racial, pela classe e por serem do Sul Global.

¹⁴ Escrita adotada pelo autor.

Portanto, compreendo que essas questões alcançam também as mulheres privadas de liberdade, pois vivenciam os esvaziamentos identitários da localização suleir e a permanência das ações coloniais via o sistema prisional. E que apesar das tentativas constantes de silenciamentos que desautorizam as narrativas históricas e políticas, as mulheres seguem resistindo e construindo outros/novos saberes em prol da equidade de gênero e da urgência da descolonização do ser/saber.

2.2 “E EU NÃO SOU UMA MULHER?” OLHEM PRA MIM!

Ante as urgências da equidade outras convergências foram sendo aprofundadas acerca do conceito de gênero e as lutas em torno da valorização do ser/saber suleador como raça, classe, sexualidade, dentre outros. Essas discussões vêm proporcionando um salto de reflexão teórica sobre “os padrões de entrelaçamento das múltiplas formas de dominação presentes na sociedade” (BIROLI; MIGUEL, 2015, p.30), bem como desta pesquisa.

Nesse momento compartilhamos as contribuições dos estudos feministas de autoras negras que fazem parte tanto do meu percurso pessoal quanto do científico. Ao ler pela primeira vez o discurso de Sojourner Truth (1851) intitulado “E eu não sou uma mulher?”, reconheci os dilemas existentes no feminismo hegemônico¹⁵, as problemáticas sobre a universalização da categoria mulher e a categoria de raça subalternizada nas práticas educativas e produções formais e não-formais.

Apesar de já ter lido outras referências acerca dessas temáticas nada foi tão avassalador quanto ler a Sojourner Truth exercendo seu direito de lugar de fala. Provocando reflexões acerca da perspectiva histórica, racial e política em sociedade. E posteriormente, seus efeitos e desconstruções nas produções de escritas formais e não-formais. Busquei então, enegrecer as leituras por meio de teóricas do feminismo negro e me colocar de forma mais atenta, num lugar de escuta nos eventos e rodas de conversas dirigidas por mulheres negras.

Em decorrência do aprofundamento dos estudos feministas anglo-saxões em relação às convergências entre as categorias de gênero, raça e classe passei a me

¹⁵ Compreende-se como um movimento representado por mulheres brancas e liberais, existente desde o século XIX. No qual as pautas relacionadas às questões éticas, raciais, classistas, sexistas e homofóbicas não são priorizadas.

debruçar sobre produções como as de Angela Davis (2003; 2014) que entre os anos 60/70 do século XX, transcende a predominância da relação gênero e classe dentro do próprio campo marxista. Algo que me despertou bastante interesse, enquanto participante de um movimento feminista-marxista em aprofundar esses diálogos urgentes.

A autora reforça a intersecção entre gênero, raça e punição em sistemas prisionais enquanto instituição colonizadora ligada ao imperialismo e seus efeitos punitivos sobre a vida das mulheres que são reclusas nesses espaços. Trazendo-me para um lugar de compreensão que eu não conseguiria atingir só pelos percursos que tinha realizado até o momento. Neste sentido, Ineildes dos Santos e Eduardo Oliveira (2018) afirmam que as contribuições da autora influenciaram para a construção do conceito de interseccionalidade e para as abordagens que surgiriam posteriormente.

No entanto, foi com a teórica Kimberlé Crenshaw (2002) já no século XXI, que o termo se consolidou para designar os entrecruzamentos dos marcadores sociais de gênero, raça e classe nas relações de poder. Esse conceito busca capturar como as estruturas e as dinâmicas da interação entre os eixos do racismo, patriarcado, opressão de classe e outros se relacionam e reproduzem entre si desigualdades e discriminações. De fato, suas contribuições alcançam questões que ainda são pouco estudadas e desenvolvidas em relação à política da diferença e as questões raciais. Tal feito contribuiu para as análises dos elementos presentes nas narrativas das mulheres privadas de liberdade.

No contexto brasileiro, Lélia Gonzalez (1984; 2020) entre os anos 1960 e 1970 do século XX, contemporânea de Angela Davis, promulgava a dinâmica inovadora na intersecção entre sexo¹⁶, raça e classe, ressaltando a importância da referencialidade e do resgate da história das mulheres africanas e amefricanas nas escritas e nas lutas contra as opressões. Ter acesso ao legado da autora me permitiu compreender as intersecções a partir de um lugar mais próximo, mais contextualizado com os

¹⁶ A autora utilizava o termo sexo para se referir ao que, atualmente, se estabelece como gênero. Como citado anteriormente, a partir dos anos 80 é que as estudiosas feministas brasileiras utilizam o termo “gênero” nas suas produções acadêmicas e movimentos de luta. Não apenas no sentido da escrita, mas perpassando por todos os processos transformadores que a mudança do termo exigiu e ainda exige das mesmas.

enfrentamentos vividos na perspectiva da América Latina como o caráter racial e as mulheres indígenas.

Outras teóricas críticas e pós-críticas brasileiras, não só tiveram acesso a esse legado como vêm dando continuidade a essas concepções, por exemplo, a autora Carla Akotirene (2019, p.19) que percebe a dinâmica interseccional como um instrumento teórico-metodológico capaz de compreender o “racismo estrutural, capitalismo e cisheteropatriarcado”. Bem como a Djamila Ribeiro (2019, p.89) que, ao corroborar com as diferentes estratégias de resistências apresentadas por Lélia Gonzalez e a luta por um feminismo afro-latino-americano, teoriza o conceito de lugar de fala numa perspectiva descolonizadora, “de romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia”. Entendemos que o ser/saber se fortalece quando exercemos nosso lugar de fala, pois é uma importante ferramenta de resistência ante as vozes hegemônicas.

Já bell hooks (2017, p.129) sublinha que para que o movimento feminista avance nessa questão é essencial conhecer “as diferenças e complexidades das nossas experiências” tanto pela via política quanto por meio dos processos educativos formais e não-formais. E ao ter contato com a pedagogia crítica e libertária proposta por Paulo Freire (2020), apresenta uma educação transgressora na qual possibilita reinventar-se, queimando os mapas, traçando novos caminhos e colorindo as cinzas.

Dessa maneira, entendemos que, pelo fato dos pressupostos dos/as teóricos/as críticos/as e pós-críticos/as contextualizados anteriormente, perpassarem por uma perspectiva interseccional, contribuíram para a análise das narrativas das trajetórias de vida e formação de mulheres que vivenciam a privação de liberdade. E assim possibilitam outros caminhos para ressignificar as relações de gênero em prol da equidade e de processos formativos autônomos. “Ao contar uma história, o narrador está se construindo e construindo o mundo à sua volta” (TILIO, 2003, p. 91). Ou seja, ao reconstituir os aspectos das suas trajetórias, narro e escrevo sobre elas e sobre o mundo social.

2.3: “O ECO DA VIDA-LIBERDADE”: NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS

A fala e o ato devem ecoar das vozes das mulheres para que alcancem a liberdade e rompam com os discursos hegemônicos. Assim, apreendo do poema “Vozes Mulheres” de Conceição Evaristo, no qual ela evidencia o fortalecimento da voz das mulheres negras frente às heranças escravagistas, mas que essa voz também pode ser estendida a todas nós mulheres que, em algum momento da vida, vivenciamos a privação de liberdade.

Falar é muito mais que emitir palavras, é nas relações de poder garantir, afirmar e produzir existências. Conforme ressalta Djamila Ribeiro (2019) é pensar como um lugar capaz de refutar a história tradicional e as hierarquizações dos saberes que se entrecruzam e/ou resultam em hierarquizações de gênero e suas intersecções. Essas produções de saberes podem se estabelecer por meio da própria ciência que, muitas vezes, propagam discursos hegemônicos e excludentes. É uma construção do saber científico que ainda sente os impactos da ciência positivista e seus métodos de pesquisa do século XVIII. No entanto, com as mudanças sobre os pressupostos científicos e as inadequações positivistas em pesquisas sobre os fenômenos sociais, as rupturas com esses paradigmas vem sendo cada vez mais encorajados; “colocando em xeque os princípios da chamada ciência clássica”. (RIOS, 2017, p.41)

Portanto, é no campo das Ciências Humanas e Sociais no século XX, que as perspectivas teóricas e metodológicas vão se consolidando por outros novos caminhos e recuperando a ciência da desumanização do cientificismo positivista. Temos, como exemplo, o uso das narrativas enquanto percurso metodológico e de investigação, que conforme Maria Passeggi *et al* (2016, p.113), trata-se de uma guinada biográfica, principalmente na área da Educação, que percorrer os diversos espaços e as diversas linguagens. “Daí a importância da reflexão sobre os procedimentos utilizados em cada uma das fases da pesquisa: a recolha de narrativas (auto) biográficas (orais, escritas, imagéticas, digitais); a sua textualização; análises e publicação”.

O saber científico e suas produções passam a ser questionados e, posteriormente, a questionar as opressões discursivas existentes na academia e entre os/as intelectuais. A partir dessa perspectiva, compreendemos a relevância em adotar as narrativas como percurso metodológico investigativo, pois as mulheres participantes podem discorrer ou

relatar, de maneira livre, os acontecimentos que consideram mais marcantes na sua trajetória de vida e formação nos diversos contextos de vida, desde a sua infância até a idade adulta. Conforme afirmam os/as autores/as Sandra Jovchelovitch e Martin W. Bauer (2002, p. 91) as narrativas:

[...] são infinitas em sua variedade, e nós as encontramos em todo lugar. Parece existir em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar; contar histórias é uma forma elementar de comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, é uma capacidade universal. Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social.

Assim sendo, no momento em que narramos nossa história expomos nossas experiências e subjetividades. Nesse sentido, Paul Ricoeur (1980) ressalta que é na contação de história que o indivíduo relata um contexto de ações pessoais e experiências de vida. Para Benedito Eugênio e Lucas Trindade (2017, p.122), as narrativas são possibilidades de construir outra lógica tanto em relação ao racionalismo nas produções academicistas, quanto no acesso de informações que “não estariam postas numa situação de pesquisa com instrumentos estruturados”. Assim, temos a oportunidade de adentrar em ambientes pouco acessíveis das mulheres privadas de liberdade e de suas concepções sociais coletivas.

Nessa perspectiva, Arles Nascimento (2020, p.46), afirma que a produção de sentidos presentes nas narrativas desvela-se num “cenário fértil e potente, capaz de despir as burcas que durante séculos encobriram as experiências particulares de participantes de pesquisas científicas”. São sentidos repletos de desejos, experiências, multiculturas que podem vir a transcender as epistemologias dominantes. Pois, conforme afirma Marcos Reigota (2016), se demarca também com um caráter político. Perspectiva essencial a esta pesquisa.

Elas ordenam o que foi e como foi vivido, constrói regras que se relacionam com as memórias, os sentidos do passado e orientam a narradora as suas ações futuras. Ou seja, não é apenas narrar histórias de vida, são interações, relatos, memórias de si, uma natureza social e dialógica. Para Marie-Christine Josso (1991) a abordagem (auto)biográfica é um escrito da própria vida, é uma escrita de investimento pessoal.

De acordo com Maria Passeggi et al (2016), o uso de narrativas (auto)biográficas como método de pesquisa e fonte de investigação baseia-se no pressuposto do reconhecimento da legitimidade das participantes. Ou seja, elas ocupam um lugar de visibilidade por terem espaço para contar suas histórias de vida e formação, historicamente discriminadas. .

São diversos os lugares de fala que existem no universo feminino e para compreendê-los passeamos pela perspectiva interseccional sobre as desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade e das opressões perpetuadas pelo racismo e sexismo. Presentes nas narrativas das mulheres participantes desta pesquisa, que ao falarem evidenciam silenciamentos e subalternizações no sistema prisional e, ao mesmo tempo, mostram o quanto essas questões também nos alcançam. Para Carla Akotirene (2019) interseccionar essas categorias consolida uma pesquisa contra o colonialismo e imperialismo, bem como reforça o coro latino contra os discursos hegemônicos do Norte Global.

São narrativas que também versam pelas trajetórias de formação, pois compreendemos que as subjetividades e memórias ressignificadas, revividas desdobram-se em reflexões e aprendizagens sobre si mesmas. Pois “implica a forte participação do indivíduo que, por sua vez, se compromete com o processo de reflexão, orientado pelo seu interesse, e que o leva a definir e a compreender seu processo de formação” (SANTOS; GARMS, 2014, p.4099).

A palavra formação em seu aspecto semântico, conforme afirma Marie-Christine Josso (2010, p.61) refere-se a duas concepções, ao processo de formação do sujeito e a formação no âmbito educativo. Contudo, nessas concepções percebemos a ambiguidade, pois “à medida que o conceito utilizado não permite distinguir a ação de formar (do ponto de vista do formador, da pedagogia utilizada e de quem aprende) da ação de formar-se”. Baseando-se nas considerações da autora, interessa a esta pesquisa compreender também os processos formativos apresentados nas narrativas das participantes advindas dos espaços formais e/ou não formais.

Nesse sentido, de acordo com Pedro Reis (2012), podemos ressaltar que as narrativas (auto)biográficas tem um potencial investigativo e formativo. Ao construir as narrativas, essas mulheres contam sobre si, refletem e ressignificam suas experiências, (re) produzem conhecimentos praticando a dupla ação de formar e formar-se, “colocar o

sujeito na posição de protagonista de sua formação e do processo de investigação” (SANTOS; GARMS, 2014, p.4105).

Essa percepção em relação às narrativas na perspectiva (auto)biográfica podem vir a colaborar com a educação em sistemas prisionais femininos, trazendo novas/outras dimensões. Conforme ressaltam Pedro Paulo Rios e Alfrancio Dias (2017), narrar a própria história de vida, suas subjetividades e potencialidades podem ser instrumentos permanentes de formação, pois, juntamente com a educação, possibilitam processos de autotransformação provocando novas formas de viver no mundo.

Ao exercitarmos, metodologicamente, a valorização da fala e o fortalecimento das memórias e subjetividades, estamos colaborando com a dimensão política e os significados dos discursos de cada uma delas, transformando e reescrevendo a história. Para Elsa Lencher (2006, p.182), o processo de narrativa (auto)biográfica é um caminho de transformação. Ele transforma o sujeito e tem consequências no ambiente que o rodeia, pois é:

Lugar de transformação, de compreensão para se compreender diferentemente. A pessoa conta-se e o verbo faz-se corpo. Na escrita fazemos viver o nosso corpo. Acompanhamos um processo vital e observamos a nossa própria evolução. Habitamos a nossa fala e essa fala move-nos e faz mover os outros quando o que dizemos os toca ou sensibiliza. No fundo, trata-se de uma metodologia que permite pôr no mundo o mundo que desejamos e vislumbramos.

Nessa perspectiva transformadora, as narrativas (auto)biográficas, sejam elas orais ou escritas, tornam-se um recurso educativo, se constituindo como instrumento cultural com “grande potencial de organização do pensamento e da realidade na estruturação de aprendizagens” (SANTOS; GARMS, 2014, p.4100). Pois, geralmente, esses relatos são atravessados por vivências, tensões reais e imaginárias, tramas que promovem reflexões sobre as complexidades da vida individual e coletiva e os enfrentamentos diante das realidades em um sistema prisional.

Nos procedimentos metodológicos, traçamos linhas de condução, ou seja, três técnicas de pesquisa que nos ajudasse a compreender as trajetórias de vida e os processos de formação das mulheres privadas de liberdade. São elas: as cartas (auto)biográficas, as entrevistas narrativas (auto)biográficas e a observação direta.

Consideramos que para dar conta da proposta da pesquisa a abordagem será do tipo qualitativa. Uma importante escolha, pois compreende a totalidade dos fenômenos

sociais e de gênero sem deixar de enfatizar as subjetividades como meio de interpretar as experiências. De acordo com Martin W. Bauer e George Gaskell (2008), a abordagem qualitativa segue uma perspectiva de querer entender os diferentes ambientes sociais, tipificando estratos sociais e funções, ou combinações deles, juntamente com representações específicas.

Diante dessa complexidade, optamos por analisar os escritos das cartas e das entrevistas orais (auto)biográficas a partir de uma análise interpretativa, considerando que as experiências e/ou (sobre)vivências das autoras são os centros das narrativas. Conforme Eva Lakatos e Mariana Marconi (2001, p. 23), analisar exige a decomposição de um todo em suas partes para facilitar sua interpretação, porém sem deixar de relacionar as ideias e as subjetividades expostas.

Por isso partimos dos pressupostos da análise interpretativa do francês Daniel Bertaux (2010, p.49), um dos principais autores que contribuí para o método narrativo na Sociologia. Seus pressupostos afirmam que, pelo fato da narrativa de vida ser um relato que a pessoa faz sobre sua experiência de vida, cabe ao/ a pesquisador (a) assumir uma postura ética e dialógica, na qual ofereça acolhimento e uma escuta comprometida, resultando em trocas enriquecedoras. “Você encorajará o entrevistado a contar sua vida. Você o estimulará a se apropriar da entrevista, mostrando seu interesse por tudo que ele diz”.

Diante disso, foi necessário, enquanto pesquisadora, estabelecer vínculos com as participantes para que partilhassem suas histórias de vida. Conforme orienta Daniel Bertaux (2010, p.78):

Diga primeiramente quem é você (“eu trabalho em uma dissertação de mestrado, em uma tese, em um livro sobre...”): mencione o objeto social em termos familiares, deixando de lado o vocabulário propriamente sociológico, e introduza o verbo “contar” ou um equivalente (por exemplo, “alguém me disse que você teria coisas interessantes para me contar”).

Somado a isso buscamos também considerar as características linguísticas como entonação da voz e os silêncios que são as palavras que não se fizeram verbo, mas

podem ser transformadas em narrativas do não dito¹⁷. De acordo com Daniel Bertaux (2010, p. 85) não é incomum que elas se esquivem ou se resguardem durante o processo de pesquisa como ocorreu em alguns momentos com as participantes. No entanto, aponta que a saída para tal situação é demonstrar interesse em suas histórias e evidenciá-las como outros percursos de vida, “outros modos de saber e do fazer”.

Algo que assumimos e discutimos no decorrer dos capítulos seguintes. Por meio das categorias que Daniel Bertaux (2010) apresenta como: a) mundos sociais (atividades profissionais), b) situacionais (situações particulares) e as c) trajetórias sociais (histórias de vida, família). As quais se entrecruzam entre si e podem vir a gerar outras ramificações categóricas, como no caso desta pesquisa, com os atravessamentos de gênero e suas intersecções com raça, classe e sexualidade. Bem como os processos formativos que perpassam pela vida delas, seja dentro ou fora do sistema prisional feminino.

Isso ocorre por ser uma perspectiva de análise capaz de dialogar com o olhar interseccional pautando questões invisibilizadas acerca da vida e formação de mulheres privadas de liberdade, rompendo com análises simplistas e, conseqüentemente, excludentes. Podendo trazer reflexões e possibilidades de pensar processo(s) educativo(s) transgressor(es) em relação as epistemologias eurocêtricas.

2.4 NARRATIVAS DE SI: TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

2.4.1 Cartas (auto) biográficas: Escritas de si

A narrativa (auto)biográfica é uma metodologia que tem em si um potencial investigativo e formativo, conforme discutido anteriormente. Diante dessa potencialidade do narrar sobre si escolhemos o recurso de troca de cartas (auto)biográficas como forma de conhecer suas histórias. Compreendendo o que o ato de escrever proporciona a escritora de cartas, partimos de dois pressupostos: primeiro, a visibilidade de quem enuncia as suas subjetividades e emoções, e segundo, as reflexões acerca de suas próprias vivências.

¹⁷ Essa perspectiva será discutida com mais cuidado no ponto 2.2.3 Entrevista Narrativa (auto) biográfica.

Alguns estudos trazem reflexões sobre o desenvolvimento de pesquisas baseadas em correspondência, cartas, principalmente ao se tratar de figuras públicas (SANTIAGO, 2006; KLINGER, 2012). Mas ainda são incipientes em relação ao uso de cartas na perspectiva (auto)biográfica enquanto instrumento para a coleta de dados. Por isso, buscamos também nesta pesquisa, ressaltar a diversidade e a riqueza que esses escritos podem proporcionar tanto ao destinatário quanto a quem escreve. Para Ana Moraes (2006, p.172) as cartas são escritos privativos que passam a ser públicos e trazem revelações acerca das narrativas, das histórias de vida. “A carta é um gênero primário do discurso propício para refletir a individualidade daquele que escreve”.

Quando escrevemos, produzimos um texto que quer dizer ou comunicar algo, construir uma narrativa que, no caso da perspectiva (auto)biográfica, é sobre si mesma e sobre os/as outros/as. Para Josette Jolibert (1994, p. 44), o poder da escrita está atrelado a suas expressividades de sentimentos, sonhos e opiniões, “escrever é uma atitude totalmente pessoal, um processo complexo que articula os aspectos eminentemente pessoais, que são a representação, a memória, a afetividade, o imaginário [...]”.

Entretanto, Maria Passegi (2010, p.104) chama-nos atenção ao constatar a existência da diferenciação entre a espontaneidade desta ação e o ato deliberado de escrever sobre a própria vida, “tanto do ponto de vista da filogênese, quanto da ontogênese”. Compreendo que a diferenciação na espontaneidade da ação de escrever uma narrativa por meio das cartas está, justamente, nas subjetividades que atravessam a (auto)biografia e a forma da sua escrita.

A escrita de si, conforme Michel Foucault (2004), possibilita uma nova forma de ver o que foi visto ou pensado. O autor nos apresenta, inicialmente, as contribuições do filósofo grego Epicteto que associa a escrita à meditação, compreendendo-a como um exercício do pensamento sobre si mesmo, o qual aponta duas maneiras diferentes de exercitar esse pensamento: a forma linear e a outra circular.

A primeira maneira toma uma forma linear, segue da meditação à atividade da escrita, há um “adestramento na situação real e à experiência: trabalho de pensamento, trabalho pela escrita, trabalho na realidade”. Já na circular, “a meditação precede as notas, que permitem a releitura, que, por sua vez, revigora a meditação”. Depreendendo-se da contribuição do filósofo grego, em qual seja o ciclo de exercício em que ela ocorra, afirma que a escrita constitui uma etapa essencial no processo na qual elabora

“os discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais de ação” (FOUCAULT, 2004, p. 147).

Partindo dessa compreensão, o autor traz a escrita para um olhar sobre si, sobre nós mesmos ao discorrer acerca dos *hypomnemata* e da correspondência. Os *hypomnemata* eram cadernos pessoais, agendas, material que representava toda memória registrada pelo indivíduo, possibilitando a leitura e a meditação a respeito das anotações. Já as correspondências eram escritos pessoais destinados às pessoas específicas e com um caráter dialógico, “a escrita de cartas apresenta um caráter dialógico virtual contemplando diversas formas de expressão entre os correspondentes” (NETTO, *et al*, 2011, p.16).

Por isso, abordamos o estímulo das trocas de cartas, um de jogo de narrativas que dialogam entre si e sobre si, provocando-as a dizer. Assim, conseguimos estabelecer uma dinâmica de comunicação entre escrita de si, mas destinada ao outro que também se reconhece naquele corpo textual. Talvez por isto a carta seja um gênero que estabelece elos de encantamentos mágicos e sedutores, podendo entrecruzar relações afetivas e culturais entre as pessoas (MORAES, 2006, p. 173).

Conforme afirma-nos Leonor Arfuch (2010), desde o século XVIII a correspondência tornou-se fundamental ao desenvolvimento das escritas de si, uma vez que é por meio delas que o escritor tem a possibilidade de expor seus sentimentos. É no exercício de escrever sobre si mesmo/a que podemos encontrar autoconhecimento e fazer refletir sobre nossas personalidades e ações enquanto componentes de uma sociedade. Nesse processo a escritora privada de liberdade terá na sua escrita as suas subjetividades e experiências de vida, como afirma Michel Foucault (2004, p. 156):

Escrever é, portanto, ‘se mostrar’, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro. E isso significa que a carta é ao mesmo tempo um olhar que se lança sobre o destinatário (pela missiva que ele recebe, se sente olhado) e uma maneira de se oferecer ao seu olhar através do que lhe é dito sobre si mesmo. [...] A carta que, como exercício, trabalha para a subjetivação do discurso verdadeiro, para sua assimilação e elaboração como ‘bem próprio’, constitui também, e ao mesmo tempo, uma objetivação da alma.

Afinal, esse “se mostrar”, na perspectiva (auto)biográfica, permite o exercício da individualidade por meio das escritas, construindo e constituindo identidade(s). Para

Leonor Arfuch (2010) essa perspectiva é um gênero de ampla multiplicidade formal, pode ser escrita por diversas regras, padrões, caminhos, sem se preocupar com as amarras científicas que tentam enquadrá-las. Nesse sentido, Maria Passeggi (2010), complementa que a (auto)biografia, por essas questões, torna-se instrumento potente para explorar o entrecruzamentos entre linguagem, pensamento e práxis social.

É na exploração desses entrecruzamentos que percebo na linguagem, nos discursos, nas práticas sociais as intersecções de gênero, raça, classe, as sexualidades e os percursos formativos das mulheres privadas de liberdade em sistemas prisionais, considerando seus lugares de fala e suas potencialidades.

Contudo, Leonor Arfuch (2010, p.73) nos alerta que, devido a esses processos subjetivos das escritas das participantes, não se deve exigir um “pacto de verdade” a quem escreve sobre si mesma, o que efetivamente importa é que esses escritos estejam apoiados em vivências reais, “[...] o vaivém da vivência ou da lembrança, o ponto do olhar, o que se deixa na sombra; em última instância, que história alguém conta de si mesmo ou de outro eu”. Corroborando essa ideia, Maria Aragão (1992, s/p) afirma que

Quando lemos uma história de vida, devemos estar sempre conscientes de que o autor nos conta apenas uma parte de sua história, que escolhe os fatos de maneira a nos apresentar uma certa imagem elaborada de si. [...]. A narrativa de vida não se prende à descrição exata dos fatos. Ela obedece, isso sim, à exigência de fidelidade a si mesmo, segundo a ordem dos valores reveladores do sentido de uma vida, na plenitude de sua permanente atualidade.

Em decorrência disso, acreditamos que o acolhimento e o resguardar que a escrita proporciona, mesmo quando são escritas de si, fez com que dentre as 6 participantes da pesquisa, quatro delas optassem pela troca de cartas (auto)biográficas¹⁸, somando um total de 10 cartas (auto)biográficas.

Certamente que na primeira carta¹⁹ compartilhada realizamos algumas perguntas iniciais para auxiliar nesse processo de contação de histórias sendo elas voltadas para uma apresentação pessoal na qual pudessem partilhar sobre a cidade de onde vieram, sobre suas famílias e/ou sobre a vida escolar e, a partir disso, ir possibilitando um

¹⁸ Todo o material necessário à escrita das cartas como papéis, canetas e envelopes foram assegurados pela pesquisadora no decorrer do desenvolvimento das coletas de dados.

¹⁹ Apêndice B.

vaivém de histórias. No entanto, apenas com uma delas foi possível concretizar esse vaivém, no qual trocamos um total de 7 cartas. A cada carta trocada, compartilhávamos histórias de vida e lembranças. Porém, em um dia de visitação, ao procurar pela participante e receber uma nova carta, não a encontrei. A coordenação me informou que havia recebido um alvará de soltura e responderia o processo penal em liberdade. Por razões éticas e de pesquisa, não acessei seu círculo pessoal fora do sistema prisional.

Em relação às outras três cartas recebidas, respectivamente, pelas outras três participantes foram escritas a partir das perguntas iniciais e, após isso, não houve uma continuidade. Entendemos que isso pode ter ocorrido por diversos fatores pessoais, no entanto, apontamos duas que se evidenciaram no decorrer da pesquisa: a) os desafios de escrever sobre si mesma e b) por ter escolhido, naquele momento, escrever apenas uma parte de sua história. Elas têm, antes de tudo, uma fidelidade a si mesma e, a partir disso, delimita o que é possível ser escrito.

Mesmo diante dessas adversidades, as suas narrativas foram enriquecedoras a essa pesquisa. Ao ler suas memórias, intenções e sentimentos, conheci um pouco mais sobre quem elas são e suas trajetórias, contextos de vida que se revelavam a cada carta. Tal leitura possibilitou interpretações e confrontos de ideias. De acordo com Roger Chartier (2001, p. 205), a leitura não é, simplesmente, uma absorção de conteúdos ou o texto um amontoado semântico, “supõe uma multiplicidade de mediações e de intermediários entre as palavras anunciadas e a página impressa”. Ressalta também que as nossas vivências estão imersas em grupos sociais que possuem práticas culturais intensamente compartilhadas e que se fazem presentes nas nossas escritas.

2.4.2 Entrevistas (auto) biográficas: Narrativas de si

A entrevista narrativa (auto) biográfica se caracteriza como uma técnica de pesquisa não estruturada, buscando se aprofundar nas subjetividades e, ao mesmo tempo, em aspectos específicos nas histórias de vida de quem contam que, consecutivamente, se entrecruzam com as histórias de quem a escuta. É um tipo de entrevista que proporciona estímulos e encorajamento às participantes entrevistadas que ao narrar algo sobre suas vidas ressignificam, reconstroem os acontecimentos mais importantes, compartilhando-os por meio da linguagem.

De acordo com Sandra Jovchelovitch e Martim W. Bauer (2002) é fundamental que a linguagem, fator estruturante da realidade, ocorra numa perspectiva livre, sem imposições ou hegemonias, ela deve ser espontânea. Essa compreensão parte do pressuposto de que a linguagem ali utilizada é “uma cosmovisão particular e, portanto, é reveladora do que se quer investigar: o “aqui” e o “agora” da situação em curso” (MUYLAERT et al, 2014, p. 194).

No entanto, por ter uma perspectiva mais espontânea, não significa que não exista uma estrutura na narrativa. Para Sandra Jovchelovitch e Martim W. Bauer (2002) elas seguem uma sequência lógica dada por quem conta à história que apresenta sua experiência pessoal em um ou mais contextos e os acontecimentos e ações que se encerram em um determinado momento da narração. A narração da história “mostra o lugar, o tempo, a motivação e as orientações simbólicas do ator” (SCHÜTZE, 1977, p.154).

Em decorrência disso, podem surgir duas dimensões: a cronológica, que conforme Sandra Jovchelovitch e Martim W. Bauer (2002, p.92) se dá por meio de uma sequência de fatos, acontecimentos e a não cronológica que implica uma dialogicidade entre o todo e as partes que resulta numa sucessão de acontecimentos que denominam de enredo. “O enredo é crucial para a constituição de uma estrutura narrativa. É através do enredo que as unidades individuais, ou pequenas histórias dentro de uma história maior, adquirem sentido numa narrativa”.

Nesta perspectiva, a narrativa tem a construção do sentido em todo o percurso da história. Esse entendimento nos leva a concordar com o autor Georg Lukács (1965) quando discute os contrastes entre a estrutura de uma narrativa e da descrição, afirmando que a narrativa exige uma posição de engajamento pelos/as locutores/as ante a vida, ou seja, encontram-se implicadas numa série de acontecimentos e eventos evocados na história. Porém, a descrição assume uma posição de observação, de desvelamentos dos fatos por si, sem necessariamente provocar entrecruzamentos entre os contextos e os sujeitos envolvidos no discurso da história contada.

Reafirmamos essa diferenciação por conta das subalternizações que as entrevistas narrativas (auto) biográficas ainda enfrentam no universo acadêmico, sendo muitas vezes reduzidas a meras descrições de acontecimentos de vida. Para Fritz Schutze (1977), um dos defensores da narrativa para fins de pesquisa social nos anos

1980, propôs um esquema “autogerador” a fim de auxiliar na compreensão e análise das entrevistas narrativas coletadas. Apresenta três características principais: a) a *textura detalhada* na qual se compreende a transição entre um acontecimento e outro, b) a *fixação da relevância* dos acontecimentos mais importantes selecionados pelas narradoras e c) o *fechamento de Gestalt* que se concretiza na conclusão da narrativa. Tal esquema nos proporciona romper com as técnicas tradicionais como, por exemplo, a entrevista estruturada que segue uma lógica de perguntas e respostas.

Portanto, as entrevistas narrativas (auto) biográficas são técnicas para gerar histórias e podem ser analisadas a partir da captação via gravador e, consecutivamente, o processo de transcrição, como ocorreu nesta pesquisa. Neste processo foram consideradas as características linguísticas e vocais como o tom da voz, as pausas, os choros e silêncio, que são as palavras não verbalizadas, mas que podem ser transformadas em narrativas do não dito; “pois no processo de análise das narrativas explora-se não apenas o que é dito, mas também como é dito” (MUYLAERT et al, 2014, p. 195).

Entre o dito e o não dito existe um universo de experiências forjadas por subjetividades e as relações sociais, cabendo a quem interpreta circular por essas fronteiras do discurso. Nesse momento, conforme Hans-Georg Gadamer (2008, p. 89), o que não foi totalmente dito emerge, aparece o que corresponde à interpretação de si mesmo/a e se concretiza no ato narrativo. É na contação da história oral que as mulheres privadas de liberdade se permitem a desafiar as subjetividades e compartilhar suas experiências ficando a cargo do/a pesquisador (a) contextualizar, social e culturalmente, esses relatos e organizá-la em uma estrutura narrativa a ser analisada.

Assim, as entrevistas narrativas foram realizadas com duas participantes e de forma individual na sala de aula, com o intuito de proporcionar acolhimento e garantir que os dados recolhidos não fossem enviesados por interferências de outras pessoas. Buscamos seguir durante a entrevista a perspectiva que propõe a narratividade como utilizar uma linguagem mais acessível, responsabilidade na escuta e na condução da conversa. Iniciei a condução das entrevistas²⁰ partindo das mesmas questões utilizadas nas cartas, pedindo para se apresentassem e falassem um pouco sobre si e seus familiares. Conforme elas iam compartilhando suas subjetividades e experiências de

²⁰ Optamos por não utilizar um roteiro ou modelo de perguntas.

vida, as perguntas iam surgindo e se entrelaçando aos contextos, as suas memórias. Seguindo a perspectiva dos processos não formais, tentamos alcançar suas trajetórias de vida de forma mais livre e espontânea. Foi bastante desafiador, pois foi a primeira vez que trabalhei com essa metodologia. No entanto, também foi um processo muito enriquecedor e que possibilitou conhecê-las por um patamar mais contextualizado e, assim (re)-(des)-construir algumas visões como, por exemplo, a valorização dos processos educativos não formais.

Assim, pudemos analisar que a entrevista narrativa (auto)biográfica se estabelece enquanto técnica de pesquisa transgressora em relação aos discursos e as pesquisas hegemônicas e, ao mesmo tempo, busca fortalecer saberes e vozes historicamente invisibilizadas. E por ter essa percepção tornou-se uma importante aliada no aprofundamento investigativo acerca das histórias de vida e formação das mulheres privadas de liberdade, potencializando por meio da narração de si o lugar de fala de quem vivencia as vulnerabilidades sociais e de gênero em todos os contextos de vida.

2.4.3 Observação Direta: Olhares múltiplos

A observação é considerada como uma técnica de pesquisa relevante para as diversas ciências, pois é a partir dela que se formula o problema, constroem-se as hipóteses, se realiza as coletas de dados e as análises, ou seja, se faz presente em todo o percurso da pesquisa. Na técnica de observação direta, conforme Eva Lakatos e Marina Marconi (1992), os sentidos são utilizados para captar determinados aspectos da realidade possibilitando ao/a pesquisador/a colocar-se no lugar do outro, não apenas nos sentidos de ver e de ouvir, mas também de examinar, analisar os fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

Maurice Angers (1992, p.131) destaca que a observação direta possui as seguintes características:

Trata-se de uma técnica direta, já que há um contato com informantes. Trata-se, também, de uma observação não dirigida, na medida em que a observação da realidade continua sendo o objetivo final e, habitualmente, o pesquisador não intervém na situação observada.

Para perceber as impressões e fazer os registros acerca do fenômeno observado é fundamental que a interação entre as participantes e o/a pesquisador (a) seja fluída e alinhada ao cotidiano delas. “[...] Implica a atividade de um pesquisador que observa pessoalmente e de maneira prolongada situações e comportamentos pelos quais se interessa, sem reduzir-se a conhecê-los somente por meio das categorias utilizadas por aqueles que vivem essas situações” (CHAPOULIE, 1984, p. 585). Buscamos inicialmente, realizar, do final de setembro ao início de dezembro de 2021²¹, visitas semanais com dias e horários alternados, sendo os encontros na quarta-feira, no período da tarde e sábado no período matinal, para que registrássemos o cotidiano delas por meio de suas atividades rotineiras de trabalho, estudos e atividades domésticas.

No entanto, essas visitas foram sendo adaptadas e reorganizadas conforme necessidade das participantes e orientações da coordenação, somando um total de 10 visitas, conforme consta no cronograma²². Situações como sintomas de resfriado e/ou gripe pelas participantes, exigindo o cumprimento de isolamento, questões interpessoais entre elas e/ou nós quando, em alguns momentos, ouvia a expressão “não quero conversar hoje”. Algo que compreendemos numa perspectiva da narrativa do não dito, do que não é verbalizado, mas que, ao mesmo tempo, se concretiza nas ações e comportamentos. Esse não dizer, dizia muito e sobre muitas coisas. Porém, é importante ressaltar que gerou interferências no processo de visita como, por exemplo, na redução do tempo de permanência da pesquisadora no lócus.

Deparamo-nos também com problemas estruturais decorrentes de chuvas, impossibilitando o acesso ao pátio e/ou as salas de aula e ações internas realizadas pela coordenação como revistas nas celas decorrentes de suspeitas ou denúncias de uso de telefones celulares, impedindo a entrada de terceiros. Mesmo diante de algumas adversidades e enfrentamentos, a observação direta nos permitiu refletir sobre esses acontecimentos e o desenvolvimento das discussões propostas pela pesquisa.

Essas observações também podem ser realizadas, conforme afirma Renata Belei et al, (2008), por meio das mídias como, por exemplo, fotos e vídeos, podendo auxiliar na complementação de dados. No entanto, não utilizamos de tais artifícios por duas questões: primeiro, os processos burocráticos que teríamos que enfrentar para realizar a

²¹ Todas as medidas de segurança contra a contaminação da COVID-19 foram seguidas como, por exemplo, o uso de máscaras e álcool em gel.

²² Apêndice C

captura de imagens ou gravações de vídeos em um sistema prisional e, segundo, para preservar as identidades das participantes. Portanto, optamos pelas consultas documentais, gravação dos áudios das entrevistas e os registros textuais em diário de campo por corroborar que a perspectiva da escrita narrativa também se faz presente nos registros textuais da pesquisadora. Pois se entrecruza na perspectiva de gênero com as histórias de vida e formação das mulheres privadas de liberdade. E, para assegurar a efetividade das técnicas utilizadas nessa pesquisa, contamos com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Bahia – UNEB.

2.5 LÓCUS DA PESQUISA: CADEIA PÚBLICA DE PETROLINA-PE

O lócus dessa pesquisa foi a Cadeia Pública de Petrolina-PE que, até o momento do levantamento de dados, possuía o quantitativo de 37 mulheres em privação de liberdade. A cidade de Petrolina está situada no território Semiárido do Submédio São Francisco e, conforme o IBGE (2021) é considerada a quarta maior cidade do interior nordestino, com uma população estimada em 359.372. Acredita-se que a cidade alcançou esse patamar em decorrência do polo de fruticultura irrigada e dos avanços empresariais/comerciais que atraem investimentos como indústrias e polos educacionais de ensino superior.

Sem deixar de ressaltar também a imagem midiática de uma cidade rica e cheia de oportunidades propagada por meio das mídias hegemônicas regionais, fazendo com que muitos empresários de diferentes estados do Brasil e estrangeiros viessem investir na região e um considerado número de trabalhadores em busca de melhores condições de vida, viessem ofertar sua mão-de-obra.

No entanto, as realidades vividas por parte dos/as petrolinenses perpassam por desigualdades sociais e de gênero, seja no espaço urbano, seja no espaço rural. De acordo com os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD a pobreza e a extrema pobreza atingiram mais de 20% da população petrolinense, sendo 45,73% vulnerável a pobreza, 19,61% pobres e 6,99% em extremamente pobreza (PNUD, 2014). Ou seja, é uma cidade demarcada pela desigualdade que oculta sua face

perversa maquiando as realidades por meio de discursos políticos e midiáticos. Algumas das mulheres reclusas na cadeia são residentes da cidade e advém dessa realidade de vida mais vulnerável em bairros periféricos e nos perímetros rurais. Outras são de distritos e cidades menores dos arredores que por não terem uma instituição penal adequada ao cumprimento das penas transferem as mulheres para a Cadeia Pública de Petrolina, como por exemplo, a cidade de Ouricuri²³.

A Lei de Execução Penal nº 7.210/84, conforme os arts 1º, 10º, 11º e 12º, rege os sistemas prisionais do país assegurando a efetivação da sentença ou decisão criminal, bem como os direitos básicos como acesso a: a) material, consiste na boa alimentação, vestuário e instalações higiênicas; b) saúde, entendido o tratamento médico, farmacêutico e odontológico; c) jurídica, compreende a assistência judiciária gratuita; d) educacional, abrange a formação escolar e profissional; e) social, responsável pelo preparo do preso para o retorno à sociedade; f) religiosa, consiste na participação de atividades religiosas, como missas e cultos; e h) egresso, entendido como a orientação e a instalação do preso no retorno ao meio social.

Na esfera estadual tem-se o Decreto nº 25.287 de 10 de março de 2003 e a Lei Complementar nº 49 de 31 de janeiro de 2003, dentre outros atos normativos que regulamentam a Secretaria Executiva de Ressocialização - SERES, órgão integrante da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH, como a responsável pelo gerenciamento das 21 unidades prisionais e 58 cadeias públicas, dentre elas a Cadeia Pública de Petrolina, que por meio da Lei Estadual 7.699/87 deve assegurar os cumprimentos dos direitos básicos e promover a reintegração social às pessoas privadas de liberdade.

De acordo com Ricardo Gama (1997) as Cadeias Públicas são estabelecimentos destinados ao recolhimento de pessoas em situação de prisões provisórias e deve assegurar os seguintes direitos: a) cela individual com dormitório, sanitário e lavatório; b) salubridade do ambiente; c) área mínima de seis metros quadrados. Porém, na prática a realidade é atravessada por superlotações, precarizações estruturais e a permanência

²³ Situada a 175 km de Petrolina, é uma cidade pertencente ao Semiárido do Vale do São Francisco com uma população estimada em 70.466, conforme afirma o IBGE (2021). Devido sua localização estratégica na região do Araripe (ficando aproximadamente 60 km de todos os municípios da Região), é tida como um polo de desenvolvimento com a presença de várias empresas.

da pessoa reclusa mesmo após a sentença penal. Sendo que, após esse processo penal, a pessoa deveria ser encaminhada a uma penitenciária para cumprir em regime fechado.

De acordo com os dados do Censo Penitenciário Nacional – CPN (2014), a realidade da Cadeia Pública de Petrolina é atravessada por adaptações que a tornam um espaço de permanência e cumprimento de penas, as quais podem chegar até 10 anos em regime fechado. Esse espaço pode receber até 55 mulheres, sendo que 15 vagas devem ser destinadas a reclusões provisórias, 20 vagas a reclusões em regimento fechado para o cumprimento da pena e 20 vagas para o regime semiaberto. Ela é composta por doze celas, tendo em cada uma quatro camas ou “jegues”, como popularmente são chamadas, e um banheiro. O banho de sol ocorre uma vez ao dia das 15 horas às 17 horas.

Estas constatações foram verificadas durante as visitas, programadas junto à coordenação, que ocorreram entre o final do mês de setembro ao início de dezembro de 2021, somando um total de 10 visitas, conforme citado anteriormente. Deparamo-nos com a precarização dos espaços, em decorrência de adaptações estruturais como celas e banheiros pequenos, lentidão dos atendimentos médicos nas unidades básicas de saúde e/ou assegurados apenas por meio de ações de projetos de extensão, como por exemplo, de estudantes de Enfermagem da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. A grande maioria relata dificuldades em relação à assessoria jurídica, seja ela pública ou privada, acerca do andamento dos processos e das penas deferidas. Tivemos conhecimento que existe um projeto de assessoria oferecido por estudantes de curso de Direito da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - FACAPE com o intuito de esclarecer e desafogar essas demandas. Porém durante as visitas não consegui presenciar as ações deste projeto. Ou seja, muita das ações que deveriam ser garantidas via a Lei Penal Federal ou Estadual, ocorrem por meio de projetos de extensão ou sociais propostos pela sociedade civil, algo que evidencia o não cumpre do papel social do poder público.

Somado a isso, ainda nos deparamos com a dificuldade em acessar informações via a página virtual da Secretaria Executiva de Ressocialização - SERES. Ao realizar as buscas nada foi encontrado, nenhum documento ou levantamento que pudesse sinalizar ou apresentar índices ou marcadores sociais acerca do espaço. Nem mesmo o endereço ou telefone para contato. Cheguei a enviar um e-mail no mês de junho de 2021

solicitando informações sobre a cadeia e sobre as mulheres privadas de liberdade, mas até o fechamento dessa escrita não recebi respostas.

A própria Coordenação reconhece que a cadeia apresenta precariedades estruturais, econômicas e educacionais. E, para lidar com essas problemáticas, incentiva as mobilizações propostas pela sociedade civil que organizam doações de produtos de higiene pessoal, vestimentas, materiais escolares, bem como o desenvolvimento de projetos de extensão, sociais e religiosos, conforme citado anteriormente. Quando esses materiais não são doados ou assegurados pelo Estado fica a cargo das famílias e amigos garantirem os mantimentos, levando os produtos de necessidades básicas em dias das visitas familiares e íntimas.

As visitas ocorrem nos finais de semana, sendo o sábado resguardado a visita íntima e o domingo a visita familiar que ocorrem de 9 horas da manhã às 15 horas da tarde. Discorro com mais atenção acerca dessa temática no capítulo 4 desta dissertação. Ante a um contexto de Pandemia de Covid-19 e a suspensão provisória de visitas presenciais, a coordenação autorizou a confecção de uma tabela com nomes e horários diversos com o intuito de garantir, sob a supervisão de agentes penitenciários/as, o contato com entes familiares e amigos por meio de telefonemas e/ou vídeo-chamadas. Diante desse contexto, o Estado Penal entendeu que inserir o recurso tecnológico de vídeo-chamadas seria muito importante para manutenção do contato familiar e afetivo das mulheres privadas de liberdade e aos poucos a coordenação da Cadeia vem se reorganizando frente ao “novo normal”.

Ainda sobre a Pandemia da Covid-19, constatou-se também que as condições de vida das mulheres privadas de liberdade se agravaram ainda mais. Dandara Tinoco (2020) ressalta que as mulheres encontram-se em risco tanto pelas condições inadequadas de infraestrutura e insalubridade quanto pelo agravamento econômico e das desigualdades decorrentes da pandemia. A autora aponta a escassez ao acesso a informações, a ausência de monitoramento no número de casos de Covid-19 e os desafios na implementação das orientações propostas pelo Conselho Nacional de Justiça²⁴; [...] “os efeitos sociais e econômicos da crise são preocupantes. Questões de

²⁴ Diante da crise de saúde pública, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Recomendação n. 62 com o objetivo de apresentar aos tribunais e magistrados medidas preventivas de contaminação pela pandemia da Covid-19 no contexto do sistema prisional. Por exemplo, a prisão domiciliar com monitoramento eletrônico.

gênero, raça e escolaridade colocam essas mulheres nos grupos mais vulneráveis [...]” (TINOCO, 2020, p.3).

Sobre a cadeia de Petrolina-PE não há registros ou informações acerca das condições de vida em relação à Pandemia da COVID-19 no site da Secretaria Executiva de Ressocialização de Pernambuco - SERES. Não há transparência sobre os dados e nem sobre o cumprimento das orientações do Conselho Nacional de Justiça. De acordo com a Coordenação, os atendimentos e as atividades do espaço estão sendo retomadas paulatinamente, pois todas as mulheres privadas haviam recebido a primeira dose e estavam se organizando para ministrar a segunda dose da vacina contra a Covid-19. No entanto, quando questionada sobre os detalhes acerca das vacinações e documentos que comprovassem essas afirmações ou um cronograma de execução de vacinas, não obtivemos respostas.

O que foi de conhecimento de todos é que em julho de 2020, bem no ápice da Pandemia, um blog da cidade²⁵ apresentou uma carta redigida e assinada por boa parte das reclusas na qual denunciavam as péssimas condições sanitárias em relação à prevenção da contaminação, agressões físicas e psicológicas e as péssimas condições alimentares. Na carta afirmavam que “A gestora da unidade já vem de uma longa data obrigando todas a comer comida estragada, como se fossemos porcos” (fragmento da carta).

Ainda conforme a reportagem, a Secretaria Executiva de Ressocialização de Pernambuco – SERES informou que “tomou conhecimento da carta nesta quarta (08.07.2020) e iniciou a apuração da procedência do documento, bem como das denúncias nele contidas, a fim de tomar providências cabíveis”. A SERES informou ainda que a Cadeia Pública de Petrolina não registrou caso positivo para a Covid-19.

Em relação à preparação dos alimentos, por um tempo, se deu de forma coletiva, algumas mulheres reclusas trabalhavam no cozimento dos alimentos e serviam as refeições em horários fixos e comum a todas. Mas devido à precarização dos preparo dos alimentos e conflitos entre elas foi decidido pela coordenação o fechamento desse espaço e o redirecionamento do preparo das refeições para cada cela. No cenário atual, cozinham em um pequeno espaço improvisado ao lado do banheiro com um fogão

²⁵ Reportagem publicada no Blog Waldiney Passos, em julho de 2020.

elétrico de duas bocas, ali produzem suas refeições e dividem entre elas. Algumas compartilham entre as companheiras da mesma cela e outras com companheiras de outras celas.

A aquisição dos alimentos é adquirida, majoritariamente, por meio de um seguro alimentício que cada uma recebe do governo estadual no valor de R\$ 215,00. Elas compartilham uma parte²⁶ desse dinheiro com o objetivo de realizarem as compras que são realizadas por familiares e/ou amigos. E, assim conseguem assegurar suas próprias refeições. Poucas recebem alimentos e materiais de higiene das famílias por terem problemas financeiros, ou morarem em outras cidades e/ ou por abandono social e afetivo.

Na perspectiva educacional, a cadeia assegura o acesso à educação nas salas de aula, por meio da modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos – EJA, embasada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/96. Conforme afirma a Coordenação as práticas educativas são propostas pela Escola Estadual Bento XVI, a qual disponibiliza docentes concursados ou contratados para atuarem nas salas de aula. As aulas vêm sendo retomadas gradativamente para o formato presencial

Inclusive, foi possível acompanhar um dia de aula juntamente com duas alunas. Existem duas salas de aula que, além de serem usadas pelos (as) professores (as), são também disponibilizadas a quem propõem palestras, atividades, projetos de pesquisa ou extensão. São salas de porte pequeno, com uma média de trinta cadeiras, ar-condicionado e uma televisão para atividades áudios visual, porém, estava quebrada.

Para as mulheres privadas de liberdade a cadeia é um lugar de convivências complexas e isso reflete nas relações interpessoais, afetivas e educacionais, conforme tratado nas narrativas no decorrer dos próximos capítulos. Em decorrência da problemática apresentada, compreendemos que ter acesso à educação não é suficiente para assegurar formação ou ressocialização, sendo urgente refletir acerca dos processos educativos formais e não formais em sistema prisional.

Reflexões que, de fato, nos permita discutir numa perspectiva interseccional sobre gênero, raça, classe e sexualidade e como se estabelecem via o racismo e o

²⁶ Algumas delas utilizam uma parte desse valor para assegurar os alimentos e outra parte envia pra seus familiares.

sexismo em uma cadeia. Apresentando possibilidades de saberes, conhecimentos científicos e políticas públicas que, além de assegurar os direitos básicos, promovam equidade de gênero e processos autônomos às mulheres privadas de liberdade.

2.6 AS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

As mulheres privadas de liberdade nos sistemas prisionais são, majoritariamente, jovens, negras, com baixa ou nenhuma escolaridade e atuantes em empregos informais. Sendo, boa parte, mães-solo e responsáveis pelo sustento dos familiares, são os chamados lares monoparentais. (BRASIL, 2017). E com o crescimento da população feminina no sistema prisional, conforme já citado, alguns estudos acadêmicos vêm apontando diversos fatores acerca dessa realidade.

De acordo com Jennifer Schwartz e Darrell Steffensmeier (2004) esses fatores podem ou não coexistir entre si. Seriam eles: as mudanças legislativas e a gestão organizacional do crime associadas a respostas oficiais, políticas criminais mais punitivas sobre os delitos menos graves, a “desigualdade de gênero” e o aumento da marginalização econômica das mulheres, o aumento da desorganização social das comunidades urbanas e as estratégias adaptativas frente ao controle social e a criminalidade, a maior aceitação de mulheres em alguns grupos criminosos, bem como a ocupação delas nos espaços deixados pelo encarceramento da figura masculina, tornando-as alvos dos programas de “prevenção”.

Para Barbara Soares e Iara Ilgenfritz (2002) outro fator que também pode surgir para esse encarceramento tem relação com o desempenho de funções subalternas realizadas pelas mulheres nas atividades ilegais. Principalmente, as incidências relacionadas ao tráfico de drogas que são as mais frequentes entre elas, correspondendo à metade dos casos (BRASIL, 2014). Essas funções ditas subalternas são: “bucha” (pessoa que é presa por estar presente na cena em que são efetuadas outras prisões), “mula” ou “avião” (transportadoras da droga), vapor (que negocia pequenas quantidades no varejo) e “assistente/fogueteira” (auxiliam na vigilância do espaço). Em complementação, para Marcela Guedes (2006) há também uma busca por afirmação de poder, por reconhecimento, inclusão e/ou por visibilidade social por

meio das atividades criminais.

Deparamo-nos, no desenvolvimento desta pesquisa, com a repetição desses marcadores sociais em relação às mulheres privadas de liberdade na Cadeia Pública de Petrolina no estado de Pernambuco. Sendo a maioria de mulheres jovens, negras, de classes pobres, mães-solo, escolaridade incompleta e vivências em trabalhos informais. Mais da metade delas privadas por meio do exercício na atividade ilegal no tráfico de drogas, tanto em atividades de relevância quanto em funções ditas subalternas. Questões discutidas com mais atenção no capítulo quatro.

E para compreendermos essas questões e os processos opressores e de resistências presentes em suas trajetórias de vida e formação, buscamos perceber em suas narrativas entrecruzamentos de (sobre)vivências e subjetividades de vida. Bem como, alinhando-as numa perspectiva interseccional para entender as avenidas estruturais que insistem em colocá-las em contextos vulneráveis e de invisibilidade à seguridade social, principalmente as mulheres negras.

A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, pelo capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões (AKOTIRENE, 2019, p.47)

Partindo dessa compreensão, iniciamos a nossa construção de vínculo com as participantes, convidando-as a assistirem à apresentação do esboço do *corpus* da pesquisa (objetivos e procedimentos metodológicos), na qual realizei por meio de uma roda de conversa intitulada “Equidade de gênero e Sistema prisional: As narrativas (auto) biográficas de mulheres privadas de liberdade na Cadeia Pública de Petrolina-PE”. Trazendo narrativas pessoais, explanações sobre os temas que seriam abordados e abrindo para diálogo, opiniões e troca de saberes. Neste encontro, de um total de 37 reclusas, contamos com a participação de nove mulheres, sendo que seis delas aceitaram contribuir com suas histórias de vida e formação. A partir desse momento recolhi o nome das participantes, expliquei acerca do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE²⁷ e também sobre as técnicas de coleta de dados que seriam

²⁷ Solicitamos as assinaturas nas duas vias, uma que seria anexada aos processos judiciais das participantes e a outra que me seria devolvida. Assegurei sigilo sobre as informações que serviram exclusivamente para fins científicos. Conforme Apêndice A.

utilizadas: as trocas de cartas ou entrevistas narrativas (auto) biográficas. Quatro delas optaram pelas trocas de cartas (auto) biográficas e duas preferiram as entrevistas narrativas (auto) biográficas, conforme já sinalizado.

Inicialmente, buscamos manter que o encontro na cadeia acontecesse toda semana, no qual realizaríamos rodas de conversas a fim de promover certificações para a remissão das penas²⁸ e/ou trocaríamos as cartas. No entanto, na realidade crua do espaço e ante aos enfrentamentos cotidianos nem sempre foi possível. Em alguns momentos encontrávamos mulheres cansadas, adoecidas e (sobre)vivendo as pressões e opressões decorrentes das vigilâncias e isolamentos, conforme discutido nesta dissertação.

Manter uma continuidade nas nossas relações interpessoais foi um grande desafio, pois havia dias que eram mais difíceis do que outros e contar suas histórias se tornava algo doloroso naquele momento. Diante disso, fomos também ressignificando nossas ações epistemológicas e metodológicas preferindo os caminhos não-formais. Procuramos ouvi-las dentro de seus contextos rotineiros como, por exemplo, conversando dentro da cela enquanto tomavam café, ou quando estavam cozinhando e não podiam participar das rodas de conversa, ou até mesmo enquanto lavavam suas roupas. Também quando, nos horários de banho de sol, ficávamos no pátio e compartilhávamos momentos e histórias. Foram caminhos marcados por muitas inconstâncias, mas também por entrecruzamentos de vida, como quando uma delas olhou pra mim e disse “você fala e anda aqui que nem fosse presa. Parece uma presa”.

Ao ouvir essa fala não escondi minha animação, pois compreendendo o quanto é valioso “ser/parecer uma nativa”, “uma presa”. E perguntei o porquê de ela achar isso, o que a fazia pensar assim e compartilhou que me via sempre conversando no pátio, dentro das celas, ouvindo o que elas falavam, algo que despertou sua atenção. Já que, algumas pessoas que realizam atividades ou trabalham no espaço não apresentam essa postura de aproximação, de olhar de perto. Essa percepção me fez refletir sobre a importância da equidade de gênero nas trajetórias de vida e nos processos formativos,

28. Lei 12.433/2011 altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal para instituir a hipótese de remição de pena pelo estudo. Ela determina que os condenados criminalmente em todo o Brasil têm o direito de descontar um dia de pena para cada 12 horas de frequência escolar. De acordo com a lei, a remição de pena pode acontecer com atividades de estudo presenciais ou na modalidade de ensino a distância.

seja no âmbito profissional, seja no âmbito pessoal. Pois resulta em impactos positivos acerca do fortalecimento das pessoas que fazem parte do universo feminino.

Outra ressignificação que optamos foi por criar nomes fictícios para as participantes com o intuito de manter o anonimato. Mesmo compreendendo, a partir da perspectiva interseccional, que é fundamental a visibilidade dessas mulheres e a valorização das suas narrativas, não pudemos negligenciar o fato de que vivenciam o encarceramento em um sistema prisional e que, por algum fato revelado, viessem a sofrer represálias. Por isso, associamos a cada uma delas um nome presente na flora do bioma da Caatinga, representando-as enquanto mulheres que nasceram no Semiárido e enfrentam cotidianamente a aridez das desigualdades de gênero e sociais.

Macambira é a mais jovem dentre as participantes. Mulher negra e tímida vivenciou parte de sua vida na área rural onde foi criada pelos seus avós. Em suas cartas, a avó surge como uma pessoa importante e que gera muita saudade, recorda-se dos bons tempos ao seu lado. Essa é uma realidade muito presente no Semiárido, a história de mulheres como responsáveis pelo sustento e cuidado afetivo dos/as filhos/as e netos/as e tal fato me fez recordar e compartilhar sobre a minha avó que frente às labutas com a casa e com a terra se reinventava no território Semiárido. Ela não tem filhos, mas narrou uma gravidez na adolescência que, por complicações, perdeu o bebê. Mesmo diante desse acontecimento seguiu com seus estudos, porém não conseguiu completar o ensino médio. Afirmou que vinha frequentando a sala de aula dentro da cadeia com esse intuito, mas, por ter recebido alvará de soltura não foi possível aprofundar nossa conversação em relação à vivência escolar naquele espaço.

Flor de Mandacaru é residente de outra cidade e foi transferida após receber a decisão de cumprir prisão provisória. Devido à distância territorial não recebia visita familiar, algo que trazia bastante sofrimento. Conforme compartilhou sobre a saudade que sente de casa, de suas filhas e familiares. Inclusive na sua carta fez questão de colocar o nome de todos os membros de sua família para expressar o tamanho da ausência. Não conseguimos manter uma continuidade na troca de cartas em decorrência da tristeza que vinha sentindo e, conseqüentemente, as mutilações que vinha praticando em seu corpo. Apesar de ser muito vaidosa, gostar de se maquiar e dançar, vê-la bem era uma raridade. Compartilhou que tentou retomar os estudos na cadeia, mas não foi possível.

Malva foi uma das primeiras a querer participar da pesquisa escolhendo as cartas para narrar sua história, afirmou que escrever seria menos doloroso, pois contar o que lhe aconteceu não era fácil. Com um histórico de vida exemplar, conforme compartilhou em seus escritos, lamentava com amargor o motivo que a fez parar ali e o quanto ela desejava voltar no tempo. Cumprindo uma pena estimada em quase trinta anos, se fortalece no apoio familiar já que possui poucas amizades dentro da cadeia, preferindo, inclusive, ficar recolhida em sua cela mesmo nos horários livres. Na, maioria das vezes que fui ao local, ela estava dormindo. Algo que percebi ser uma constante entre as mulheres apenadas, pois, acredito que, por entenderem que o isolamento ainda vai perdurar por muitos anos, preferem se “preservar” ante os enfrentamentos da sociedade da cadeia.

Aroeira, bastante comunicativa, foi a participante mais ativa da pesquisa e que por meio da entrevista narrativa pude conhecer suas histórias. Optou pela oralidade após afirmar que a sua cabeça não funcionava bem naquele espaço e isso dificultava sua escrita. Uma jovem negra e mãe de dois filhos só conseguiu estudar até o ensino fundamental, desde cedo teve que assumir as responsabilidades do sustento da casa e cuidado dos/as filhos/as. Cumprindo prisão provisória pela terceira não esconde suas necessidades e relações de trabalho e afetivas na atividade ilegal.

Coroa de frade também é bem articulada. Com uma vida mais madura e mãe de cinco filhos assumia em suas narrativas uma postura da livre escolha acerca da atividade ilegal que exercia em sua vida cotidiana, a qual recebeu uma pena de mais de dez anos. Compartilhou que poderia ter vivido outra realidade a partir da sua formação profissional, porém, viver perigosamente lhe proporcionava prazer, satisfação. Diante de um diagnóstico de depressão e usos diários de medicações se reerguia todos os dias.

Já a Umburana, com ensino completo e cursos profissionalizantes, cumpre uma pena de mais de dez anos em regime fechado. Tendo pouco mais de cinquenta anos e mãe de uma filha, que segunda ela é muito estudiosa e responsável, afirma que não fez o que a acusam. Essa questão de ser inocente foi algo muito marcante nas suas narrativas conforme discutido na dissertação. Bem como todos esses elementos acerca de gênero, raça, classe e sexualidade e as opressões racistas e sexistas que surgem nas narrativas das participantes.

Em relação às funções ou empregos que tiveram antes de serem privadas de liberdade, conforme observados em suas fichas cadastrais, perpassam por atividades autônomas, rurais como trabalhadora rural ou agricultora e serviços domésticos. Isso nos levou a compreensão que a maioria dessas mulheres atuou/atua em espaços de trabalho mais subalternizados, com baixa remuneração e sem carteira de trabalho assinada, reforçando e gerando vulnerabilidades sociais e de gênero.

3 “VOCÊ NÃO TEM IDEIA DE COMO É VIVER AQUI”: (SOBRE)VIVÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS EM SISTEMAS PRISIONAIS FEMININOS

Não há direito de punir. Há apenas poder de punir. [...]. E não há direito de punir, pois a representação do crime na mente humana é o que há de mais instável e relativo: como julgar que posso punir baseada apenas em que o meu critério de julgamento para tonalizar tal ato como criminoso ou não é superior a todos os outros critérios?

Clarice Lispector

Esta parte da dissertação traz as narrativas (auto) biográficas com as concepções e subjetividades de quem vivencia a privação de liberdade e os reflexos dessas privações no cotidiano. Está dividida em três seções. A primeira seção apresenta os enfrentamentos ante a perda da liberdade e as mortificações do eu acerca desse isolamento, interferindo nas suas relações interpessoais na cadeia. Na segunda seção discute-se sobre as relações de poder, o Estado Penal e suas ações opressoras, as quais agravam essas relações interpessoais. E a última seção que aponta os discursos hegemônicos biologizantes e excludentes direcionados as mulheres ditas criminosas, (re) produzindo estigmas e ampliando a deteriorização de sua(s) identidade(s).

3.1 “ESTOU PRIVADA DE MINHA LIBERDADE”: A PERDA DA LIBERDADE E AS MORTIFICAÇÕES DO EU NA VIDA E FORMAÇÃO DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

As narrativas de mulheres acerca de lutas sociais e do cumprimento dos direitos humanos existem desde o início dos séculos. Sempre acompanhamos os movimentos de contestação e mobilizações ao longo da história, exigindo uma ordem social que promova equidade, justiça social, distribuição de rendas e o fim das hierarquias e do autoritarismo. No entanto, a história da humanidade construiu discursos que centravam o conhecimento e mudanças sociais calcadas na crença das narrativas da superioridade masculina, “a linguagem oral reflete essa discriminação sexista e reforça o modelo linguístico androcêntrico” (TEDESCHI, 2007, p. 330).

É fundamental compreendermos que essa invisibilidade parte, erroneamente, de uma narrativa parcial a qual ignorava a experiência coletiva de mais da metade da humanidade. Um momento de lutas que raramente surge nas discussões históricas é a “caça às bruxas” que aconteceu ainda no período da Idade Média na Europa, um genocídio que durou cerca de duzentos anos.

Conforme argumenta Silvia Federeci (2017, p.293), a “caça às bruxas” foi um dos acontecimentos mais relevantes para o desenvolvimento do sistema capitalista, da formação do proletariado e das lutas dos camponeses e das camponesas. Um fenômeno social que colocava em pauta questões políticas e sociais como religião, sexualidade, direitos reprodutivos e emancipação feminina. Bem como sua relação com os processos de colonização e extermínio das populações do Novo Mundo, as Leis Sangrentas e “de ter chegado ao seu ponto culminante no interregno entre o fim do feudalismo e a “guinada” capitalista”.

No contexto histórico-social do Semiárido nordestino temos a reflexão dessa invisibilidade e silenciamentos nas narrativas de Euclides da Cunha. Importante escritor modernista e autor da obra “Os Sertões” que narra a Guerra de Canudos (1890) com uma literatura que, em vez de ressaltar o protagonismo das mulheres produtoras de histórias e de luta, costumava referir-se a elas de forma estereotipada. As mulheres eram retratadas como repugnantes e as poucas referências feitas por ele, eram voltadas para mostrar a “feitura” e apontar mazelas que carregavam sobre si.

Esses exemplos demonstram a complexidade em torno do falar, do contar, do dizer sobre si das pessoas que fazem parte do universo feminino, algo que também percebemos na vida das mulheres privadas de liberdade desta pesquisa. São silenciamentos que invisibiliza, nega um lugar de fala que priva da liberdade de sermos quem somos e de (re) escrevermos a história. De acordo com a Djamila Ribeiro (2020), para exercer um lugar de fala é necessário compreender também a localização social, de qual lugar na estrutura social a pessoa se propõe a discutir e refletir sobre a sua vida e a do/a outro/a. Construindo assim, um lugar político capaz de romper com o silêncio e com as hierarquias hegemônicas subalternizantes.

Somado a isso, temos a conceituação de gênero em Joan Scott (1989) que, enquanto categoria social e histórica, possibilitou uma perspectiva relacional capaz de compreender as opressões acerca dos papéis sociais e sexuais atribuídos às mulheres e a

supremacia masculina na sociedade. Nessa perspectiva, Carla Akotirene (2019) afirma que essas percepções nos auxiliam a entender as diferentes pautas feministas e compreender as violências legitimadas no cotidiano. Porém, ressalta que essas questões não podem estar desvinculadas das temáticas acerca dos pertencimentos raciais, de ordem afetivo-sexual e classista.

Portanto, analisar as histórias de vida e formação das mulheres privadas de liberdade, tanto pela escrita quanto pela oralidade, exigiu compreensões sensíveis acerca das memórias, dos imaginários sociais, dos saberes e do que era possível ser compartilhado a partir das dores vividas na perspectiva de gênero e suas intersecções.

As vivências de Malva foram às primeiras narrativas (auto) biográficas escritas que recebi via cartas. Quando recolhi sua carta, percebi que aquela escrita não tinha sido fácil para ela, e que provavelmente não haveria outra, me entregava com muito pesar. Ao chegar em casa e ler a carta, me deparei com uma mulher jovem, mas que carregava bastante amargura devido à situação atual, a condição da perda de liberdade.

Então já faz um ano e nove meses que estou privada de minha liberdade presa pelo artigo 157, latrocínio ou roubo seguido de morte, foi algo que inesperadamente, algo sem pensar que destruiu a minha vida. Passar pela audiência de custódia foi como eu tivesse sido condenada toda minha vida, promotores pedindo de 30 a 40 anos, me desesperei cá aos plantos, mas na audiência 10 meses depois do ocorrido veio minha sentença de 23 anos, inicialmente em regime fechado, foi outro choque que tomei [sic] (FRAGMENTO DA CARTA DE MALVA, 2021).

A liberdade é uma condição humana que deve ser assegurada como direito básico a todas as pessoas, porém, ela se concretiza como um privilégio devido aos entrecruzamentos de gênero e suas intersecções, constituindo diversas formas de poder e opressões existentes na sociedade capitalista. Até que ponto nós, pessoas do universo feminino, somos livres?

Na perspectiva do feminismo liberal, a liberdade é compreendida como algo individual que pode ser exercida e assegurada a todos/as de forma semelhante, uma liberdade racionalizada e universal. No entanto, Luciana Oliveira (2020, p.2) destaca que essa concepção de "ser livre" associada a uma qualidade individual e privada remete à ideia de que o espaço, ao qual o sujeito vivência suas relações sociais e

afetivas, é adequado “para fazer o que quiser, sem sofrer a interferência de outros sujeitos, como se fosse o único a ter poder de decisão e controle nessa esfera”.

Essa noção de liberdade perpassa por discursos hegemônicos que reduzem as complexidades das desigualdades e das diferenças presentes na sociedade e/ou numa cadeia a meras ações individuais, “oculta às desigualdades, invisibiliza as dinâmicas sexistas, racistas, classistas e opressoras, que excluem da posição autônoma [...] de sujeito de direitos, tudo o que se relaciona às múltiplas experiências das mulheres” (OLIVEIRA, 2020, p. 3).

Na narrativa de Malva torna-se evidente que as nossas ações não correspondem a simples dinâmicas do agir/fazer, mas são ações que vivenciamos coletivamente. Conforme ela compartilha, foi um acontecimento inesperadamente que não planejou e, em decorrência disso, foi julgada como se toda sua vida fosse reduzida, inferiorizada a uma ação individual. É um tipo de situação que gera sofrimento para a mente e para o corpo que, no caso de Malva, acabam sobrecarregados pela condição de privação de liberdade, da culpa, do arrependimento e do julgamento.

É um processo de mortificação do “eu” que, conforme afirma Erving Goffman (1974, p.41), se inicia com o isolamento nas instituições disciplinares e totais como, por exemplo, na Cadeia. “[...] O indivíduo é despido de seu papel social: na vida externa, civil e cotidiana” e nas instituições totais esses papéis sociais são completamente perturbados, distorcidos e manipulados. Temporariamente, a liberdade passa a ser algo presente apenas nas memórias de uma outra vida, de um/a outro/a eu.

Essas realidades são recorrentes nas narrativas e trajetórias de vida de mulheres privadas de liberdade, sejam pelas tramas de gênero e suas intersecções, sejam pelas trancas²⁹ de um sistema prisional. A culpa é um sentimento que geralmente vem atrelado a uma responsabilização sobre algo ou alguém que, por algum acontecimento, não se concretizou ou trouxe frustrações. Neste sentido, Malva afirma que:

Minha vida na rua era exemplar, pode-se dizer trabalhava todos os dias com minha mãe, vendendo lanches na rua. Já fiz faculdade, tinha uma vida bem ativa na rua, muitas festas, com amigos, bebidas etc, tudo que uma jovem pode curtir (FRAGMENTO DA CARTA DE MALVA, 2021)

²⁹ Termo usado entre as participantes quando se referem ao fechamento do portão ou de suas celas.

É possível perceber um processo de autoafirmação sobre a sua vida exemplar e, ao mesmo tempo, a culpa pelo fato de não ter conseguido cumprir a responsabilidade de mantê-la perante a sua família e a sociedade. Nancy Chodorow (1979, p.81) aponta que a sensação de culpa e responsabilização que muitas mulheres sentem podem vir de “situações que não se originam de suas ações e não têm relação com sua real habilidade em determinar os eventos”. No entanto, esse lugar do “não controle”, do “não saber”, do “não cuidar” é desautorizado a nós mulheres em decorrência dos papéis sociais e de gênero que somos destinadas a cumprir. Um tipo de fantasma que nos assombra e nos corrói por dentro.

E, mesmo que outros agentes sociais e/ou ações de poder interfiram naquela situação, o sentimento de arrependimento recai sobre a ação individual da mulher vista como “degenerada”, “fracassada”. “Se me arrependo? Muito, mas o tempo não volta atrás [...]” (MALVA, 2021). Compreendemos que os discursos hegemônicos constroem essas adjetivações a partir dos imaginários sociais e comportamentais sobre os corpos femininos, legitimando narrativas julgadoras que se estruturam e (re) produzem opressões tanto no âmbito privado quanto no público.

Conforme consta no fragmento já citado da carta de Malva quando diz que: “promotores pedindo de 30 a 40 anos, me desesperei caí aos plantos [sic]”. Neste momento ela narra às investidas de uma promotoria que almejava uma decisão favorável a pena máxima, desconsiderando os contextos. Neste sentido, Carla Akotirene (2019) sublinha que é a jurisprudência procurando colocar o direito penalógico como resposta a todas as mazelas sociais.

Já a carta de Coroa de Frade trouxe narrativas (auto) biográficas surpreendentes e, até mesmo contraditórias, uma difusão entre o real e o imaginário. Desde que conversamos pela primeira vez percebi, por meio da sua postura e da sua fala mais eloquente, uma mulher vivida e com muitas histórias para contar. Seus escritos sobre sua trajetória de vida e formação seguem uma perspectiva que destoa da maior parte das narrativas de suas colegas, a do exercício da liberdade por meio da atividade ilegal.

[...] me envolvi no crime com apenas 14 anos de idade [...] me envolvi no crime por opção, pois tenho formação profissional [sic], sempre trabalhei, porém viver perigosamente sempre me trouxe um prazer que eu nem sei explicar. [...] Porém não sinto arrependimento de nada do que fiz até agora. Ninguém me induziu a nada, tudo que fiz foi por

livre e espontânea vontade. (FRAGMENTO DA CARTA DE COROA DE FRADE, 2021)

Esta fala de Coroa de Frade pode ser apoiada no que afirma Marcela Guedes (2006), que algumas mulheres iniciam as atividades ilegais com o intuito de alcançar reconhecimento, inclusão e visibilidade social por meio da afirmação de poder. Frente a uma vida de exclusões, demarcada pela pobreza, pela questão racial e pela solidão nas suas relações familiares e afetivas e, juntamente a isso, as limitações de novos/outros modos de vida em um Semiárido desigual buscou na atividade do tráfico, conforme afirmam Gilead Tavares e Paulo Rogério Menandro (2004), o prazer na autoridade, a ascensão financeira e de, em alguns casos, a não-subjugação às regras sociais. Um ideal de reafirmação por meio do consumo bastante difundido pelo modelo neoliberal.

No entanto, ao deparar-se com o encarceramento e a (re) produção de violências institucionais, Coroa de frade revive traumas, dores e sofrimentos perpetuados sobre seu corpo feminino. Mecanismos de poder atravessados pelas opressões de gênero e suas interseções com raça, classe e sexualidade que resultam em uma “vida na cadeia” precária que, somada a um diagnóstico de depressão e uso contínuo de medicações, interfere nas suas relações interpessoais e nos seus processos identitários. Certamente que essas dificuldades não a colocam num lugar estático ou de mera sujeição, ela se reinventa, se refaz e assume as rédeas da sua trajetória de vida e formação.

O que queremos destacar é que, em concordância com Carla Akotirene (2020), a(s) violência(s) se faz(em) presente(s) em todos os cenários femininos, até mesmo quando as mulheres privadas de liberdade ocupando posições de poder e/ou de liderança ou negam essas violências. Inclusive, afirmando que esse poder violento se estabelece por meio das punições que visam docilizar, corrigir e subjugar os corpos femininos. Questões perceptíveis nas trajetórias de vida e formação de mulheres em múltiplos aspectos sociais.

3.1.1 “Aqui são dias de luta e dias de glória, tô esperando os dia de glória”: Relações de poder e as normalizações dos corpos femininos

Quando as relações de poder se entrecruzam com o Estado de Direito Penal essas punições se perpetuam na Cadeia Pública Feminina por meio das opressões de gênero e suas intersecções existentes na sociedade. Como afirma Olga Espinoza (2004, p. 89), a prisão, na verdade, “representa uma caricatura da sociedade”, considerando que corresponde a um espaço de reprodução das condições excludentes das mulheres de acordo com as condições por elas vivenciadas no mundo exterior.

De acordo com Jéssica Cury e Mariana Menegaz (2018, p. 2), as primeiras instituições corretivas voltadas para as mulheres eram localizados em conventos, recebendo orientação religiosa das freiras numa perspectiva de reajustá-las a sociedade “a punição servia como forma de normalização dos corpos femininos para que se enquadrassem novamente nos ditames da ordem patriarcal de gênero”.

Só em meados de 1940 é que surgem os primeiros sistemas prisionais femininos nacionais voltados para mulheres. Jéssica Cury e Mariana Menegaz (2018,) afirmam que foi criado em 1937 o primeiro estabelecimento prisional para mulheres, chamado de Reformatório de Mulheres Criminosas e depois, intitulado de Instituto Feminino de Readaptação Social, na cidade de Porto Alegre. Seguido pelo Presídio de Mulheres de São Paulo instituído em 1941, conforme Decreto n. 12.116/41 e a Penitenciária Feminina do Rio de Janeiro em 1942, Decreto 3.971/41 (BRASIL, b/c, 1941).

No entanto, os discursos hegemônicos religiosos ainda são bastante operantes e normalizadores de condutas e comportamentos. Embasado na predominância das ações de igrejas cristãs que usam abertamente moralismos em suas pregações refletindo diretamente nas trajetórias das mulheres em privação de liberdade. Muitas trazem nas suas narrativas as relações com a religião e os sentimentos de fé ao esperar por dias melhores naquele espaço ou na antecipação da sua saída; “tenho fé em Deus que logo irei embora” (MACAMBIRA, 2021). Como se aquele sofrimento vivido já fosse uma resposta do perdão de Deus que logo lhe ajudará a sair dali. Ela complementa que:

Sim, fui batizada nas águas. Meu pensamento sobre religião é que com Deus não se brinca e a religião não importa, para Deus o que importa é você crê nele com todo o coração, ser sincero e amar o

próximo. Às vezes vou para o culto. Mas se um dia eu voltar para Cristo, quero ser fiel a ele, não ser igual a certos tipos de crente. Deus é tudo na minha vida, se não fosse Deus eu já teria desistido, já passei por tantas coisas na vida, mas sempre dobro meus joelhos e oro a Deus agradecendo por tudo [sic] (FRAGMENTO DA CARTA DE MACAMBIRA, 2021)

As problemáticas na narrativa de Macambira não se constituem no seu entendimento sobre a crença e práticas religiosas em si, mas as narrativas que o cristianismo impõe, violentamente, às mulheres. Na maioria das vezes fortalecendo as ações punitivas de repressão, vigilância e encarceramento, tudo isso mediante mecanismos de exercício de poder tanto pelo Estado quanto pela sociedade e a família. Conforme Silvia Federeci (2017, p.86) a mulher que ocupasse uma posição social importante dentro de algum movimento religioso era considerado, pela Igreja Católica da Alta Idade Média, um movimento herético, “a figura do herege se tornou, cada vez mais, a de uma mulher”.

Essas formas de reprimir, vigiar e encarcerar os corpos femininos vão se reinventado por meio das linguagens, das narrativas e das ações de poder de acordo com interesses políticos capitalistas. Neste sentido, Michel Foucault (2014) demarca que, a partir sua compreensão sobre a analítica de poder, essas formas são uma multiplicidade de relações de força que, além de criar amarras, procura reduzir e separar para estabelecer estratégias necessárias e suficientes para sua eficácia.

Em um dos momentos de visita à Cadeia Pública acompanhei uma dessas ações institucionais que violam os direitos humanos e consegue extrapolar a punição máxima pela privação de liberdade, seria a retaliação ou “tranca”. Era uma tarde em um dia de semana e estávamos conversando no pátio por volta das 15 horas, horário destinado ao banho de sol. Ficamos ali por um tempo e percebi uma movimentação diferente. Até que Coroa de Frade compartilhou a informação que uma de suas colegas estava em um dia muito ruim, pois havia saído em regime semiaberto e “quebrou a pulseira”³⁰, ou seja,

³⁰ Conforme a SERES é um dispositivo de transmissão com fecho de bloqueio de utilização única que se prende ao pulso, semelhante a um relógio. Com bateria interna de lítio DC de 7 volts com duração de funcionamento de 18 meses e de armazenamento. Por ter sido projetada na intenção de controle penal quando há violações de conduta a secretaria e a pessoa são avisadas.

rompeu a pulseira eletrônica. Então me aproximei e comecei a conversar com Bromélia³¹ no intuito de entender todo o processo.

Bromélia então iniciou sua narrativa me explicando que havia saído para passar “sete dias na rua”, porém, ao encontrar-se livre decidiu romper a pulseira, não queria mais retornar aquele lugar. No entanto, dias depois se arrependeu e disse que “não tinha paz, ficava toda hora pensando que alguém ia chegar e me pegar”, “fiquei com muito medo e totalmente sem paz”. Perguntei se o medo era da polícia, ela apenas reafirmou que estava com medo e sem paz. E que para reparar toda essa situação pediu ajuda ao pastor, que uma vez por semana realiza culto e/ou curso religioso, para levá-la a cadeia e, assim intercedesse a seu favor. Contudo, mesmo com esse apoio, ela recebeu da coordenação uma punição corretiva a de ser enviada para a “solitária”.

A movimentação entre elas foi intensa, pois conformem compartilharam “nunca é fácil enfrentar a solitária”. Como não tive acesso ao espaço destinado a essa punição, Coroa de Frade narrou os detalhes do lugar e os desafios que enfrentou quando passou pela mesma situação, “é um espaço bem pequeno, você mal consegue se esticar no chão que num tem cama, né? Seu corpo não fica reto, fica no formato de L. Ventilação é só essa aí, essa janela que só tem uns buraquinhos e não tem luz, não tem lâmpada, a pessoa fica o tempo todo no escuro. Ainda tem um banheiro, mas a gente mal consegue usar porque as peças são tudo quebrada”. “Eu, quando eu fui parar aí, que já fui algumas vezes, né? Cê sabe. Eu só conseguia ficar aí dopada, passava todos os dias dopada pra aguentar, é muito quente. Se não eu morreria”.

Perguntei a Coroa de Frade se quando foi para a solitária foi pelo mesmo motivo e disse que “não, foi por algumas confusões que arranjei aqui, mais no início, sabe? Agora já fico mais na minha, mas já teve gente que foi por causa de ter celular. São dez dias e não conta do primeiro não, só do segundo em diante e quando completa esses dias não é garantido sair, às vezes, tiram a pessoa com mais tempo, tiram se quiser. Ninguém tá vendo”.

A partir dessas narrativas é possível compreender que o poder disciplinar legitimado via forças do Estado vai estabelecendo tecnologias punitivas que se revelam em disciplinamento, docilização e expropriação do corpo feminino, ferindo as condições

³¹ Nome fictício dado à mulher privada de liberdade que rompeu a pulseira. No entanto, não faz parte do quadro das participantes desta pesquisa.

humanas possíveis de existência. Conforme afirma Carla Akotirene (2019, p.163) esse processo de isolar pela segunda vez a mulher da sociedade em que vive tem o intuito da incessante vigilância e repressão de corpos suspeitos nesses espaços, “tal segregação no cárcere reflete um castigo a mais a mulher encarcerada”.

Ou seja, um processo de desumanização que interfere, negativamente, nas possibilidades de se ressignificar, de se (re)fazer e/ou de (re)socializar. Neste sentido, Erving Goffman (1974, p.29) sublinha que além da deformação pessoal que afeta diretamente o conjunto da (s) identidade (s), existem ainda a “desfiguração pessoal que decorre das mutilações diretas e permanentes do corpo”.

Conforme afirmou Coroa de Frade “ela é uma pessoa de difícil convivência, ela é muito complicada, dá gritos e ninguém gosta. Vem querer dá grito nas outras, querer gritar logo com presa, aí dá nisso. Qual é a presa que vai levar grito? Ainda mais de outra presa?!”. Portanto, percebemos que as deteriorizações da(s) identidade(s), em alguns contextos, perpassam as relações entre elas por meio das (re)produções de violências, desumanizações e exclusões vivenciadas nas macrorrelações com a cadeia.

Nesta linha de pensamento, Angela Davis e Gina Dent (2003) ressaltam que as violências institucionais interferem nas relações interpessoais entre as mulheres e entre elas e as/os agentes penitenciários. Um impacto nocivo que, devido à privação de liberdade, intensificam as vulnerabilidades e as hierarquias nas relações afetivas e de (sobre)vivência. Nas narrativas das participantes essas questões, acerca das violências entre elas e as/os agentes penitenciárias/os, não me chegou por meio de palavras, mas pelos múltiplos acontecimentos naquele cenário, tanto os que já vêm sendo apontado ao longo dessa discussão quanto na própria configuração de poder existente na cadeia.

As configurações as quais me refiro estão postas numa rotina sistemática e alimentada por discursos opressores enraizados no senso comum acerca da criminalidade feminina. Para Marcela Guedes (2006) esse senso comum é constituído numa vinculação entre os Direitos Humanos e o privilégio de “criminosos”. Refletindo nas ações institucionais e educativas voltadas para as mulheres privadas de liberdade.

No primeiro instante que acesso a recepção me deparo com um grupo de agentes penitenciários³², a maioria deles homens, os quais religiosamente assistem à televisão

³² De acordo com a Lei complementar nº 422, de 23 de dezembro de 2019 que dispõe sobre das atribuições de Agente de Segurança Penitenciária, regulamentando o disposto no art. 7 da Lei

sintonizada em uma rede midiática conhecida por defender ideias conservadoras e repressoras. Essas ideias se assentam na violência, no racismo, no sexismo e no fascismo, e em tudo que é possível existir em relação ao aviltamento dos Direitos Humanos. Certamente que nem todos/as os/as profissionais que atuam nessa área compartilham desses ideais, pois também presenciei discussões de discordância e preocupações acerca das práticas arbitrárias e punitivas que vão para além da perversidade.

Na recepção ficam em torno de três a quatro agentes e mais quatro a cinco na área externa superior, se revezando nas manutenções de vigilância. Essa área fica no andar de cima onde podem garantir a visão panorâmica de toda a cadeia, principalmente do pátio. Esse quadro nos remete aos escritos de Michel Foucault (2014, p.194-195) ao dizer que

A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha”. Daí o efeito mais importante [...] induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder.

Certamente são múltiplas as implicações nessas relações interpessoais, nas quais os/as agentes penitenciárias/os fazem parte das tramas opressoras e desumanizantes, reproduzindo as violências, mas também sendo violentados por elas. Eles(as) são a reprodução da figura do capitão do mato que chicoteia para disciplinar e tem as suas carnes abertas pelos cortes das desigualdades de gênero, raciais e de classe. Pois, para que o projeto político do capitalismo permaneça ativo, as opressões institucionais devem fortalecer as polarizações entre as pessoas, convencê-las de que o inimigo é quem está ao seu lado e não quem está acima lucrando por meio dos privilégios.

Portanto, um cotidiano prisional que evidencia os desafios das relações interpessoais afetivas e de (sobre)vivência também entre elas. A maioria delas compartilha das mesmas idades, opiniões, crimes, enfim, histórias de vida e formação

Complementar nº 150, de 15 de dezembro de 2009 não há distinção de gênero para tal atuação. Ou seja, homens podem atuar em espaços prisionais femininos, bem como o inverso.

que se entrecruzam. Mas queixam-se bastante dos distanciamentos e enfrentamentos de serem obrigadas, por meio do isolamento, a (con)viver umas com a(s) outra(s).

[...] porque aqui dentro infelizmente não me dou com ninguém, por esse lugar é cheio de falcidade, inimizade. São umas pessoas que infelizmente não consigo ter amizade ou mim abrir pra alguém [sic] (FRAGMENTO DA CARTA DE FLOR DE MANDACARU, 2021).
Minha chegada na cadeia foi um pouco apavorante, foi muito julgamento, ameaças e com o tempo consegui conviver neste local, mas nunca me acostumo [sic] (FRAGMENTO DA CARTA DE MALVA, 2021).
[...] muito difícil tá num lugar desse sendo humilhada todos os dias ((choro)) [sic] (FRAGMENTO DA ENTREVISTA DE UMBURANA, 2021)

As subjetividades compartilhadas pelas narradoras nos remetem a um lugar conturbado, instável e de medo, é “cada uma por si”, pois confiar ou receber cuidado torna-se algo raro de existir em relações forjadas pelo poder e pela opressão. Sendo que, algumas dessas relações, são atravessadas pelos contextos de hierarquias.

[...] tem uma mais novas que quer mandar nas mais veias, aí pronto. Vem as comédia lá da casa do carai querendo tirar onda, num sabe nem como é aqui a cadeia. Aqui a gente tem disciplina, né? [sic] (FRAGMENTO ENTREVISTA DE AROEIRA, 2021).

Diante dessa narrativa pude compreender, a princípio, que na cadeia a lei do mais forte prevalece, por ser um espaço de privações humanas, manda quem pode mais. É como se as relações interpessoais se constituíssem entre as que não possuem bens ou alguma forma de poder em relação as que constam desses benefícios. Essa narrativa de Aroeira despertou bastante atenção, pois estávamos conversando na entrevista quando surgiu o assunto sobre convivência, as dificuldades de estar em um espaço prisional e ela trouxe a fala acima. Ao questioná-la acerca das hierarquias, organizações em sistemas prisionais e se ela ocupava alguma função de destaque, desconversou e não respondeu.

De acordo com Ada Carvalho (2021) as facções exercem controle por meio da manipulação das regras institucionais, pelas mobilizações entre as pessoas privadas de liberdade e os próprios/as agentes penitenciários/as com o intuito de fazer valer seus

repertórios disciplinares. Porém, até a conclusão desta pesquisa, não consegui ter certeza da existência desses mecanismos, devido a dificuldade em abordar ou discutir essa temática com as participantes.

No entanto, foi possível interpretar que as relações produzidas neste espaço se entrelaçam, apesar dos enfrentamentos, por meio de diversas redes de afeto e proteção, sejam por meio de afetividades, facções e/ou grupos religiosos. Nesta linha de pensamento, Juliana Trevas (2021) demonstra que as mulheres privadas de liberdade podem ressignificar suas subjetividades e suas relações, se reposicionando no cotidiano e encontrando formas de sobreviver e resistir; “apesar do lugar que se encontro estou bem [sic]” (FRAGMENTO DA CARTA DE MACAMBIRA, 2021)

São estratégias de sobrevivência e resistência voltadas para lidar com os duros discursos e práticas violentas sobre seus corpos ditos rebeldes e incorrigíveis, marcados pelos “desvios”. Como também pelas inferências dos processos de mortificação do eu sobre suas trajetórias de vida e formação, sobre quem são e quem não querem ser. Elas resistem, consciente e/ou inconscientemente, aos complexos industriais carcerários que insistem em fabricar réplicas de corpos dóceis para o controle social via as opressões racistas e sexistas.

3.1.2. “Eu sei que eu cometi um crime. Trafiquei? Trafiquei. Mas também sei que não sou das piores”: Criminalidade feminina e os discursos estigmatizantes

Em concomitante ao surgimento dos primeiros sistemas prisionais voltados para as mulheres e a relação com a violência, com o crime e o poder punitivo, alguns estudos começaram a tratar sobre a criminalidade feminina. Para Marlene França (2014), mesmo com baixa percentagem nas atividades criminais, as mulheres passaram a ser vistas pelos estudos científicos do campo da criminologia, os quais partiam de pressupostos baseados na vertente psico-orgânica.

Estudos como o de Cesare Lombroso e Giovanni Ferrero (1893, p.239) com a Teoria da Caracterologia, a qual foi de grande influência aos meios jurídicos no fim do século XIX. Para esses autores havia uma ordem biológica entre os seres humanos na qual alguns grupos eram considerados inferiores, representados pelas pessoas negras e mulheres que cometiam crimes. Nesse sentido, a mulher ficava mais suscetível à prática

criminosa quando influenciada por elementos biológicos tais como a “puberdade, a menstruação, a menopausa, o parto, uma vez que, no período desses acontecimentos, ela se mostrava mais irritada, instável, agressiva e psicologicamente abalada”.

Tal teoria de ordenação biológica teve influências sobre os estudiosos/as brasileiros/as como Nina Rodrigues (1899) que apontava o fator biológico deformado inerente à condição humana de indivíduos inferiores. Em discordância com esse pensamento, Carla Akotirene (2020, p. 47) aponta que as considerações propostas pelo autor propagavam a ideia de que as mulheres e pessoas negras eram inadaptáveis à vida em sociedade; “são “degenerados”, possuem um impulso incontrolável as infrações”. Podemos afirmar que teorias aberracionais como essas resultam em mecanismos de opressão racistas e sexistas sobre os corpos femininos antes, durante e depois do seu encarceramento.

Ao acessar as fichas cadastrais das mulheres participantes desta pesquisa constatei algo que remeteu imediatamente a essa teoria, as características físicas de cada uma delas descritas abaixo dos seus nomes como cor e tipo do cabelo, formato dos lábios, cor dos olhos, formato do nariz e traços do rosto. Apesar de compreender que, muitas dessas informações podem servir para identificação ou até mesmo para construir retratos falados em caso de fuga, não foi menos perturbador. Pois entendemos os discursos hegemônicos, racistas e sexistas que perpassam a construção desses dados, tal situação nos fez refletir sobre de que forma esses dados são relacionados ao Estado Penal e à seguridade pública?

A incipiência de estudos em torno da criminalidade feminina acaba reforçando discursos hegemônicos inferiorizantes. Conforme Mary Belenki et al (1997) existe uma invisibilidade da mulher nos estudos científicos, estuda-se primeiro os homens para, posteriormente, relacionar os dados ao universo feminino. E quando essas mulheres são oriundas de classes mais baixas, com suas diferenças e intelectualidades inferiorizadas, sofrem com o silenciamento; “sujeitas a várias formas de violência, que não respeitam idade, a condição física e emocional” (FRANÇA, 2014, p. 213). Constatei que todas as participantes advêm de classes mais baixas residentes de periferias e/ou áreas rurais do Semiárido demarcadas pela pobreza e desigualdades.

De acordo com Jéssica Cury e Mariana Menegaz (2018), esses espaços sociais produzem uma “coisificação” do ser humano, que o nega enquanto indivíduo e o

transforma em um objeto passível de descarte pelo sistema. E sobre as mulheres essa desumanização está atrelada diretamente as questões de gênero e suas intersecções com as questões raciais, de classe, bem como os seus papéis sociais e sexuais. Corroborando com este argumento, Giovanna Sigilló (2019, p.3) afirma que o caráter submisso e passivo historicamente associado à mulher não se harmoniza, aos olhos da sociedade, com a figura da desviante; “fazendo com que ela venha a sofrer não só uma condenação estatal, mas também social”.

A mulher privada de liberdade é duplamente condenada pela prática dita “desviante”, no âmbito penal e social, “a dupla rotulação” (BECKER, 2008). Entendemos que esse processo deteriorante pode causar danos a essas mulheres, pois se estabelece por discursos heteronormativos hegemônicos que atravessam suas vidas desde o nascimento até a privação de liberdade em sistemas prisionais. Para Erving Goffman (2004, p.4,6), esses discursos assumem uma postura, por vezes distorcidas, que trata o “desvio” como um estigma. Como uma atribuição constituída por meio da desaprovação de características e crenças pessoais que confrontam as normativas sociais e culturais predominantes em determinado grupo social, causando a essas pessoas à marginalização.

Erving Goffman (2004) aponta três tipos de estigma; primeira é pelas questões corporais, a segunda relacionada às culpas de caráter individual e a terceira transmitidas por meio das linhagens, gerações. Seguiremos o segundo tipo para interpretar as estigmatizações que as mulheres ouvidas nesta pesquisa vivenciam. Essa atribuição estigmatizante coloca o indivíduo em uma situação de “inabilitado para a aceitação social plena” em um contexto “profundamente depreciativo”. Entendemos que nessas relações de poder as mulheres sujeitas aos processos estigmatizantes têm seus direitos violados pelo Estado e pela sociedade como um todo.

Em dois de outubro de 2021, um sábado pela manhã, cheguei a cadeia para construir junto com elas uma roda de conversa. Fui passando de cela em cela como de costume para cumprimentá-las e convidá-las, mas nem todas puderam se fazer presentes. Algumas estavam envolvidas com os afazeres domésticos e outras com os exames de avaliação de Hanseníase proposto por um grupo de estudantes de Enfermagem da UNIVASF, doença muito frequente em espaços prisionais devido às precárias condições de habitação e de higiene. Por isso, apenas Aroeira e Umburana

participaram. No decorrer do debate trouxe a questão da criminalidade e o conceito de estigma, algo perverso que fere seus processos identitários, inclusive, convencendo-as a internalizarem essas opressões. Perguntei se lembravam de algum acontecimento estigmatizante para além da criminalidade, algo que sempre se faz presente e Aroeira compartilhou que algumas vezes as acusações vinham da sua família.

É igual lá em casa. Minha irmã, sabe? Fala tanto de mim que assim, sabe? Eu sempre fiz assim, um traficozinho de leve, trafiquei mermo, com força. Sempre trafiquei mermo. Aí minha irmã, não, num sei quê e hoje namora com quem? Com traficante. Ela faz corre pra mim? Fui eu quem ensinou ela a fazer corre? Nunca. Aí agora faz corre pra quem? Pro namorado. Num adianta tudo é questão de você falar e tá lá, Deus tá lá em cima e num dorme não. Num adianta você julgar não, isso eu nunca fiz de colocar filho meu pra isso, nunca coloquei a família no meio, sabe? É meu e acabou-se. Tá vendo como é as coisas? (FRAGMENTO RODA DE CONVERSA, 2021)

É o estigma cumprindo sua função opressora de designar que tipos de pessoas são aceitáveis e outras não, entre os grupos dos que seguem os padrões normativos e os comportamentos esperados socialmente e os grupos categorizados como inferiores, os “outsiders”. Aroeira, mulher demarcada pela racialidade, pobre, periférica e atravessada pela criminalidade do tráfico de drogas, é vista como destoante e maior inimiga da sociedade³³, recebendo julgamentos que visam a deteriorização do seu “eu” tanto pelo Estado quanto pela sua família. “Só eu que sou da vida loca [...]. É só cadeia”. Já é a terceira vez que é apreendida por meio da prisão provisória.

No Brasil, de acordo o Conselho Nacional de Justiça - CNJ cerca de 40% das pessoas em situação de privação de liberdade estão em prisões provisórias, uma proporção de quatro a cada dez pessoas. Conforme a Lei 12.403/11, o magistério deve aplicar a prisão provisória em casos excepcionais, porém, na prática se configura por vieses estigmatizantes. Principalmente quando nos deparamos com um encarceramento em massa em torno de 625% nas últimas duas décadas, sendo 66,6% de mulheres pretas

³³ A política antidrogas brasileira hierarquiza o tráfico sobre os demais crimes, definindo-o como principal ilícito a ser combatido. “Essa política criminal é marcada pelo viés repressivo-punitivo orientado pelos estereótipos do usuário e do traficante compartilhados e reproduzidos na práxis das agências de controle social formal”. (SILVA,2011,p.69)

e pardas (BRASIL, 2017). Escancarando o racismo e o sexismo estruturados nas instituições prisionais.

Conforme Angela Davis (2014) isso evidencia que, além de existir um quadro ideológico tramado contra as mulheres, os sistemas prisionais são regidos pela lógica capitalista que possui o intuito de aprofundar o racismo, o sexismo, a dominação masculina e a homofobia³⁴. “No sexismo e no racismo das instituições é a mulher negra o público mais alcançado pelas violências trazidas no bojo desses conteúdos” (AKOTIRENE, 2020, p.179).

Umburana conseguiu construir sua trajetória de vida e formação percorrendo caminhos entre a agricultura e o comércio. Porém, afirma carregar o peso e as marcas de uma condenação por homicídio, “quando eu trabalhava na lotérica, na época tinha a história da mulher que matou uma dentista, aí as pessoas “ó a mulher que mandou matar a dentista”. E eu nunca imaginei que iria passar por isso”. Dentre as participantes Umburana foi a única que se declarou inocente, mesmo já tendo recebido uma pena de 17 anos pela atividade criminal. Conforme consta no art 8º da Convenção Americana sobre Direitos humanos, um réu é presumido inocente até que a sentença condenatória seja definitiva. No entanto, ela afirma que não fez o que a acusam e aponta que foi vítima de armações para que fosse condenada pela morte do marido.

Essa postura de se assumir inocente trouxe reflexões acerca dos estigmas associados a culpa de caráter ainda na perspectiva goffmaniana, gerando um conflito entre ser culpada e ser inocente. Durante a entrevista a participante se emocionou bastante, porém é importante interpretar os entrecruzamentos entre as verdades e os imaginários sociais que podem ocorrer nas narrativas.

Pois é e num tinha nada, nada que provasse. As minhas testemunha de defesa lá, dizia “não, essa menina não tinha capacidade não, eles andavam os dois juntos”, só saía nós dois juntos, fazer compra era nós dois junto, ele saía pra trabalhar sozinho. [...] Mas eu tinha muita vontade de ver isso, de provar minha inocência [choro].

[...]

Nem eu sei, ninguém sabe... aí disseram que ele tinha, que eu mandei matar por causa de um seguro de vida de 200.000,00 reais no banco, nem conta em banco tinha. Subiro e descero e num acharo uma conta

³⁴ Aversão em relação às pessoas homossexuais e a homossexualidade. Ódio direcionado aos homossexuais, geralmente demonstrado através da violência física e verbal (DICIONÁRIO ONLINE, 2022).

em banco. [...]. Aí eu fico imaginando, meu Deus como é que esse juiz num analisa, num para pra analisar, pra pensar, pra julgar direitinho. Tem tantos inocentes na cadeia...Pois é. A gente vê aquele caso do Fantástico, né? O Projeto Inocência que a pessoa era inocente [choro]. [...] Nada. Nada. Como eu que tô aqui esse tempo todinho sem ter feito nada e só eu presa. Só eu presa [sic]. (FRAGMENTO ENTREVISTA UMBURANA, 2021)

Compreendemos que há um descrédito que (im)possibilita a mulher privada de liberdade de ser inocente, algo que atravessa também as relações interpessoais afetivas e de (sobre)vivência na cadeia. São as narrativas sobre ser criminosa que reforçam os sentidos comuns daquela mulher estigmatizada, desumanizada pelo desvio. Quando perguntei sobre a relação dela com as demais frente ao seu discurso de inocente percebemos que vivencia estigmatizações pelas colegas. Compartilhou que:

((choro)) É demais. É muita humilhação. E ter paciência pra pagar por uma coisa que não deve ((choro)), me disseram que já teria sumido se fosse a pessoa, mas quem não deve não teme, né?
[...]
Ahan. Não acredita. Não acredita [sic]. (FRAGMENTO ENTREVISTA UMBURANA, 2021)

E essas estigmatizações vão sendo reinventadas acarretando graus hierárquicos entre elas, “não assumir o que fez” ou “se fazer de vítima” perante os acontecimentos são ações comportamentais inaceitáveis, “se é mulher pra fazer que faça com coragem, não dê uma de covarde”, disse uma delas. Estávamos conversando no pátio e puxei alguns assuntos sobre atividades ilegais e ações ditas criminosas e outra complementou “ah! aqui ninguém faz nada. Só tem gente inocente, pense”. Declarar-se inocente é covardia, é duvidoso, é inaceitável para a maioria da comunidade interna da cadeia, “já que o que um indivíduo é, ou poderia ser, deriva do lugar que ocupam os seus iguais na estrutura social” (GOFFMAN, 2003, p.97). Ou seja, se as outras não são inocentes, não cabe a Uburana ocupar esse lugar.

Portanto, as mulheres privadas de liberdade têm sua(s) identidade(s) deteriorada(s) pelos processos opressores das estigmatizações, os quais reproduzem as mortificações do “eu” invisibilizando as subjetividades e as diferenças nos inter e intragrupos em prol de controles sociais. Estratégias de poder que se interseccionam

com as questões de gênero, raça, classe e sexualidades existentes nos corpos femininos a fim de corrigir os “desvios”. Mas que, apesar dessas articulações e tecnologias de poder, se fortalecem por meio dos laços afetivos, familiares e vão traçando outras trajetórias de vida.

4 “ACHAM A PIOR RAÇA QUE TEM É A NEGRA, NÉ? PRA MUITOS”: RACISMO E SEXISMO NA VIDA E FORMAÇÃO DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão da terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me
levantar.
Pode me atirar palavras afiadas,
Dilacerar-me com seu olhar,
Você pode me matar em nome do ódio,
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.
Minha sensualidade incomoda?
Será que você se pergunta
Por que eu danço como se tivesse
Um diamante onde as coxas se juntam?
Da favela, da humilhação imposta pela cor
Eu me levanto
De um passado enraizado na dor
Eu me levanto
Sou um oceano negro, profundo de fé
Crescendo e expandindo como a maré

Maya Angelou

Nesta parte trazemos, por meio das análises das narrativas (auto)biográficas, elementos acerca das violências e afetividades vividas por elas dentro e fora da cadeia. Divida em duas seções, temos, na primeira seção um discorrer interseccional sobre as desigualdades de gênero e vulnerabilidades sociais que recaem sobre os corpos das mulheres privadas de liberdade. São violências que se retroalimentam nas relações familiares e afetivas, principalmente nas relações com a figura masculina. Versamos por questões fundantes como a feminização da pobreza, lares monoparentais, violências domésticas e as exercidas pelo Estado. Na segunda seção, tratamos das questões do acesso à visita familiar e íntima, sendo a visita íntima a mais negligenciada. Diante disso, relacionamos essa problemática à negação da sexualidade de corpos femininos invisibilizados na sociedade da cadeia.

4.1 “SEMPRE EU PERDOAVA PORQUE EU AMAVA ELE”: VIOLÊNCIAS E AFETIVIDADES NA VIDA DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

As estratégias de poder constituídas contra as mulheres privadas de liberdade em sistemas prisionais aprimoram-se na perspectiva de violências cisheteropatriarcais que, em prol da correção dos desvios criminais e não-criminais, se legitimam via Estado e sociedade. Contextos que repercutem nas trajetórias de vida e formação dessas mulheres de diversas formas e em todos os cenários sociais.

De acordo com Welzer-Lang (1991, p.59) “a violência pública é uma violência masculina, isto é, um fenômeno sexuado”. Portanto, a violência torna-se normalizada quando é exercida pelos homens contra as mulheres, fortalecendo uma ordem social que afeta a vida física, sexual, emocional e moral. Sobretudo, em se tratando de violência de gênero, é fundamental seguirmos na compreensão de que essas ações não se restringem apenas as categorias homem e mulher, mas também as relações de poder entre homem e homem, mulher e mulher, entre outras categorias. Bem como analisando os alicerces interseccionais de gênero, raça, classe e sexualidade, pois neles residem aspectos racistas e sexistas.

Kimberlé Crenshaw (2002, p.175) sublinha que a interseccionalidade busca capturar nas estruturas e nas dinâmicas a interação entre os eixos de poder de dominação exercidos sobre a vida das pessoas que fazem parte do universo feminino. Pois esse conceito trata da forma como o racismo, o patriarcado, as opressões de classe e outras discriminações estabelecem desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, revela de que forma as ações e as políticas específicas fluem desses eixos “constituindo aspectos dinâmicos e ativos de desempoderamento”.

Na roda de conversa, realizada com Umburana e Aroeira, sobre os direitos das mulheres, dialogamos acerca dos desafios de ser mulher em uma sociedade machista. E assim elas se manifestaram

UMBURANA diz: É complicado.

AROEIRA: Bastante. Porque assim, sabe? O homem pensa que a mulher num pode e pode sim. Claro que a pessoa também tem que querer, tem que ter força de vontade. Eu tiro por mim, sabe? Eu num vou lá, “não é do teu jeito não, é do meu jeito, se num quiser pode andar, é desse jeito”, ó machista, aí a mulher tem que se dá ao

respeito, né? ... tem que respeitar, respeito é bom e todo mundo quer. Eu acho que assim, que... como é que se fala?

UMBURANA: Mulher que trabalha de igual pra igual, ninguém é melhor do que ninguém. Pode até ganhar mais que os cargos porque exige, mas nunca, nunca deixar a mulher pra trás, achando que a mulher num pode ocupar aquele cargo, entendeu?

AROEIRA: É. Mulher pode tudo

(FRAGMENTO RODA DE CONVERSA, 2021)

A pergunta lançada para estabelecer o diálogo se deu a partir de seus conhecimentos e subjetividades sobre ser mulher e ter que enfrentar os machismos impostos pela sociedade e pelo sistema prisional. Suas narrativas se entrecruzam com as realidades e os desejos de muitas mulheres, sejam nas relações sociais afetivo-amorosas ou de trabalho, sejam nos movimentos feministas e estudos de gênero.

No entanto, nas concretudes das relações afetivo-amorosas, sociais e nas diversas realidades, essa concepção de que temos o direito de ser quem quisermos e que podemos tudo se esvai nas violências propagadas contra as mulheres. Acarretando em punições corretivas e estigmas, reproduzidas na sociedade da cadeia.

Neste sentido, Barbara Soares e Iara Ilgenfritz (2002, p. 45) destacam que, boa parte das mulheres privadas de liberdade em sistemas prisionais, sofreram e/ou sofrem algum tipo de violência. As autoras apontam três ocasiões nas quais essa violência pode vir a se concretizar, seriam: a) na infância/adolescência; b) nas relações afetivas; c) e por meio da polícia, sendo que “75% foram vitimadas em pelo menos duas dessas ocasiões; e 35% em todas as três ocasiões”.

Esses dados confirmam que as trajetórias de vida e formação de mulheres privadas de liberdade estão imersas em histórias de violências oriundas de vulnerabilidades de gênero e sociais. Apesar de esses dados terem um recorte temporal entre os anos 1999 e 2000, é perceptível que a violência é algo contínuo e que se reinventa de acordo com as mudanças e interesses políticos e econômicos da classe dominante. Dentre as seis mulheres participantes desta pesquisa, três delas trouxeram em suas narrativas contextos de violências como as apresentadas nas três ocasiões citadas acima, violências de gênero que se interseccionam com a pobreza, com a racialidade, a estigmatização e o abandono afetivo e social.

De acordo com Marlene França (2014, p.8), para entender essa situação, exclusivamente relacionada ao feminino, tem que primeiramente perceber que o contato

com a violência de forma precoce e a sua perpetuação até a fase adulta, a inserção na criminalidade e a experimentação dos diferentes processos violentos, exigem de qualquer pesquisador\|a um olhar cuidadoso e atento as suas peculiaridades. Portanto, compreendemos que a violência de gênero, numa perspectiva histórica, se constrói na medida em que

[...] as mulheres que experimentam processos de violência na infância ou adolescência são mais vulneráveis, além de representarem o segmento feminino que mais chances têm de ocuparem as estatísticas criminais ora como vítimas, ora como autoras de violência durante a fase adulta.

No entanto, isso não significa dizer que tais experiências sejam as responsáveis pela inserção ou exercício da criminalidade. Mas, em concordância a citação acima, Sheila Pereira (2008) afirma que a maioria delas, principalmente as reclusas por tráfico de drogas, se envolveram em atividades ilícitas ainda na adolescência e/ou foram socializadas em famílias atravessadas pelas vulnerabilidades da pobreza e da violência cotidiana. Em alguns casos, pela figura masculina por meio de laços afetivo-amorosos ou de parentesco. Na entrevista com Aroeira perguntei como e quando se envolveu com as questões de criminalidade e assim ela respondeu

Menina! Faz. Eu comecei, eu tinha 16 anos quando comecei a usar que foi através de Mxxxxx pai dos meus filho, né? Me apaixonei, me encantei, a gente se conheceu na escola. Aí depois eu fui fazendo um traficozinho... Mas ele foi uma praga na minha vida, só fez mal. Sofri com ele, sabe? Muito devido às coisas que ele fazia. Passei. Passei muito tempo sem me envolver com ninguém. Que depois da separação quase sofro por depressão que eu gostava muito dele, pai dos meus filhos, né? Não vou negar, né? Seis anos, dois filhos é uma história, mas o sofrimento foi muito. Eu passei dois anos ou mais, eu creio que foi mais. É. Eu tentei muito pra dá certo. Eu tentei, Deus sabe como eu tentei pra dá certo, mas ele num quis, num quis se ajudar, né? Ele tava muito envolvido no crack e num tem condição. Você tira... você bota e a outra pessoa tira, num tem lógica. Você cresce ou fica na merda sempre (FRAGMENTO CARTA AROEIRA, 2021)

Com o rompimento da relação afetivo-amorosa e as condições financeiras precárias Aroeira teve que assumir todas as responsabilidades com a criação dos filhos e

o sustento da casa, é a monoparentalidade feminina. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) aponta uma expectativa de que 12 milhões de mulheres arcam com a criação das (os) filhas(os) sozinhas, sendo mais de 64% as que vivem abaixo da linha da pobreza. Ou seja, um lugar do feminino atravessado pelas múltiplas vulnerabilidades sociais, gênero, raciais, classistas e sexuais, violando e violentando suas histórias de vida e formação.

Esse processo da responsabilização da mulher pelos cuidados e sustentos da casa resultou, para Diane Pierce (1978, p.28), em uma feminização da pobreza. Embora a autora reconheça que a pobreza afeta a vida de todas as pessoas das classes baixas, compreende que o aumento de famílias chefiadas por mulheres têm uma relação direta com a pobreza, pois sobre o corpo feminino esse empobrecimento ocorre de diversas formas nas relações de poder, “são pobres porque são mulheres”.

Em complementação a isso, devemos levar em conta a perspectiva acerca da paternidade ou as implicações que são dadas aos homens no exercício ou não exercício desse papel social e afetivo. Neste sentido Monica Cortina (2015) aponta que, em decorrência das construções sociais em torno das novas famílias ou dos arranjos familiares, o significado da paternidade assumiu diferentes contornos e tem se resumido a pagamento de pensões alimentícias, deixando para as mulheres a exclusividade do dever de cuidado, educação e afeto aos/às filhos/as. Ou seja, o problema não está em torno da chefia feminina, mas, em relação às responsabilidades sociais e de gênero que recaem sobre suas vidas. Ante isso, quando perguntei a Aroeira sobre as contas a pagar, a feira, o aluguel, ela narra:

Principalmente, quando você não tem quem ajude, é independente e tem dois filhos nas costas que nem eu, não tem apoio de ninguém, num tem ajuda de pai...[Não tem pensão?]. Aí meu Deus do céu! Só Jesus na vida dele. Já foi um homem, mas hoje em dia é um cachorro, num serve pra nada, num tem? Ele usa droga, vive aí se drogando. E depois que a mãe e o pai morreu aí pronto se entregou mais ainda, foi pior de quando a gente se separou. Aí desde lá que eu venho se sustentando sozinha. E ainda tem minha mãe que mesmo assim me ajuda, se num fosse minha mãe, nem sei. Por isso que eu sempre digo que se eu sair e tiver que voltar, eu vou voltar. Tá aí a menina que num me deixa mentir, eu já fui presa duas vezes. Eu voltei agora. Mas só Deus sabe no meu coração o quanto eu num queria tá aqui, só que aconteceu deu voltar, né? Quem sabe num foi um livramento. Mas

seja o que Deus quiser mulher, da minha vida. (FRAGMENTO ENTREVISTA ANGICO, 2021).

Ainda na perspectiva de Monica Cortina (2015) pressupostos como desigualdades salariais e a atuação das mulheres em trabalhos temporários, precários e/ou informais com remunerações mais baixas podem favorecer a feminização da pobreza. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) apontam que as mulheres recebem 20,5% a menos que os homens, inclusive ocupando os mesmos cargos. Sendo que as pessoas negras recebem 58% a menos que as pessoas brancas.

Dentre as mulheres temos uma discrepância entre as brancas que recebem em torno de 42% a mais em relação às negras (IBGE, 2019). Um abismo salarial que reflete nas condições de vida, de moradia e nas ocupações de trabalho, é a divisão do trabalho sexual e racial. Temos o exemplo do emprego doméstico no qual 92% que atuam nessa atividade são de mulheres, sendo 65% pardas e pretas. (IBGE, 2020).

Sobre a condição do trabalho fiz o seguinte questionamento a Aroeira. Foi depois que você terminou com o primeiro companheiro que você teve esse trabalho?

Não. Foi quando eu trabalhei aqui numa lanchonete aqui no centro, na minha tia aonde tinha umas menina da eletrônica. Minha tia tinha um ponto em frente a uma eletrônica. E aí era eu, minha prima, duas prima, minha tia e o churrasqueiro. Aí o movimento era muito e sempre precisava de muita gente, aí eu sempre ajudei elas desde os quinze anos, entendeu? Aí a menina da eletrônica precisou, perguntou se minha tia num conhecia alguém pra trabalhar na casa dela. Aí minha tia “ó, como Elinha vai sair” que me chama de Elinha em casa [Você trabalhava com carteira assinada?]. Não. [E você nunca pediu ou pensou em conversar sobre isso? Pra assinar, ter uma aposentadoria, ter um seguro quando sair do emprego?] Humhum. Eu num faço questão não. (FRAGMENTO ENTREVISTA ANGICO, 2021)

Apreende-se dessa narrativa a existência de uma estruturação na divisão social do trabalho, que para Carlos Hasenbalg (2005), traz o entendimento de que determinados trabalhos devem ser direcionados a certos grupos de indivíduos, bem como a sua condição sexual entre homens e mulheres. No entanto, esses grupos de indivíduos são demarcados para além da questão de gênero e classe, perpassa por todo

um racismo estrutural advindo de uma era escravagista que perpetua a ideia de que a mulher negra é a pessoa adequada ao trabalho doméstico; “quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (GONZALEZ, 1984, p. 230).

Lélia Gonzalez (1984, p. 224; 226) teceu importantes críticas acerca da tripla discriminação vivida pelas mulheres nas perspectivas de gênero, raça e classe, interseccionando-as frente às estratégias de poder por meio do racismo, do sexismo e da exploração capitalista. Tal situação aponta, de forma mais profunda, as discriminações que as mulheres negras carregam sobre si em uma sociedade que impõe mais horas de trabalho e uma menor remuneração a elas, excluindo-as da riqueza socialmente produzida. Bem como dos mecanismos discursivos na cultura nacional, no qual a mulher negra doméstica é perversamente afetada pelo o que ela denomina de “a grande neurose brasileira”, fortalecendo estereótipos e violências sobre seus corpos. Uma neurose que exercer a domesticação na articulação do duplo fenômeno do racismo e do sexismo que “produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”.

Esses eixos de dominação e violências reverberam nas trajetórias de vida de Aroeira que traz em sua narrativa o exercício do serviço doméstico dentro de um mercado de trabalho que se abre a determinadas mulheres: as negras, as pobres e as pouco escolarizadas (NASCIMENTO, 1976; GONZALEZ, 1979; MELO, 1998). Esse processo inferiorizante se reproduz também nos mercados ilegais, por exemplo, no tráfico de drogas. No qual boa parte das mulheres também exercem funções ditas subalternas, de baixa remuneração e maior vulnerabilidade ao encarceramento. Com seus corpos expostos aos “corres” da atividade ilegal tornam-se alvos fáceis de repressão. (SOARES; ILGENFRITZ, 2002; GUEDES, 2006). Sobre essa situação, Aroeira assim se posiciona:

Era minha casa normal, tipo era guarda-roupa como se chama que eu guardava mercadoria. Aí depois eu entregava a todo mundo e ficava só com o meu e o dinheiro. Fiz trabalho de mula quando fui presa em Salgueiro, presa com a maconha. Que eu viajava muito sabe? Caruaru, Araripina, tudo com droga. E nunca fui pega, aí achei de ir pra Caruaru que eu gostei, né? Fui e gostei, né? Do preço também. [Quanto mais longe, mais caro, né?] É, Eu já tinha ido, já tinha ido com 14kg uma vez. (FRAGMENTO ENTREVISTA ANGICO, 2021)

Geralmente as mulheres acabam atuando como pequenas traficantes e inseridas em atividades menos valorizadas dentro do universo da "Guerra às drogas". A Política Proibicionista e de Combate às drogas materializa-se por vias de discursos hegemônicos racistas, sexistas e punitivas que se reproduziram na região do Semiárido por meio; “da interiorização do tráfico de drogas” (NASCIMENTO, 2018).

Somado a isso, percebemos que as relações afetivo-amorosas e de parentesco com as figuras masculinas também se entrecruzam com as suas posturas de “assumir” esse lugar na ilegalidade, há o intuito de “apoiar e/ou dar continuidade nos relacionamentos com os maridos, namorados ou parentes” (BARCINSKI, 2012, p. 90). Tal situação se evidencia nas narrativas de Aroeira sobre seus relacionamentos amorosos, nos quais ocupava lugares entre a subordinação e a sobrevivência. Inclusive, transportando drogas para dentro do sistema prisional, como pode ser observado na narrativa abaixo:

Foi um intervalo muito grande até chegar em Cxxxx, foi muito grande mermo. Eu namorei um primo dele, [...] eu acho que tinha uns doze anos, acho que era doze anos. Era. Namorei o primo dele, né? Eu via ele na escola, estudava pela manhã, via na escola e eu me apaixonei á primeira vista, entendeu? Foi mesmo. Disse que não existe, mas existe que eu sou prova viva, já me apaixonei assim amor à primeira vista. Aí Cxxxx veio de São Paulo, conheci ele através de quê? Ele foi morar na rua lá de casa, pequenininho, era mais novo do que eu aonde eu namorava com o primo dele e ele ia ficar lá mais o primo dele, entendeu? Ele levava o primo.

Aí ele já também, aí quando deixei o primo dele, a gente se separou, foi cada um pro seu canto. Perdemos contato. Eu se mudei de bairro aonde foi que depois o Cxxxx chegou lá no bairro, eu via ele direto passando. Mas a gente num tinha aquela aproximação mais, a gente tinha aproximação de criança, mas já adulto não. Aí pronto. Aí uma vez ele ligou pra mim, não (dúvida), pediu meu número no facebook e eu não dei. Aí ele pediu a irmã dele pra ajeitar eu pra ele, aí foi quando veio com um papo mole e num sei quê, aí pediu meu número e eu fui e dei. Ele ligou aí ficou conversando, conversando, aconteceu de eu ir visitar ele...[Ele já ligou de lá dentro do presídio?]. Ahan. Aconteceu de eu ir visitar ele, deu começar a fazer corre, de eu começar entrar com droga na cadeia, eu vim parar na cadeia por uma escuta através dele. Passei quatro meses em 2017 e fui embora porque tinha filho menor de, de 12 anos. Tudo isso por conta dele. Ele me obrigava, que num mandava, obrigava, né? A levar droga pra ele dentro do presídio. (FRAGMENTO ENTREVISTA AROEIRA, 2021)

Para Joyce Nascimento (2018) essa estratégia perpassa por uma perspectiva biologizante que instrumentaliza o corpo feminino, utilizando-o como recipiente hábil à dissimulação e ao transporte de material ilícito. Acarretando em violações da dignidade humana e deteriorando sua (s) identidade (s), pois quando questionei Aroeira sobre quais formas adotava para entrar com as mercadorias na cadeia, ela se constrangeu e disse: “aí mulher é um tipo de coisa que não se fala”.

Os discursos hegemônicos sobre os corpos femininos tem origem em passados remotos que, ao longo dos processos civilizatórios, foram sendo ressignificados. De acordo com Rose Muraro (2009, p.6) "a mulher começou a perder o poder de decisão [...] quando o homem descobriu o seu papel no processo de reprodução" e passou a controlar seus corpos em prol da procriação e sexualidade no prazer para os homens, destituindo-as de direitos e dignidade humana.

São corpos marcados pelas ações culturais e sociais para que se tornem adequados aos interesses que lhes são destinados, um trabalho incessante que tem por objetivo (re) produzir distinções e diferenças. De acordo com a Guacira Louro (2000, p.61) é um processo que, ao construir essas marcas corporais, as faz existir, “inscrevendo e instaurando diferenças”. E quando esses corpos carregam sobre si marcas consequentes do racismo e do sexismo, as violências e violações de direitos se dão de forma ainda mais perversa.

Apreendemos de tudo isso que o corpo de Aroeira é instrumentalizado, ora associado a um guarda-roupa onde são alocados pertences e mercadorias, ora animalizada em forma de mula para o transporte da substância. Jaime Alves (2014) sublinha que existe um regime racializado no tráfico de drogas em relação à atuação de mulheres negras como mulas e que se estabelece no Estado pela seletividade penal; “a entender a relação senzala-favela-prisão situando-a no *continuum* penal que marca a transição entre escravidão e democracia” (DAVIS, 2009; ALVES, 2014).

A palavra mula mistura-se a mulata, a mula da casa grande que levou no lombo todas as dores do mundo. Parafraseando a fala da personagem Capitú de Taís Araújo no filme “Medida Provisória” (2020), quando afirma que “a mulher negra é a mula do mundo”. Nesta linha, Lélia Gonzalez (1978) aponta que o mito da mulata é uma invenção retroalimentada na falácia da Democracia racial que reproduz violências

simbólicas sobre o corpo da mulher negra por meio da exotização e a hipersexualização. Um *continuum* geracional demarcado pelo tripé da mucama, da mulata e da empregada doméstica que em todos esses cenários é vista como lugar de prazer carnal desprovido de moral.

Algumas implicações discutidas até aqui também surgem nas narrativas de Macambira que traz uma vida de reviravoltas ante a um novo relacionamento. Da vida na área rural, “morava com minha vó desde pequena, sempre tive de tudo que queria”, às memórias de uma antiga liberdade e arrependimentos “pena que só vim dá valor as minhas terras, quando vim para nesse lugar”. Sua narrativa sinaliza os sentimentos de uma vida que não queria para si.

Conheci o boy no presídio, tinha acabado de fazer meus 18 anos. Eu estudava e tudo, e abandonei tudo para viver com ele. Uma amiga amostrou a foto dele, daí gostei. Fiz a carteirinha e comecei a visitar ele. Quando ele foi preso eu tava na casa de minha avó, nós tinha brigado, então passei uns 15 dias lá, no dia que ele foi preso, algumas horas antes ele entrou em minha mente pra mim voltar, mim lembro como se fosse hoje. Mainha ainda ligou pra mim pedindo pra eu não voltar, mas mesmo assim eu vim. Quando cheguei em casa foi questão de umas meia hora a BIESP³⁵ chegou. O cabueta já tinha dado a fita toda. Nós apanhemos muito, mas mesmo assim eu mim assumir por tudo. Disse que era tudo meu. Fomos pra delegacia, só que como eu sou real primária nunca passei por nenhuma delegacia, fui solta, da delegacia mesmo. E ele como tava assinando deu quebra de condicional. Daí ele foi preso e até hoje tá lá. Então depois daí comecei a fazer corre pra nos manter, até que no dia 4 de dezembro do ano passado, os mesmo policial da primeira vez mim pegou em fragarte, daí então eu vim para esse lugar.[sic] (FRAGMENTO DA CARTA DE MACAMBIRA 2021)

Percebemos que as narrativas de Aroeira e Macambira se entrecruzam na racialidade, nas funções que atuam na atividade ilegal e nas relações afetivo-amorosas que vão ao longo do processo impondo lugares de subserviência. No qual seus corpos são objetificados para fins específicos do mercado do tráfico de drogas. Conforme Gayle Rubin (1993, p.198), as mulheres dentro desse universo criminal são objetos de transação, portanto, “são os homens então que, ao dá-las e recebê-las, estão ligados entre si, tornando-se a mulher um condutor da relação ao invés de um parceiro nela”.

³⁵ Batalhão Integrado Especializado de Policiamento (BIESP) da cidade de Petrolina.

Certamente que, essas relações de subserviência não ocorrem de forma dócil e/ou disciplinar, elas também estabelecem limites e focam em interesses próprios ante ao exercício da atividade, conforme compartilham em suas narrativas.

Pós é, tudo que fiz por ele não valeu apena. Nós dois passemos 21 dias morando em uma casa, ele sempre foi agressivo comigo, muitas vezes saía na madrugada, quando ele voltava tinha que ficar calada porque se não ele mim batia. Mas eu sempre perdoava porque eu amava ele [sic] (FRAGMENTO DA CARTA DE MACAMBIRA, 2021)

As formas como Aroeira e Macambira, e muitas de mulheres lidam com as relações afetivo-amorosas e as problemáticas que surgem no decorrer do próprio relacionamento, tem a ver com o que Francesca Cancian (1986) denomina como “feminização do amor”. Sua concepção apresenta o amor como um atributo associado ao universo feminino, como por exemplo, o cuidado e/ou a submissão. Porém, esse processo contribui para a manutenção das violências que se expressam por meio do afeto, do desejo sexual ou ações dos parceiros. Constroem-se uma série de estratégias de poder que, embasados na noção binária do gênero, materializa o amor dentro de uma lógica de controle e punições.

Em meados do século XIX se polarizou os papéis sociais e sexuais de gênero, separando a casa do trabalho e o público do privado, feminizando o amor. "A lógica das esferas separadas aloca o afetivo para o privado e o impessoal para o público" (LIMA, 2011, p.15). Para Francesca Cancian (1986) existem consequências negativas sobre essa feminização do amor, na qual pude relacionar as narrativas das participantes como a ascensão masculina via a dependência feminina no amor e, conseqüentemente, a invisibilidade dessa dependência, a significação do sexo como meio de poder masculino e a legitimação de relações de exploração. Consequências que refletem diretamente na perda da liberdade vivenciada por elas.

Portanto, compreendemos que as violências sexistas tem um lugar nas relações afetivo-amorosas que se retroalimenta nas ideologias opressoras que constroem a relação inseparável da violência, naturalizando sofrimento e dependência emocional. As quais vão se estabelecendo por meio de ações punitivas como ameaças e agressões. Na sequência da narrativa de Aroeira, ela apresenta outros aspectos referentes à naturalização da violência em um relacionamento afetivo-amoroso:

Aí quando foi um dia, não, nesse dia que ele foi preso a mãe dele disse “deixa de tu ser besta, tu tá chorando aí e ele tava era com outra no N-10”. Eu “o quê?” Oxe, num contei conversa, juntei minhas coisinha e se piquei. Aí ainda ficou me perturbando pra mim ir e eu “vou não, vou não, vou não”. Depois foi que eu fui, aí quis me agredir lá dentro que eu cheguei meio ressacada, ele veio pra dá um tapa na minha cara e eu que dei na cara dele, foi. Aí eu descobri uma traição [Foi logo depois que você foi pra essa festa do paredão?]. Sim, sim. Passou uns dias que nós tava brigado aí, né? Aí quando foi no sábado eu bebi e a visita era domingo, aí eu peguei e fui, né? Ressacada.

[...] Aí descobri foi outra traição, aí um dia eu bem, um dia eu tava em casa deitadinha, pensando nas ideia... [...] Aonde que já tava abusivo, eu já tava me cansando, eu tava muito presa, se eu sentasse na calçada “tá aonde?” “tô na calçada”, “você, você é vigia pra tá na rua uma hora dessa? Entre pra dentro.” Lá ia eu que nem cachorrinha “tá bom”, entrava, entendeu? “Vai pra onde?”, “Vou ali”, “vai não, volte”, eu num saía pra canto nenhum, pra canto nenhum. Mas também quando tirava pra dá a loca só chegava em casa de manhã. [...] Aí eu decidi “quer saber de uma véi, tô cansada de muita coisa, vá viver sua vida que eu vou viver a minha” “como é?” Eu disse que “não quero, acabou, a partir de hoje se considere um homem solteiro” E até hoje, graças a Deus, tentou... continuou lá. E ele já falou tanta coisa, já fiz... é que é complicado falar essas coisas [...] E eu ainda disse pra ele primeiro que se ele me perturbar muito, do jeito que eu tô... que se quiser eu arrumo um que teja preso, né? Pra tirar uma onda ... ele disse “se você entrar aqui eu te mato. Se você vier visitar outro homem aqui eu te mato” Aí eu disse “eu vou mostrar a você se eu num visito e se tiver nos seus pés aí é que eu visito mesmo, vou até procurar saber o pavilhão dele pra lhe dizer”. Só que aí ele tava no semiaberto, e eu fui visitar e aí ele me viu lá, mas eu disse a ele que eu tava indo visitar alguém lá. [...] E eu fui, sobrevivi, mata nada homem, mais fácil ele morrer na subida. (FRAGMENTO DA ENTREVISTA DE AROEIRA, 2021)

Nesse fragmento, percebemos vários elementos que compõem as violências de gênero como traição, ameaças, desrespeito, controle do corpo, cárcere privado, ou seja, Aroeira vivenciava abusos cotidianos até romper com esse parceiro. De acordo com Heleieth Saffioti (2015, p.90) a rotinização da violência doméstica é uma das principais características para a manutenção de poder, algo que contribui para a dependência emocional ou a codependência. "Rigorosamente, a relação violenta se constitui em verdadeira prisão" um aprisionamento do corpo e da mente, pois mesmo ele recluso em um sistema prisional conseguia, em alguns contextos, exercer a manutenção dessas violências.

A autora baseia-se no conceito de Antony Giddens (1992, p.101) o qual define uma pessoa codependente como alguém que “para manter uma sensação de segurança [...] para definir suas carências; ela ou ele não pode sentir autoconfiança sem estar dedicado às necessidades do outro”. Essa sensação de segurança passeia por uma perspectiva ontológica na qual Aroeira busca, consciente ou inconscientemente, outras/novas possibilidades de ser livre, do bem viver. Porém, o que se sobressai é a reprodução de ações que fortalecem desumanizações na sua vida afetiva e no tráfico, como destaca Aroeira em sua narrativa:

Eu penso em um monte de coisa, nas traição, aí só vem Lxxxx que é o que eu tô, já vai fazer um ano que tô com ele. Eu conheci ele no Facebook. Ele é envolvido é todo. Aí a família dele diz que é por causa de mim, eu disse “já era”. Aí como eu já vim presa e ele não, nunca passou esse sofrimento, aí diz que é por causa de mim. [...] Ele assim, ele só tem tamanho. Ele assim é muito moleque, ele fica tirando de minha cara toda hora e eu odeio, fica me provocando, me provoca demais. Eu sei que ele já me traiu que fica conversando com outras, aí eu disse - você pode tirar a onda que for, que você tá na vez, tá aí na rua, você tá na vez, pode tirar sua onda - ... quando eu sair. Tira onda da minha cara, eu já fiquei com outra pessoa, já fiquei mermo, se eu num tivesse vindo pra cá de tanta onda que ele tira de minha cara, eu num tava com ele mais não, eu tava com outra pessoa, trai mermo. [...] me vinguei da forma que eu quis não, mas vou me vingar. Eu disse a ele “eu vou pegar um dos teus amigos pra tu ver como é bom, vou passar assim em tua cara pra vê se tu é isso tudo mermo” eu faço, eu faço, ele sabe que eu faço. [...] Me provocando, entrando na mente da presa a gente já vive com a mente atribulada [...] já tem mais de quinze dias que num vem me visitar, porque é que eu tô com uma pessoa dessa? Pra quê? Pra tá pesando minha mente? [...]. Eu disse ontem, “tu só vai me dá valor quando tu me perder, aí ele “eu posso é perder, mas eu só perco pro satanás” fica me ameaçando, né? [...] Tanta tiração que dá raiva, dá desgosto. Eu num quero nem saber eu me liberto, num tô dizendo a você. Por quê? Porque ele sabe que... as pessoas só colam em mim porque sabe a minha capacidade, eu tenho aquela atitude que ele não tem, eu tenho a voz que ele não tem. Se for pra pegar mercadoria ele não pega sem eu dizer “pode liberar” num pega. A ordem lá é minha se eu disser “não pode liberar”, não pega. A ordem lá é minha, entendeu? Se eu disser assim “libera tanto pra fulano”, “libera”, “libera tanto pra fulano”, “libera”, agora se eu disser “num libere nada”, “num se preocupe não boyzinha, se preocupe não boyzinha que a vez é sua”, tá vendo? É Tanto que ele faz o corre dele e eu faço o meu, é individual. Eu bancava de tudo em casa [...]. A vida dele era tirar onda de minha cara. [...] fiz aniversário do filho dele e uma pessoa dessa vem dizer que eu sou ruim, para! Eu sou nada sou é boa demais [...]. Eu digo uma coisa a você minha fia,

não é fácil, não é fácil de jeito nenhum. (FRAGMENTO DA ENTREVISTA DE AROEIRA, 2021)

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2021) uma mulher é vítima de feminicídio a cada 7 horas e/ou é vítima de estupro a cada 10 minutos. Com taxas altas acerca da violência de gênero o país bate recorde e assume a quinta posição no ranking mundial. Quando o parceiro de Aroeira a ameaça com a frase “eu posso até perder, mas só perco pro satanás”, indica a representação do poder que ele imprime sobre ela. No entanto, a mesma apresenta uma postura de enfrentamento como, por exemplo, a manutenção da sua independência via o tráfico, no qual (re) afirma sua voz ativa, poder e os ganhos financeiros necessários ao funcionamento da sua casa. Contexto que lhe possibilita rupturas com a dependência emocional.

Nas narrativas de Coroa de Frade compreendemos que, a partir da afirmação de poder via a atividade ilegal, as categorias de amor e independência se entrecruzam na sua trajetória de vida quando compartilha acerca das afetividades. Partindo da perspectiva da livre opção, conforme citado anteriormente, narra que:

Estou presa desde 2015 por tráfico de drogas. Tenho cinco filhos, sou casada, porém no momento estou separada. Meu marido nunca me abandonou aqui eu que preferi me afastar da minha família devido a escolha que fiz. Sempre levei uma vida dupla, meu marido era caminhoneiro, viajava muito e durante o período que ele estava viajando eu praticava meus crimes sem que ele soubesse, vista que ele sempre foi pouco atencioso com a família. Me envolvi no crime por opção [...] (FRAGMENTO DA CARTA DE COROA DE FRADE, 2021)

No entanto, para a maioria das mulheres privadas de liberdade, os enfrentamentos nas relações afetivo-amorosas resultam em abandono. Nesta direção, Jessika Santos e Márcio Silva (2019) ressaltam que a maioria delas são abandonadas por familiares e parceiros como mais uma punição aos desvios criminais que exercem perante a sociedade. O estigma de transgressora que rompe com seus papéis sociais e sexuais ao cometer um crime, viola seu lugar subalterno em uma sociedade regida pela supremacia masculina. Encontrando, de certa forma, no exercício da criminalidade alguns momentos de rupturas que permitem liberdade, prazer, voz ativa, visibilidade, espaços que lhes são negados nas suas trajetórias de vida e formação.

Assim percebemos na trajetória de Coroa de Frade que desde muito cedo teve que aprender a burlar as normativas familiares e da sociedade para conseguir um pouco de liberdade. Em uma de nossas conversas, compartilhou que para ir as festas dopava a mãe, “ela não me liberava, então eu dava um jeito, doida pra ir dançar, pra ir pro forró e namorar”, aprendeu que para ser livre tinha que aderir às estratégias transgressoras. Porém, se essas "transgressões" não ocorrerem de forma articulada a autonomia e emancipação feminina, findam em mecanismos de repressão e invisibilidade.

Como podemos perceber as privações de liberdade de Coroa de Frade começaram antes do encarceramento e ter uma vida dupla lhe colocava num lugar diferente da sua invisibilidade cotidiana. Por anos exerceu o tráfico guardando mercadorias em casa, fazendo entregas sem ser vista pelo marido. Essa invisibilidade dita afetiva e como ela reflete sobre as questões do amor e do abandono se fazem presentes na sua história, na qual pudemos perceber em alguns contextos do cotidiano da cadeia.

Estávamos em sua cela tomando café e me explicava porque naquele dia não poderíamos conversar, estava responsável pelo preparo do almoço e não teria tempo livre "como você vê o fogão é pequeno, é só duas bocas. Aí demora muito". Então, uma das colegas de cela entrou e perguntou com alarde: "Oxe, Coroa de Frade essa menina é quem? Tua filha é?". Ela olhou pra mim com um semblante cabisbaixo e não respondeu nada. Eu então respondi que não e me apresentei. E novamente a colega disse "Nossa, pensei que fosse. Ela parece um pouco com você né, Coroa de Frade?". E novamente ela não respondeu. Esse silenciamento evidenciou sentimentos muitos além dos que estavam presentes em seus escritos.

Então, retomei esse assunto com ela e perguntei como tinha sido todo esse processo de separação com o marido e o com o/as filhos/as. Afirmou que ele chegou a visitá-la uma ou duas vezes, porém, devido à distância e os filhos pequenos, preferiu que ele não fosse mais e se dedicasse aos cuidados dos/as mesmos/as. Portanto, entendemos que houve uma ruptura familiar brusca e sem muitas explicações, deixando apenas os vazios da maternidade. Para Loïc Wacquant (2004) toda a família é afetada com essa separação que reflete na vida financeira, nos enfraquecimentos dos vínculos afetivos, problemas na vida escolar dos/as filhos/as e complicações psicológicas

decorrentes da exclusão. A família também passa a sobre(viver) aos reflexos desse do isolamento.

Somado a isso, percebemos também que Coroa de Frade reproduzia discursos estigmatizantes sobre si mesma, corroborando da ideia de que merece mais essa punição, afinal sempre fez tudo por "livre opção". No entanto, ela já vivia em desamor e abandono, tanto pelas questões sociais e econômicas, quanto pela invisibilidade afetiva. Levando-nos, novamente a interpretar a mortificação do eu pelas vias opressoras em sua vida em uma sociedade patriarcal, racista, sexista e punitiva.

Essa questão me fez recordar de uma roda de conversa proposta por um evento acadêmico aqui na cidade que discutia acerca do amor e das questões raciais da população negra. E em determinado momento, surge as “escrevivências”³⁶ de Conceição Evaristo (2005; 2016) sobre o amor na vida da mulher negra e a urgência em tornar-se e torná-las numa mulher-sujeito-negra, levando-nos a reflexões sobre as diferenças das experiências amorosas das mulheres negras em relação as experiências amorosas das mulheres brancas, algo decorrente dos privilégios da branquitude.

E, por isso, não sentimos os efeitos das violências propagadas pelo racismo, que insistem em excluir as mulheres negras da construção da história, invisibilizando-as. Lélia Gonzalez (1978) afirma que o amor para a mulher negra não passou da senzala, sua servilidade estava ligada aos serviços domésticos e sexuais, “o estereótipo de mulata perpetua a visão de que mulheres negras são objetos sexuais e passíveis de desejos”, mas não de carinho e amor – “utilizado como justificativa para estupros pelos senhores, na época da escravidão, e ainda sobrevive no imaginário da população” (BUENO, 2020; COLLINS, 2000; NASCIMENTO, 2016)

Ao relacionar essa perspectiva à mulher negra privada de liberdade na cadeia, percebemos que os discursos desse amor negado, desautorizado se intensificam sobre seus corpos, revelando-se, em alguns contextos, em abandono. Para Júlia Gregório (2015, p.5), numa perspectiva interseccional, as dimensões desse abandono perpassam a vida das mulheres privadas de liberdade de diversas formas. Pois é sabido que as múltiplas formas de subordinação decorrentes das violências em uma sociedade racista

³⁶ Conforme Conceição Evaristo o termo surge de um jogo de palavras entre “escrever”, “viver”, “se ver” com o fundamento de fazer pensar sobre a história, sobre o silenciamento e as violências perpetuadas na vida das pessoas negras, principalmente das mulheres. “A escrevivência quer justamente provocar essa fala, provocar essa escrita e provocar essa denúncia”.

e um Estado genocida, as mulheres negras privadas de liberdade acabam vivenciando esse abandono de forma mais intensa. Pois desde muito cedo buscam "na construção solitária uma identidade "aceitável" – e alcança na vida adulta – nas relações amorosas, na vida profissional, nos serviços de atenção à saúde, na criação dos filhos que o Estado não matou, não prendeu".

As violências oriundas dessa solidão que invisibiliza se estendem pelos corpos de Aroeira, Macambira e Coroa de Frade, reforçando as ideias racistas e sexistas que deterioram suas identidades, suas existências. No entanto, Conceição Evaristo (2016) afirma que ao narrarem ou escreverem sobre as suas histórias de vida exercem um lugar de insubordinação frente a essas violências. Malva, Flor de mandacaru e Umburana também vivenciam contextos que se relacionam com opressões e rupturas com as narrativas dominantes. Porém, de acordo com a perspectiva do branqueamento que Lélia Gonzalez (1978) expõe como sendo uma lógica de dominação que visa à domesticação das pessoas negras em detrimento da supremacia branca, essas questões se articulam na vida delas sob uma perspectiva de privilégios, mesmo tendo em suas trajetórias de vida os marcadores sociais de gênero e pobreza.

Essas questões acerca do amor e da independência feminina resultam em reflexões sobre as lutas que construímos enquanto feministas. Nas quais buscamos alcançar liberdade e autonomia. Para isso, de acordo com bell hooks (2021, p.78), é fundamental desmascarmos o mito de que "o abuso e a negligência podem coexistir com o amor; onde há abuso, a prática amorosa fracassou".

E compreender também que, conforme afirma Heleieth Saffioti (2015, p.92), a "independência é diferente de autonomia" e que em todas as relações afetivas há laços de dependências recíprocas e instáveis reproduzidas e reinventadas na nossa sociedade. Cabendo, então, ao(s) feminismo(s) interpretar as categorias amor e independência nos entrecruzamentos com as outras categorias para além do gênero. Interseccionar para aprofundar e alcançar as violências invisibilizadas pelo racismo e pelo sexismo.

Violências (in)visibilizadas tanto via os discursos opressores institucionais quanto perpetuadas pelas próprias mulheres privadas de liberdade nas suas trajetórias e nas suas sobre(vivências) na sociedade da cadeia. Pois vivem "dentro do discurso como a figura indistinta e sem conteúdo de algo que ainda não se tornou real" (BUTLER apud

PRINS; MEIJER, 2002, p. 6-7). Ou seja, mulheres que, por não serem reconhecidas como cidadãs, tornam-se suscetíveis aos processos desumanizantes.

4.1.1 "A gente escapole porque nos é osada": Visitas íntimas e as sexualidades de corpos invisibilizados

No decorrer das discussões construídas nesta pesquisa podemos afirmar que, primeiro, as relações de dominações existentes no sistema punitivo e seus alcances sobre as mulheres dita criminosas e investigadas no âmbito biológico pela criminologia positivista, resulta em um espaço prisional demarcado pelo sexismo. Pelo fato de representarem uma parcela menor em relação à população prisional masculina, “as mulheres recebem um tratamento que foi desenvolvido e efetivado para os homens” (SANTOS; SILVA, 2019, p. 468).

De acordo com a Lei Brasileira de Execução Penal nº 7.210/84 e as Regras Mínimas para Tratamento de Presas (ONU, 2010) deve-se assegurar o direito as visitas familiares e íntimas, partindo do pressuposto da importância das mesmas para a manutenção dos vínculos afetivos. No entanto, nem sempre as gestões dos espaços prisionais cumprem essas obrigações. Para Carla Akotirene (2014) estas instituições seguem critérios moralistas e heteronormativos. Critérios como, por exemplo, a visita familiar restrita a pessoas com o parentesco em primeiro grau ou a visita íntima restrita as pessoas que comprovem por meio de documentos ou declarações que o relacionamento afetivo-amoroso tem uma duração mínima de 90 dias.

Essas restrições fragilizam ainda mais os vínculos afetivos em relação as mulheres que, na maioria das vezes, vivenciam o abandono nesses espaços, conforme já discutido. Corroborando para a exponencial omissão de direitos sobre e para elas, resultando na falta de equidade de gênero. Pois há especificidades que devem ser reconhecidas entre as necessidades de homens e mulheres, “ceifa-se as diferenças específicas do feminino, fator que se relaciona diretamente com o sexismo” (SANTOS; SILVA, 2019, p. 468).

Conforme a coordenação da cadeia, a Lei 7.210/84 por nível Federal deve ser seguida por todos os espaços prisionais. No entanto, em Pernambuco há a Lei Ordinária Estadual nº 7.699/ 78 que apresenta algumas diferenciações acerca das visitas familiares

e íntimas, como a garantia de visitas de pessoas até quarto grau de parentesco e amigos. Destoando da maioria das outras gestões. Ainda conforme a coordenação da cadeia, mesmo existindo uma hierarquia entre as esferas Federais e Estaduais, nesse caso, prevalece à lei estadual por se apresentar mais benéfica as pessoas privadas de liberdade.

Dentre as participantes, apenas Malva compartilhou que sempre teve apoio familiar e visitas frequentes “vinha um monte de gente, minha mãe, trazia de tudo, comida, passava o dia aqui”, pois, mesmo no contexto presencial poucas recebiam visitas familiares. De acordo com a coordenação da cadeia, nessa época o número de reclusas era de 45 e tinha-se uma média de 10 a 15 mulheres que recebiam visitas, sendo estas inconstantes. Nem sempre a mesma pessoa que recebia a visita em uma semana, recebia a mesma visita na semana seguinte.

Em meados de março de 2020 a cadeia sentiu os impactos da Pandemia da Covid-19 no acesso as visitas, passando a vivenciar o isolamento também da sociedade externa. No entanto, entre os meses de julho e agosto do mesmo ano, a instituição passou a organizar as visitas no formato virtual por meio de vídeo-chamadas. Com essa nova realidade as visitas virtuais alcançaram uma média de 20 a 30 encontros, fazendo com que quase todas conseguissem manter o contato familiar.

No entanto, o benefício da lei estadual acaba perpassando por um caminho dicotômico entre os direitos e as regalias. Pois, no texto da lei, estas regalias são concedidas conforme a conduta de comportamento. Provocando reflexões acerca do que de fato é garantido a elas e como essas regalias vão sendo constituídas em relação a apresentação de uma boa conduta. Seria, então, outra forma de punição? De violação? Ou seja, mesmo quando o Estado proporciona outras/novas perspectivas legais sobre o acesso às visitas os discursos hegemônicos sexistas e a lógica punitiva se fazem presentes.

Em relação às visitas íntimas, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP já assegurava aos homens privados de liberdade o direito a visita íntima. Porém, somente a partir do Programa de Visita Íntima estabelecido pela Resolução nº 01/99 deste mesmo conselho, decidiu-se impor aos sistemas prisionais a extensão desse direito também as mulheres, regulamentando os encontros uma vez ao mês.

No entanto, mesmo com essa regulamentação tardia às mulheres, algumas instituições prisionais ainda oferecem obstáculos. Para Leni Colares e Luiz Chies (2010) as instituições ainda impõem exigências que limitam os encontros íntimos. São ações que, legitimadas via os processos burocráticos, objetivam manter o corpo feminino dentro de uma norma moralizante e dominável, em que o poder disciplinar interfira nas possibilidades de liberdade sociais, sexuais, afetivas e subjetivas.

A burocratização, na perspectiva weberiana, é um mecanismo de poder exercido e alinhado aos discursos hegemônicos punitivos, constituindo “uma espécie de rede administrativa de adesão de profissionais aos procedimentos de penalização” (AKOTIRENE, 2020, p.69).

Esses pré-requisitos seguem ideias desumanizantes pautadas no gênero para que, através de estratégias de dominação, sejam ceifadas as possibilidades de liberdade das mulheres privadas de liberdade sobre seus corpos, suas vidas e escolhas. Como a sexualidade feminina, através da ótica social vigente, serve apenas para fins reprodutivos, os desejos e subjetividades tornam-se inatas. Para Judith Butler (2017) essas concepções partem de um pressuposto reificado e racionalizado que busca estabelecer uma continuidade causal entre gênero, sexo e desejo num âmbito heteronormativo, restringindo o gênero a estrutura binária e, respectivamente, aos seus destinos biológicos e sociais.

De acordo com a coordenação da cadeia, de fato é desafiador garantir espaços adequados às visitas íntimas. Afirmaram que pouquíssimas unidades prisionais no estado possuem essa estrutura. E pelo fato da unidade ser de pequeno porte e com poucas demandas de visitas íntimas, cabe à gestão organizar e assegurar esse direito sem distinção dentre as pessoas que tiverem qualquer tipo de relacionamento, sejam eles heteronormativos ou homoafetivos. Diante disso, explicaram que “permitem” adaptações dentro das celas já que não há um espaço específico; “pega e isola a cama, certo? Na cela, com tecido, uma cortina, aí pronto, ali elas se relacionam”.

Afinal, na perspectiva da sexualidade, são corpos femininos invisibilizados que não despertam interesse social e nem político, não são vistos em sua subjetividade ou direitos e podem ser interpretados como objetos. Conforme Judith Butler (2018) são corpos de pessoas cujas vidas não são consideradas e sua materialidade, atravessadas pelas forças regulatórias e fixidez identitárias, é entendida como não importante.

Acerca das sexualidades por meio de relacionamentos homoafetivos interpretamos, a partir das falas da coordenação da cadeia que, geralmente esses laços se estabelecem dentro do espaço. Afetividades atravessadas por vários elementos como desejos sexuais e amorosos, proteção e reflexos do abandono. Nana Queiroz (2015, p. 251) explica que essas relações possibilitam moldar as afetividades e expandir as sexualidades das mulheres, “nessas novas parcerias descobrem novos desejos e, às vezes, o amor”. Durante as visitas constatamos uma relação homoafetiva, um amor antigo, pois me recorro delas desde a primeira vez que estive lá. No entanto, em decorrências dos diversos enfrentamentos daquele espaço, não foi possível conhecer suas histórias de vida e formação.

Aroeira, única participante que afirmou estar em um relacionamento e receber visitas do companheiro, compartilhou como fazia para lidar com as precariedades impostas. Quando questionada se recebe visita íntima ela responde:

Tem não. A gente escapole porque nós é osada. A visita é na sua cama. Viu lá no meu ninho, onde é meu ninho! Mas quem não tem fica pra fora. Lá na cela só quem tem visita sou eu e Mxxxxx. Aí a mãe de Mxxxxx fica lá fora. E eu só tenho Lxxxx mulher. Porque eu nunca tive visita nenhuma em todas as cadeia que eu tirei. Aí acharo de vim colocar Lxxxx pra comer meu juízo que é rapidin pra tirar.

A visita íntima, embora não prevista expressamente, é um direito que deve ser assegurado constitucionalmente. Para Pedro Rios e Alfrancio Dias (2017), a sexualidade é um aspecto inerente a vida e não pode ser desautorizada, assim como na vida dessas mulheres. Portanto, afirmam Jéssika Borges e Márcio Silva (2019), a visita íntima é um importante vetor de vínculo afetivo-amoroso, e por isso não pode ser negligenciado por parte das instituições. Podendo resultar no fortalecimento do estigma do abandono, das privações dos desejos afetivos e sexuais e das punições que atravessam o ser feminino. No entanto, as visitas íntimas estão suspensas desde antes da Pandemia da Covid-19, alegando baixa demanda e valendo-se das “adaptações” como escapes das exigências estabelecidas pela lei.

É possível percebermos que o direito à visita, à visita íntima e demais exercícios da afetividade e da sexualidade da mulher privada de liberdade se encontram em situação de violações, comprometendo outras/novas possibilidades de ser mulher/feminino nas suas trajetórias de vida. Mesmo a coordenação da cadeia

afirmando que busca formas de garantir esse direito, como por exemplo, por meio da visita virtual, ainda assim há evidências acerca das violações e precarizações no espaço. Ademais, o fortalecimento do vínculo afetivo também é fundamental para a ressocialização dessas mulheres somados aos processos educativos oferecidos pela instituição.

5 “TENHO FORMAÇÃO NENHUMA, MULHER. TENHO FORMAÇÃO NÃO”: EDUCAÇÃO E OS PROCESSOS FORMATIVOS DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

[...] temos a oportunidade de trabalhar para a liberdade, a exigir de nós mesmos e nossos companheiros, uma abertura de mente e coração que nos permite enfrentar a realidade, mesmo quando consagramos coletivamente maneiras de ir além dos limites, para transgressão. Esta é a educação como a prática da liberdade.

“bell hooks”

Esta quinta parte está dividida em duas seções. Na primeira seção buscamos fundamentar acerca da educação na perspectiva libertadora, na qual a dialogicidade e a ética devem se fazer presentes no construto das práticas pedagógicas e no processo ensino-aprendizagem. No entanto, por meio das narrativas (auto) biográficas, percebemos esvaziamentos e ausências pedagógicas voltadas para a educação das mulheres privadas de liberdade. Na segunda seção, nesse sentido acerca desses esvaziamentos, apontamos que a interseccionalidade e suas contribuições acerca dos entrecruzamentos entre as categorias de gênero, raça, classe e sexualidade pode, em conjunto com a Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido - ECSAB, promover, para além de rupturas hegemônicas, processos formativos transgressores e geradores de visibilidade e autonomia.

5.1 “AQUI DENTRO TIVE ESSA OPORTUNIDADE DE ESTUDO MAIS NÃO CONSEGUI ESTUDA”: AS (IM) POSSIBILIDADES DE UMA FORMAÇÃO VOLTADA PARA A LIBERDADE POR MEIO DA EDUCAÇÃO PRISIONAL

A educação deve atuar na sociedade enquanto campo de transformação, ser sinônimo de consciência crítica, formação de conhecimentos e fortalecimento da autonomia dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem, tanto formais quanto não formais. Paulo Freire (2020) argumenta que para que a educação alcance o patamar de transformadora, ela deve ser uma prática para a liberdade. Pois, para o autor,

ela pode proporcionar o livre pensar e a formação do senso analítico e crítico capaz de romper as barreiras das opressões.

Uma educação libertadora vinculada ao processo dialógico entre os/as professores/as e alunos/as é embasada em troca de conhecimentos e saberes no processo ensino-aprendizagem, “não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade” (FREIRE, 1996, p. 21). Já bell hooks (2017) ressalta que a educação enquanto prática da liberdade deve, a partir dessa dialogicidade, ter o intuito de transgredir os discursos hegemônicos que, marcado pelo caráter capitalista e neoliberal, perpetua violências raciais e sexistas via o sistema de ensino.

A força do discurso tem uma natureza constitutiva e mediadora, que não somente reflete ou representa as relações sociais, mas as constrói ou as constitui. Inclusive, oprimindo grupos sociais e identitários atravessados pelas questões de gênero, raça, classe e sexualidade. Tornando-se urgente termos uma educação engajada nas perspectivas políticas e feministas capaz de promover práticas pedagógicas que transponham as fronteiras das impossibilidades do não saber, do não ser. Assim ela se manifesta

Minhas práticas pedagógicas nasceram da interação entre as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista, cada uma das quais ilumina as outras. [...] transpondo as fronteiras, possibilitou que eu imaginasse e efetivasse práticas pedagógicas que implicam diretamente a preocupação de questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (racismo e sexismo) e ao mesmo tempo proporcionam novas maneiras de dar aula a grupos diversificados de alunos. (HOOKS, 2017, p. 20)

Ante a isso a educação deve ser assegurada a todas as pessoas, conforme afirmam a Declaração Mundial dos Direitos Humanos - DMDH, Constituição Federal (1988), como também as Regras Mínimas para o Tratamento de Pessoas Presas (ONU, 1957) em relação às pessoas reclusas em espaços prisionais. Partindo do pressuposto que esse acesso garantirá a ressocialização às mulheres privadas de liberdade à sociedade e assim “possam levar uma vida autossuficiente e de respeito para com as leis” (ONU, p.4). De acordo com Elenice Onofre (2011) a educação no contexto

prisional ainda é um importante instrumento no processo de formação do sujeito, pois desencadeia uma série de mudanças de atitudes que podem vir a permitir essa ressocialização.

Estes espaços aderem às normativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, nº 9.394/96 que oferece a Educação de Jovens e Adultos - EJA como uma modalidade de ensino possível as pessoas privadas de liberdade, pois destina-se a quem não teve acesso ou continuidade de estudos na idade própria e cursos e exames supletivos que compreendam a Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Embasada em currículos mais flexíveis que considerem as experiências vividas, os saberes e as necessidades em torno de uma convivência em sociedade (BRASIL, 2000).

Essas diretrizes são propostas pela Escola Estadual Bento XVI ao espaço escolar da Cadeia Pública Feminina de Petrolina³⁷. Ofertando através do corpo docente, os/as professores/as contratados ou concursados, o ensino da educação escolar formal em salas de aulas nos espaços prisionais, tanto no feminino quanto no masculino. Para Maria Souza *et al* (2020, p. 8) existe uma discrepância sobre a oferta educativa entre homens e mulheres em privação de liberdade. Pelo fato da instituição seguir uma linguagem masculina, nega as especificidades acerca do feminino nos espaços prisionais; “a situação e as condições de aprisionamento, aliadas às normas disciplinares da prisão, muitas vezes, inviabilizam o acesso à escola [...] adentram as salas de aula e interferem nos processos educativos”.

Em umas de minhas visitas, me programei junto a coordenação para acompanhar uma das aulas ministradas e posteriormente, conversar com os/as professores/as. E ao realizar tal feito deparei-me com uma sala composta por apenas duas mulheres, naquele dia havia três docentes ministrando disciplinas de física, matemática e português.

Uma das professoras com quem conversei, compartilhou as dificuldades em exercer a docência em um sistema prisional e que, em decorrência disso, muitos/as os/as professores/as atuam naquele espaço para completar a carga horária exigida pela escola

³⁷ No que tange a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos estabelecimentos prisionais, não há, no âmbito do Estado de Pernambuco, nenhuma portaria, resolução ou instrução normativa que versem sobre a temática educação em prisões. Os documentos legais que regulam a oferta de educação prisional são os mesmos usados para qualquer estabelecimento educacional da Rede Pública Estadual (PERNAMBUCO, 2012, p. 23).

e/ ou complementar o salário mensal. Essa perspectiva educacional nos fez refletir sobre os desafios da educação no país, das quais destacamos três: a primeira permeia por possíveis negligências formativas nas trajetórias dos/as docentes, a segunda é sobre as precárias condições de trabalho vivenciadas por essa categoria e, em terceiro, os reflexos disso nos processos epistemológicos e metodológicos do educar, seja na educação básica, seja na educação prisional. E somado a isso, conforme afirma Timothy Ireland (2011), existe uma carência de Projetos Políticos Pedagógicos na Educação de Jovens e Adultos – EJA tanto como modalidade de ensino quanto na oferta desta nos espaços prisionais que resulta em uma ausência de formação docente adequada para atuar nesta área.

Uma formação docente³⁸ embasada na relação dialógica e, portanto dialética, que busque uma prática capaz de romper com os paradigmas dos discursos hegemônicos reprodutores de violências, estigmas e exclusões. Uma formação não crítica reproduz as visões de mundo daqueles que ocupam as esferas de poder e fortalece os mecanismos de manutenção das opressões na mente dos/as educandos/as.

E essas reproduções são percebidas na educação prisional. De acordo com Elenice Onofre (2011, p. 245), pelo fato da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos – EJA ser um eixo educativo invisibilizado e negligenciado pelas políticas governamentais, acaba oferecendo uma educação colonizadora e heteronormativa que atua em prol da manutenção da invisibilidade das mulheres privadas de liberdade. Desconsiderando que, a maioria delas em grande parte da vida, sofreram com violências advindas desses eixos de opressão.

Essas invisibilidades e negligências refletem diretamente no reforço de práticas sexistas por todos os sujeitos envolvidos na rede prisional e educativa. Para Elizangela Cunha (2010) a educação voltada para mulheres privadas de liberdade deveria se debruçar nas necessidades que esta população demanda, bem como possibilitar a desconstrução do sexismo enquanto relação de poder e subordinação.

Portanto, é uma educação marcada por enfrentamentos e contradições em um espaço escolar atravessado pela lógica punitiva que tem como principal ação corretiva a

³⁸ O artigo 11 das Diretrizes assegura aos educadores, gestores e técnicos o acesso a programas de formação inicial e continuada que dialoguem com as especificidades dos espaços prisionais. Algo que não ocorre, não se concretiza na vida prática desses docentes..

perda da liberdade, “o maior desafio [...] é implantar ações educativas significativas, uma vez que a instituição penal, por um lado, institucionaliza e retira a autonomia e a educação, que, por outro lado, liberta e humaniza as pessoas” (ONOFRE, 2011, p.245). Ou seja, ações educativas que possibilitem a produção e (re) construção dos saberes.

E tais enfrentamentos de acordo com Rogéria Martins (2017, p. 68) advém de uma educação que segue o cumprimento da ordem vigente, restringindo-se à obrigatoriedade de ofertar ensino, numa perspectiva meramente formal. E a regulamentação desta no espaço prisional se estabelece por meio das ações disciplinadoras e das relações de poder sobre os corpos dessas mulheres; “essa seria, de fato, a preocupação no contexto educativo na prisão”.

Para Guacira Louro (2003, p.2) a história da educação nos mostra a preocupação com o controle do corpo nas práticas pedagógicas, “o disciplinamento do corpo acompanhou, historicamente, o disciplinamento da mente”. São processos e práticas pedagógicas que fazem articulações desonestas e complexas com as categorias de gênero, raça, classe e sexualidade, impossibilitando-as de serem compreendidas nas perspectivas históricas e culturais. Percebemos que a escola também se torna um espaço de reprodução e de controle, seja ela fora ou dentro da cadeia.

Certamente que esses controles se intensificam na cadeia em decorrência das violações de direitos e as mortificações do eu que elas vivenciam neste espaço, são “espíritos descorporificados” (HOOKS, 1999, p. 115). Nas narrativas das participantes percebemos que o elo com a vida escolar segue uma lógica de inconstâncias, de momentos que não podem mais ser acessados, afastando-as do desejo de (re)viver os estudos na escola da cadeia. Flor de Mandacaru traz em sua narrativa as tentativas de retomar os estudos, interrompidos pelas vulnerabilidades e vivências no tráfico. No entanto, as amarguras e tristezas a perseguem a ponto de resultar em mutilações, choros e mais isolamento, “tive esse oportunidade de estudos mais não consegui estudar pois [...] depois que cai aqui [...] é como se meu brilho tivesse acabado” [sic].

Macambira (2021) traz à memória o quanto gostava de estudar “fui uma menina estudiosa, sempre tirava notas boas na escola” [sic]. No entanto, usa um tempo verbal no passado, é como se a possibilidade de estudar não pudesse ser conjugada no presente, naquele espaço e/ou naquela condição que está vivendo. Conversando com um dos agentes penitenciários, ele compartilhou que muitas mulheres enfrentam

dificuldades em dar continuidade à vida dentro da cadeia por perderem um pouco da noção do tempo, “parece que ela se congela, para no tempo”. Sem deixar de mencionar o quanto os atravessamentos afetivos e amorosos afetou a trajetória de vida e formação de Macambira.

Assim também é caso de Aroeira que, diante de relacionamentos abusivos, gravidez na adolescência e as responsabilidades monoparentais, acessar e manter a vida escolar contínua se tornou algo inatingível. Compartilhou que ainda tentou retomar os estudos dentro da cadeia “[...] Estudei até a oitava série. Fiz o Travessia, fiz o Projovem, mas nunca terminei. [...] E aqui eu estudei o ano passado, ano trasado, ano retrasado, só que eu fui embora.[...] Eu ainda pensei em voltar, mas...[sic]”. Em decorrência das vulnerabilidades vividas por ela no tráfico e suas idas e vindas aquele espaço nos fez refletir o quanto essas inconstâncias lhe prejudica, pois mostra-nos que esse “não conseguir” pode interferir nas possibilidades de mudança, de transformação.

No entanto, Malva e Coroa de Frade, com o ensino médio concluído, enfrentam adversidades referentes a ausência de ofertas educativas em torno da formação profissional e do trabalho; “[...] a educação deve se integrar a uma política séria de qualificação profissional e trabalho [...] permitindo a atividade criadora e a construção da autonomia” (CUNHA, 2010, 175). Esses elementos também são assegurados pela legislação das Regras Mínimas a Pessoas Presas (ONU, 1957) em espaços prisionais. Porém, nem todos apresentam estrutura e gestão para efetivar tais feitos como, por exemplo, a Cadeia Pública de Petrolina. “[...] no meu caso, eu que tenho curso técnico vou fazer o que na escola? Lá num tem nada pra mim. Se pelo menos tivesse um curso profissionalizante ou alguma coisa assim, eu iria” (COROA DE FRADE, DIÁRIO DE CAMPO, 2021).

Dentre todas as participantes, apenas Umburana exerce um trabalho formal dentro da cadeia, atuando no cargo de serviços gerais. Conforme a Lei Estadual 7.699/78 são serviços que atendem as necessidades da administração pública. Assegurando repouso semanal, carga horária de oito horas e remuneração por meio de um salário mínimo. Porém, devido a restrições impostas pelo Estado, ela não acessa o valor total do salário, uma parte fica retida para fins de “assegurar” uma reserva financeira. Ou seja, não deixa de ser uma restrição que fere diretamente a sua

autonomia, a sua liberdade. Na narrativa de Umburana é possível perceber esses aspectos

Aí eu trabalho, aí eu recebo 615,00. [Não é nem um salário mínimo, né?] É que fica retido uma parte pra quando a gente sair, a gente pegar depois, fica guardado. Aí você sai, aí depois de seis meses dá entrada e você recebe. [Então é mais de 615,00. Esse valor é o que você consegue acessar?] É. [Mas é um salário mínimo. Menos mal que eu vejo você trabalhar tanto, num tem nem folga]. Tem no domingo. Tenho entre aspas porque eu ainda faço as entregas do remédio. É, mas já me acostumei já. Separo tudo. O de hoje separo e o de amanhã já deixo separado, já deixo o da noite.

Na perspectiva educativa, a Assistência Social expõe, por meio da legislação, a compreensão que estas prestações de serviços devem favorecer as pessoas privadas de liberdade à reintegração ao convívio social por meio do trabalho, de atividades socializadoras em grupos e o uso de recursos para a manutenção dessas ações, tanto garantidos pela instituição quanto os doados pela sociedade civil. Porém, nos deparamos novamente com as ausências dessas ações educativas e da própria oferta de trabalho na cadeia. Essas ausências podem vir a reverberar nas relações de poder exercidas pelas gestões destes espaços, estabelecendo pelas vias de controle à construção de hierarquizações. Considerando quem poderá ou não ter acesso à educação, a alguma atividade e até mesmo a vaga de trabalho.

Todavia, quando essa educação se dá por meios não formais conseguimos perceber uma melhora acerca da participação das mulheres privadas de liberdade, inclusive nesta pesquisa. Seguir percursos pedagógicos não formais também fazem parte da educação libertadora, pois é capaz de proporcionar novos/outros paradigmas nas construções do saber e nas relações sociais. Conforme afirmam Valdilene Barros e Isabela Santos (2010, p. 06), além disso

a educação não formal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças da comunidade. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais.

As práticas educativas não formais advêm da sociedade externa, geralmente são propostas por pessoas ou grupos que fazem parte da sociedade civil e que, na maioria das vezes, se preocupam em ofertar atividades mais engajadas em promover e compartilhar saberes. Elas podem ocorrer em diversas perspectivas como atendimentos de saúde até atividades lúdicas propostas, por exemplo, por meio de projetos de extensão de universidades e faculdades, ou até mesmo por redes interdisciplinares. “Eu gostava muito de um pessoal que vinha aqui, acho que era da Psicologia. Aí eles traziam, faziam várias coisas, tinha também umas massinhas que a gente usava, era muito bom. Eu gostava” (AROEIRA, DIÁRIO DE CAMPO, 2021).

Porém, as inconstâncias, esse não conseguir, não permanecer também se repetia com esses grupos não formais. Bem como com esta pesquisa que, mesmo se propondo a realizar atividades formais e não formais deparou-se com essa fluidez, esse “não estar”. Acreditamos que, em decorrência das vulnerabilidades e violências vividas em suas trajetórias formativas, há uma perpetuação delas na cadeia, influenciando essa inconstância, São corpos e mentes intensamente vigiados e, ao mesmo tempo invisibilizados. Seja pelas vias formais ou não formais, o exercício da educação num contexto como esse, conforme afirma Rogéria Martins (2017, p. 69), exige muito mais que intenções e institucionalidades; “exige premente reflexão dessas ações pedagógicas, educativas que torne essa experiência, de fato, transformadora para essas pessoas”. Em complemento, afirmamos que pensar em uma educação voltada para mulheres privadas de liberdade exige também reflexões interseccionais sobre as suas trajetórias de vida e formação.

É fundamental e urgente que os processos formativos prisionais percorram caminhos de produção de sentido, de conhecimentos e saberes acerca das lógicas punitivas e seus entrecruzamentos com as violências de gênero e sociais perpetuadas na vida dessas mulheres; “educação libertadora que liga a vontade de saber à vontade de vir a ser” (HOOKS, 2017, p.32). E assim construir possibilidades de (re) existência ante a privação de liberdade.

5.1.1 Interseccionalidade e Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido - ECSAB: ausências e possibilidades de formação para mulheres privadas de liberdade

A educação prisional voltada para mulheres privadas de liberdade numa perspectiva interseccional pode evidenciar os contextos das relações sociais de poder e de saber. Pois, além de proporcionar consciência crítica, trará a relevância social e científica de um diálogo epistemológico embasado na valorização de experiências e saberes de mulheres atravessadas pelas opressões de gênero e sociais.

Partindo do pressuposto que a interseccionalidade não separa ou hierarquiza as categorias sociais nas relações poder, ela nos permite reconhecer e analisar os entrecruzamentos entre gênero, raça, classe, sexualidade e outras dimensões de tal maneira que pode proporcionar e orientar a educação para uma práxis transformadora capaz de romper com os discursos excludentes. Sob esse viés, Paulo Freire (2020, p.59) conforme já apontado em outra parte deste capítulo, afirma que, além das práticas educativas considerarem os saberes, a identidade cultural e a autonomia dos/as educandos/as, elas devem romper com as discriminações, “discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionantes a enfrentar”.

Nesse sentido, bell hooks (2017, p.66) afirma que o pensamento freireano apresenta um verniz de uma ética transgressora que deve ser empregado no processo epistemológico educativo abarcando todos os cenários e sujeitos da educação e conscientizando as pessoas oprimidas no combate ao racismo e ao sexismo.

Somente quando confrontarmos as realidades de sexo, raça e classe, as maneiras como nos dividem, nos diferenciam e nos opõem, e trabalharmos para reconciliar e resolver esses problemas, é que seremos capazes de participar da realização da revolução feminista, da transformação do mundo (HOOKS, 2019, p.69).

Estes aportes epistemológicos analisam as opressões e anunciam outras/novas teorias e práticas de fortalecer as mulheres e desconstruir os mecanismos de poder-saber heteropatriarcal e capitalista. E a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos – EJA deve seguir essas perspectivas transgressoras e libertadoras na formação das mulheres privadas de liberdade, principalmente pelas violências vividas e as inconstâncias que as impediram e impedem de ter acesso à educação ou de concluírem sua formação escolar.

Bem como a valorização dos saberes locais e de suas trajetórias de vida e formação no âmbito da educação não formal. No sentido educativo, elas vivenciaram essa realidade durante esta pesquisa, na qual puderam participar de espaços de debates e contação das suas histórias de vida. Conforme ressalta bell hooks (2019, p.100) pessoas oprimidas encontram formas de resistir “identificando-se como sujeitos, definindo sua realidade, configurando sua nova identidade, nomeando sua história, contando sua história”.

Tal concepção evidencia que a prática pedagógica, seja ela formal ou não formal, tem que estabelecer a dialogicidade entre teoria e prática, como também refletir sobre os percursos epistemológicos e metodológicos para alcançar as rupturas com os paradigmas dominantes e excludentes. E ter como aliada a Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido (ECSAB)³⁹ essas mudanças podem ser concretizadas na nossa região, conforme afirma Pinzoh Martins (2011 p. 47);

[...] “Educação Contextualizada” se associa aos processos de rompimento com a narrativa hegemônica, eurocêntrica, branca, macha, cristã, racionalista e capitalista – ou, se não isto, pelo menos associada aos processos de rompimento com as narrativas de algum modo exógenas às formas de vida particulares, com as quais, tais narrativas hegemônicas não dialogam e acabam tomando as como seus “Outros”. Chamamos tais narrativas hegemônicas de coloniais, tendo elas predominado na experiência educacional não apenas no Brasil, mas em diversos outros pontos do globo.

Portanto, a ECSAB pode ser apresentada como uma possibilidade de aprofundamentos e alargamentos das compreensões do todo e das singularidades em que se inserem as mulheres privadas de liberdade e as práticas educativas. Carla Paiva e Edonilce Barros (2017, p. 19) ressaltam que por ser uma educação descolonizadora prioriza, numa perspectiva dialética, a contextualização do saber, do ensino e dos processos educativos, compreendendo que “o contexto não é algo fixo, físico e objetivo”.

E para tal feito a ECSAB apresenta fundamentos básicos que potencializam as pluralidades do Semiárido como a visibilidade e dizibilidade dos saberes locais,

³⁹ A proposta da Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido surge a partir dos debates construídos por meio da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB) ainda nos anos 2000, a qual é composta por entidades e docentes da sociedade civil que perceberam a necessidade de pensar um novo paradigma educativo. “Ela barganha espaços de poder dentro dos programas do Estado, a fim de que a ECSAB seja implementada como política pública” (CARVALHO; REIS, 2013, p.26).

formação docente continuada, currículo dialógico, autonomia e emancipação, ou seja, uma educação que venha transformar a realidade. Portanto, é uma proposta educativa de ordem política que visa dialogar diretamente com o social e o cultural que tecem a vida cotidiana do/ a sertanejo/a, potencializando-os/as enquanto sujeitos pensantes.

Ainda na mesma linha de pensamento, Carla Paiva e Edonilce Barros (2014, p.28), sublinham que a ECSAB vem tecendo discussões acerca da invisibilidade feminina em decorrência das opressões de gênero e sexuais na região semiárida, e tem buscado romper com a cultura machista dominante que subalterniza esses corpos que “compromete a liberdade e a dignidade de mulheres”. Abordam elementos fundantes para essa ruptura como gênero, raça, classe e sexualidade e suas relações com as estruturas de poder. No entanto, o Projeto Pedagógico da ECSAB tem deixado a desejar em relação a visibilizar certos grupos de pessoas pertencentes ao universo feminino no processo ensino-aprendizagem, como por exemplo, as mulheres participantes desta pesquisa.

Elas são mulheres que construíram sua trajetória de vida e formação sobre o chão do Semiárido com vivências, inclusive, com a terra e com o plantio. Das seis mulheres participantes da pesquisa, quatro advêm do contexto rural. Conforme consta nos dados cadastrais no item ocupação/profissão tem-se Flor do Mandacaru, Umburana e Macambira como agricultoras e Coroa de Frade como trabalhadora rural.

Sim eu trabalhava na roça, sim minha avó tinha uma roça também. Às vezes eu ia ajudar ela na roça dela, mas na maioria das vezes eu ia trabalhar na acerola, goiaba e, uva nas roças lá perto. A roça da minha avó é muito bom lá, é na beira do rio, lá perto das pedrinhas [...] [sic] (FRAGMENTO DA CARTA DE MACAMBIRA, 2021).

Em decorrência das vulnerabilidades de gênero e sociais essas mulheres migraram para o espaço urbano, buscando outras/novas formas de recomeços. E quando esse cenário se modifica e seus caminhos se entrecruzam com a criminalidade são novamente, invisibilizadas. Por isso, é essencial que a ECSAB promova os princípios defendidos por sua política educativa e dialogar, além das categorias de gênero, raça, classe e sexualidade, com a criminalidade feminina e suas relações com o Semiárido seja no âmbito rural, seja no âmbito urbano.

De acordo com Pedro Paulo Rios (2016), não podemos pensar uma educação de convivência com o Semiárido negligenciando questões inerentes as relação de gênero. Discorrer acerca de uma educação contextualizada, pressupõe necessariamente pensar as questões de gênero, étnicas, raciais dentre tantas outras categorias que dizem respeito às subjetivações dos sujeitos.

Acreditamos que, seguindo uma perspectiva interseccional, a Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) podem vir a proporcionar patamares importantes às mulheres privadas de liberdade como: a) a visibilidade e valorização dos seus saberes, de suas histórias e dos seus enfrentamentos enquanto mulheres sertanejas privadas de liberdade, b) a urgência de a instituição escolar prisional repensar sobre o seu papel social e pedagógico diante das desigualdades de gênero e as tecnologias punitivas e c) a (re) construção de outras/novas formas de ser/saber nos processos ensino-aprendizagem e nas relações sociais.

Nesse sentido, poderíamos tornar possível a garantia de direitos e práticas educativas, formais e não formais, que reduzam as ausências e promovam de fato aprendizado, autonomia, equidade de gênero as mulheres privadas de liberdade. Alessandra Teixeira (2010) conclui que a educação nos sistemas prisionais deve ser como um movimento de resistência; “o poder não se exerce sem que ao seu lado e a partir dele se constituam, a todo o momento, formas de resistência” (p. 78). E possibilitar diferentes modos de aprendizagens na vida escolar da cadeia seja talvez, a mais completa forma de (re) existência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para melhor situar o objeto de estudo desta pesquisa, que trata de mulheres privadas de liberdade e seus processos formativos, tivemos que revisitar uma vasta literatura. Historicamente, a ideia corretiva por meio da punição e o surgimento dos sistemas prisionais são atravessados por violações dos Direitos Humanos em prol de exercer controle social. Tal controle busca, por meio das relações de poder, disciplinar e docilizar os corpos femininos ditos desviantes para o cumprimento de seus papéis de gênero e sexuais.

As discriminações sobre a criminalidade feminina decorrem de uma cegueira de gênero pelas instituições políticas e educativas que acaba colaborando com esse processo incessante de correção. E quando esse processo não se efetiva, busca-se invisibilizar as opressões de gênero para desumanizar essas mulheres e, posteriormente, isolá-las da convivência social por meio das trancas da jurisprudência. Ao relacionar essas mecânicas de poder sobre os corpos femininos de mulheres negras percebemos que ocorrem de formas ainda mais desumanizantes. Todas as formas punitivas de violências exercidas sobre as mulheres privadas de liberdade pelo Estado são vistas como legítimas. Pois, justificam-se em discursos falaciosos sobre segurança pública e justiça social.

Os resultados apresentados nesta dissertação acerca de gênero e suas intersecções no sistema prisional feminino e as ações educativas, mesmo que com significativas contribuições, ainda são incipientes para traçar uma cartografia social das mulheres privadas de liberdade. Em se tratando do território Semiárido Brasileiro - SAB, essa realidade é ainda mais incipiente ou até mesmo inexistente nas discussões sobre o sistema prisional feminino nesta perspectiva. Partindo desse pressuposto, justificamos então a relevância desta pesquisa.

No entanto, antes de adentrarmos nos objetivos e achados da pesquisa, ressaltamos que a abordagem é do tipo qualitativa e segue uma perspectiva dialética. Adotamos como método e instrumento de investigação as narrativas (auto)biográficas por compreender sua relevância nas discussões acerca da complexidade, concretudes e subjetivações presentes na vida e formação de mulheres privadas de liberdade em sistemas prisionais.

Por meio das narrativas (auto)biográficas, buscamos evidenciar as que estavam ocultas na senzala-prisão. Mais que um método investigativo, as narrativas transformaram-se em lugares de falas, em ferramentas que possibilitam dar voz a quem historicamente foi silenciada e/ou teve sua fala interrompida, desautorizada.

Pois ao narrarem suas histórias de vida e formação, as mulheres privadas de liberdade compartilhavam suas potencialidades que podem ser compreendidas como instrumentos permanentes de formação. Pois proporcionam e/ou provocam novas formas de viver no mundo. Entendemos assim que, pelas possibilidades de processos de autoformação, esse método investigativo/formativo se mostrou bastante produtivo para o desenvolvimento desta pesquisa.

Nesse sentido, foi possível perceber que, por meio desse método, as narrativas de si também dizem sobre o/a outro/a que se entrecruzam em avenidas desiguais e identitárias, revelando-se também na pesquisadora. Mesmo considerando o lugar social que ocupo, nossas histórias se entrecruzam nas opressões de gênero. Certamente que discutir sobre questões de gênero, sistema prisional e educação em um território Semiárido, trouxe enfrentamentos constantes, tanto no âmbito teórico-científico quanto na própria execução e escrita da dissertação.

Estar in loco em meio a um contexto pandêmico de Covid-19 e vivenciar relações interpessoais com mulheres atravessada pela perda da liberdade foi uma experiência desafiadora. Mas também um processo enriquecedor, pois vivenciamos trocas que contribuíram, significativamente, para tratar do problema desta pesquisa que é conhecer qual/ais as trajetórias de vida e os processos formativos, formais e não formais, das mulheres privadas de liberdade, na Cadeia Pública de Petrolina – PE.

Delineamos o esboço da pesquisa de forma que, quando as mulheres privadas de liberdade compartilhassem suas trajetórias de vida, traríamos à tona histórias de opressões interseccionais e os discursos hegemônicos estigmatizantes. Neste sentido, buscamos, para além de narrar suas histórias de vida, compreender as trajetórias e os processos formativos na Cadeia Pública de Petrolina. Seguindo pela análise dessas trajetórias de vida ancorada nos aportes teórico-práticos sobre questões de gênero, racismo e sexismo, bem como compartilhando as suas escritas acerca da sua condição de mulher privada de liberdade e seus processos formativos dentro e fora deste espaço.

Ao percorrer os caminhos narrativos (auto) biográficos conseguimos construir capítulos analíticos que exigiram compreensões sensíveis acerca das memórias, dos imaginários sociais, dos saberes e do que era possível ser compartilhado a partir das experiências de vida na perspectiva de gênero e suas intersecções. Como as compartilhadas por Malva (2021) acerca dos acontecimentos vividos e a punição por meio da perda da liberdade; “Estou privada de minha liberdade”. Tal processo de perda do direito de ser/estar livre não se inicia e se encerra no cárcere, mas atravessam-nas nas suas relações interpessoais. Fortalecendo os processos de mortificações do eu que, devido ao isolamento, deturpa o seu lugar social e nos espaços prisionais esse lugar é manipulado por meio da disciplinarização de seus corpos.

Esses processos corretivos deterioram sua(s) identidade(s) e acabam interferindo nas relações entre elas vivenciadas nas macrorrelações com a Cadeia. Flor de Mandacaru (2021) compartilha que “[...] aqui dentro infelizmente não me dou com ninguém, por esse lugar é cheio de falcidade, inimizade”. No entanto, criam formas de resistência para lidar com essa realidade e com as práticas institucionais corretivas sobre esses corpos “desviantes”.

Os estigmas decorrentes de discursos hegemônicos racistas e sexistas acerca desse corpo feminino desviante exercem a função, por meio das políticas de “combate a criminalidade”, do controle social, de delimitar quem é digno de ser livre e/ou viver em sociedade, independente do que consta na Constituição Brasileira. Nossa Democracia golpeada tenta estancar o sangue que jorra a olhos vistos através das instituições, no entanto, se esvai frente às desigualdades de gênero e ao racismo estrutural.

Desigualdades de gênero e raciais percebidas nas narrativas (auto)biográficas de Aroeira, Coroa de Frade e Macambira. Atravessadas pelas categorias de gênero, raça, classe e sexualidade tornam-se evidente as tecnologias de poder do racismo e do sexismo nas suas trajetórias de vida e formação. Pois entrecruzamos, no decorrer desta dissertação, todas as narrativas das mulheres participantes à perspectiva interseccional, algo que resultou na emersão da violência como mecanismo opressor nos múltiplos cenários sociais. Conforme apontamos com a femininização da pobreza, os enfrentamentos de mulheres em lares monoparentais e do abandono social e afetivo vivenciado por elas antes e durante o encarceramento.

Ante as violências, os processos formativos, seja por meio da educação formal ou não formal, tornam-se, para a maioria delas, memórias de um tempo passado ou inconstâncias frente as (sobre)vivências na cadeia. Por meio das narrativas conseguimos perceber que a educação formal ofertada na cadeia não dialoga com a realidade de vida das mulheres privadas de liberdade. Uma educação não contextualizada e, assim, não crítica, reforça discriminações que interferem, negativamente, nos processos de se (re)fazer dessas mulheres.

Somada aos esvaziamentos educativos, temos o não cumprimento de oferta de trabalho e cursos formativos as pessoas que já completaram o ensino médio. Poucas são as mulheres privadas de liberdade que possuem o ensino médio completo. Porém, Umburana destoa dessa realidade. Com ensino médio completo atua na função de serviços gerais na cadeia. No entanto, isso não a isenta dos efeitos dos esvaziamentos educativos e das explorações nas relações de trabalho.

Portanto, a educação prisional tem que trazer em seu Projeto Pedagógico Político uma dialogicidade com os contextos de vida dessas educandas. Considerar em seus construtos formais ou não formais as histórias de vida e formação, as desigualdades de gênero e sociais e as violências perpetuadas na cadeia. E a partir disso propor políticas educacionais contextualizadas direcionadas as mulheres sertanejas que hoje estão em condição de privação de liberdade. No entanto, o que conseguimos perceber por meios das técnicas de coleta de dados, foi uma educação colonizadora que desvaloriza os saberes das mulheres participantes desta pesquisa.

Sobre as reflexões em torno da educação e da práxis educativa ante aos esvaziamentos dos processos formativos apontados nesta pesquisa, evidenciam-se as opressões de gênero e suas intersecções perpetuadas nas salas de aula do espaço prisional. Ademais, é preciso que haja outras/novas forma de pensar acerca da criminalidade e suas redes de atuação na vida das mulheres. Para assim, conseguir desconstruir essa lógica do direito de punir exercido pelos agentes da lei e pela sociedade sobre os corpos femininos, ferindo sua dignidade humana e sua cidadania.

A pesquisa evidenciou, por meio das análises das narrativas (auto)biográficas, que as opressões de gênero vivenciados pela mulheres privadas de liberdade ocorrem em todas as esferas sociais, sendo estas perpetuadas num espaço constituído pela lógica punitiva e pela vigilância, a cadeia. As reproduções de violências exercidas sobre seus

corpos, dentro e fora desse espaço, se entrecruzam com suas relações interpessoais e afetivas. Ao relacionar essas questões aos aspectos educativos, formais e não formais, percebemos que esses enfrentamentos interferem na vida formativa delas, a ponto de, em alguns contextos, impossibilitá-las de (re) fazer-se enquanto pessoas autônomas. Sob esse prisma, faz-se necessário compreender e refletir sobre as formas de violências de gênero perpetuadas pelos os agentes da lei sobre essas mulheres, reforçando o racismo e o sexismo no “combate a criminalidade”. Concluimos que também se faz necessário propor outros modos de fazer justiça social, bem como promover outros/novos paradigmas como a equidade de gênero e políticas públicas educacionais transgressoras.

Diante do que foi discutido e as compreensões conclusivas desta pesquisa entendemos que ela não se esgota aqui, apenas dá um passo a frente para vislumbrar novas/outras pesquisas sobre essa problemática, principalmente no Semiárido nordestino. Pesquisas que venham anunciar e denunciar uma cultura machista e sexista impregnada de violência contra a mulher, principalmente as mais marginalizadas, como as mulheres privadas de liberdade. Não apenas pela criação de leis, mas pela via da educação, as quais se entrecruzem com o reconhecimento das diferenças de gênero e sociais. E assim, alcancemos políticas públicas educacionais transgressoras que de fato, possibilitem a prática da liberdade.

REFERÊNCIAS

- ANGELOU, Maya. **Ainda assim eu me levanto** (Still I Rise). 1978. Disponível em: <https://www.elisamariamattos.com/post/ainda-assim-eu-me-levanto-i-ll-rise-maya-angelou>. Acessado em 15 de maio de 2022.
- ANGERS, Maurice. **Initiation pratique à la méthodologie des sciences humaines**. Montreal: Centre Educatif et Culturel (CEC).1992
- ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**. Brasília. n.1.v.31, jan/abr.,2016. Disponível em: Acesso em: 22 de setembro de 2021.
- ALVES, Jaime Amparo. On mules and bodies: black captivities in the Brazilian racial democracy. **Critical Sociology**, OnlineFirst. Vol. 42, pp. 1-20. 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0896920514536590>. Acessado em: 18 de abril de 2022.
- AKOTIRENE, Carla. **Ó Pai, prezada: Racismo e Sexismo Institucionais tomando o bonde nas penitenciárias femininas**. São Paulo: Polén, 2020.
- ARAGÃO, Maria Lucia. Memórias literárias na modernidade. **Revista do Programa de Pós-graduação em Letras**, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), n. 3, jan./jun. 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11423/6898>. Acesso em: 28 de Agosto de 2021.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas de subjetividade contemporânea**. Tradução Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acessado em: 22 de setembro de 2020
- BRASIL. **Lei Federal Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acessado em: 02 de setembro de 2020
- BRASIL. **Lei Federal Lei nº 12.403, 4 de maio de 2011**. Diário Oficial da União. Brasília, 4 maio. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112403.htm Acessado em: 20 de abril 2021.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acessado em: 25 de setembro de 2020

BRASIL. **Departamento de Penitenciárias Nacional (DEPEN)**. Ministério da Justiça. 2014. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacaopenitenciariafeminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2020.

BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias **INFOPEN mulheres** – 2ª Edição/ organização, Thandara Santos; colaboração Marlene Inês da Rosa [et al]. Brasília; Ministério da justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Acesso em: 21 de junho de 2020

BRASILb. Ministério da justiça. Decreto **Lei nº 12.116, de 11 de agosto de 1941**. DEPEN, Departamento Penitenciário, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres – julho de 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-nobrasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2020.

BRASIL. c. Decreto **Lei 3.971, de 24 de Dezembro de 1941**. DEPEN, Departamento Penitenciário, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres – julho de 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-nobrasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2020.

BRASIL. **Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de atuação sobre o sistema penitenciário, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm .Acesso em:09 de setembro de 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação nº 62**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 17 mar. 2020a. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 09 de setembro de 2020.

BRASIL. Pernambuco. **Decreto n 25.287, de 10 de março de 2003**. Aprova o Regulamento da Secretaria de Cidadania e Políticas Sociais, e dá outras providências. 2003. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=6&numero=25287&complemento=0&ano=2003&tipo=&url> = Acessado em 09 de setembro de 2021.

BRASIL. Pernambuco. **Lei n 7.699, de 24 de julho de 1978**. Institui o Código Penitenciário do Estado de Pernambuco. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pe/lei-ordinaria-n-7699-1978-pernambuco-institui-o-codigo-penitenciario-do-estado-de-pernambuco-2016-04-04-versao-compilada> Acessado em: 03 de março de 2021

BRASIL. Pernambuco. **Lei complementar nº 49, de 31 de janeiro de 2003**. Dispõe sobre as áreas de atuação, a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo, e dá outras providências. 2003. Disponível em: Acessado em 09 de setembro de 2021

BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade feminina. **Contextos Clínicos**. 5(1):52-61, janeiro-junho 2012. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/ctc.2012.51.06/846>.

Acessado em: 10 de Janeiro de 2022

BARROS, Valdilene Cardoso; SANTOS, Isabela Macena. Além dos muros da escola: a educação não formal como espaço de atuação da prática do pedagogo. **Pesquisa em Educação: Desenvolvimento, Ética e Responsabilidade social**. pp. 1-9, 2010.

Disponível em: <https://docs.favenorte.edu.br/files/biblioteca/publicacoes-online/ALEM-DOS-MUROS-DA-ESCOLA-A-EDUCACAO-NAO-FORMAL-COMO-ESPACO-DE-ATUACAO-DA-PRATICA-DO-PEDAGOGO.pdf> Acessado em: 12 de março de 2022.

BAUER, W. Martin; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto: Imagem e Som: Um manual**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 7ª edição. Petrópolis. RJ: Vozes. 2008

BECKER, Howard. S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 232 p. 2008

BELEI, Renata Aparecida, et al. (2008). O uso de entrevista, observação e vídeogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, 30. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1770> Acessado em: 15 de abril de 2021

BENELLI, José Silvio. **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas**. Editora UNESP. E-book. 2014. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/74z7q> Acesso em: 20 de agosto de 2021.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. São Paulo: Paulus, 2010.

BELENKI, Mary Field et al (Ed.). **Women Ways of Knowing: The Development of Self, Voice, and Mind**. New York: Basic Books Inc., 1997.

BUENO, Winnie. **Imagens de Controle: um conceito do pensamento e Patrícia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

BUTLER Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Judith Butler; Tradução: Renato Aguiar- 13ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

CANCIAN, Francesca. **The feminization of love**. Signs, v. 2, n. 4, p. 693, 1986.

CARVALHO, Ada. Rizia Barbosa de. **Cadeias de Tensão: repertórios disciplinares de facções e do sistema em unidades de internação alagoanas**. **Dissertação**. Universidade Federal de Alagoas, Maceió. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2021. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/7796/1/Cadeias%20de%20tens%C3%A3o%20rept%C3%B3rios%20disciplinares%20de%20fac%C3%A7%C3%B5es%20e%20do%20sistema%20em%20unidades%20de%20interna%C3%A7%C3%A3o%20alagoanas.pdf>. Acessado em: 02 de março de 2021

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. **Crítica Marxista**, n. 11, São Paulo, p. 98-108, 2000. (Dossiê Marxismo e Feminismo). Disponível em:

https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie59Dossie%205.pdf Acesso em: 26 de julho de 2021.

CHAPOULIE, Jean Michel. **Everett C. Hughes et le développement dl travail de terrain en France**. Revue Française. de Sociologie:, vol. 25, n. 4, p.582-608. 1984

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

CHODOROW, Nancy. Estrutura Familiar e Personalidade Feminina. In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (Orgs.). **A mulher, a Cultura e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 65-94.

COLARES, Leni. Beatriz.; CHIES, Luiz Antônio Bogo. Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. 2010, maio/ago, pags.407 a 423.. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000200007/13626>. Acessado em:05 de maio de 2022

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**. New York: Routledge, 2000.

CORTINA. Monica Ovinski de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Estudos Feministas, Florianópolis**, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015. p 761-778. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/PQPcqNq4NR9TCkk3tNmvp5c/?format=pdf&lang=pt> Acessado em: 14 de fevereiro de 2022

COSTA, Ana Alice de Alcântara e SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In. BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org). **Mulher e Relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

CRENSHAW, Kimberlé Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos feministas**, 10(172), p. 171-188. 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 12 de agosto de 2021.

CUNHA, Elizangela Lelis. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 157-178, mai.-ago. 2010.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/gNNDhkSmPznGQKnr3vTm4fK/?lang=pt&format=pdf>
f Acessado em: 15 de dezembro de 2021

CURY Jéssica. Santiago; MENEGAZ, Mariana Lima. Mulher e o Cárcere: uma história de violência, invisibilidade e desigualdade social. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499469506_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero-enviar.pdf Acesso em: 12/12/2020

DAVIS, Angela; DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 11. 2003.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/YWZPJTvKLHJ9fZ6bFTWQWHb/?lang=pt> Acessado em 12 de agosto de 2021

DAVIS, Angela. A democracia da abolição: para além do império das prisões e da tortura. Rio de Janeiro, DIFEL. 2009

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2014.

DIUANA, Vilma; CORRÊA, Marilena Côrrea, VENTURA, Miriam. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 27, 727-747. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/EBBE/Downloads/1809-4481-physis-27-03-00727.pdf>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

ESTEBAN, Maria Teresa. Pedagogia de projetos: entrelaçando o ensinar, o aprender e o avaliar à democratização do cotidiano escolar. In: SILVA, J. F.; HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. T. (Org.). **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCrim, 2004.

EUGENIO, Benedito; TRINDADE, Lucas Bonina. A entrevista narrativa e suas contribuições para a pesquisa em educação. **Pedagogia em Foco**, Iturama (MG), v. 12, n. 7, p. 117-132, jan./jun. 2017.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escrevivência em dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Marti ns de Barros; SCHNEIDER, Liane (orgs). **Mulheres no Mundo - etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Idéia/Editora Universitária, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante. 2017

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?**. 3. ed. Tradução Antonio F. Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160.

FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. Org: Manoel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro, Inés Autran Dourado Barbosa. **Coleção Ditos & Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 144- 162. 2004. Disponível em: http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Foucault-A_escrita_de_si.pdf. Acessado em 17 de setembro de 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão; tradução Raquel Ramalhete. 42. Ed. Petrópolis, Vozes, 2014.

FRANÇA, Marlene Helena Oliveira. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. **Revista Ártemis**, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014. pp. 212-227. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/22547/12510> Acessado em: 02 de dezembro de 2020

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 65ª ed- Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdades e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. Flávio Paulo Meurer. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2008

GAMA, Rodrigo Rodrigues. A prisão no Brasil. In: **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 34 n. 136 out./dez. 1997. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/293> Acessado em: 10 de agosto de 2020

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Editora Unesp.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, de 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. 4ª edição. LTC. 2004

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: **Encontro Nacional da Latin American Studies Association**. Pittsburg, 5-7 abr. 1979. Mimeografado

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS. 1984. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf) Acessado em 05 de janeiro de 2021

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flávia Rios, Márcia Lima. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GREGÓRIO, Júlia Fernandes Flauzino. A solidão da mulher negra encarcerada. **III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM PRISÃO**. RECIFE. P. 1-15, set. 2017. Disponível em: <https://elasistem.files.wordpress.com/2017/10/a-solido-da-mulher-negra-encarcerada.pdf>. Acessado em: 18 de janeiro de 2022

GUEDES, Marcela Ataíde. Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 26 (4): 558-569. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/YnNMx5wfKnM8374crVQnMBS/abstract/?lang=pt> Acessado em: 24 de setembro de 2021

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. São Paulo: Ed. Humanitas, 2005

hooks, bell. **Ensinado a transgredir**: a educação como prática de liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. -2 ed. -São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. Editora: Elefante. 1ª edição. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Indicadores sociais e as diferenças salariais entre homens e mulheres. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html> Acessado em: março de 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Condições de vida, desigualdade e pobreza no país. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html> Acessado em: março de 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acessado em: 05 de maio de 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. População do último CENSO. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina>. Acessado em: 05 de maio de 2021

IRELAND, Timothy Denis. Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 19-39, nov. 2011. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2714/2452> Acessado em 19 maio de 2020

JOLIBERT, Josette. **Além dos muros da escola: a escrita como ponte entre alunos e comunidade**. Trad. Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre: Artmed, 2006.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo, Cortez. 2004

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. **Entrevista narrativa**. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002, p. 90 – 113.

KLINGER, Diana. A escrita de si – o retorno do autor. In: KLINGER, Diana. **Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 15-60.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Pesquisa bibliográfica. In: **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 72-77.

LENCHER, Elsa. Narrativas autobiográficas e transformação de si: devir identitário em ação. In: **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si/** Elizeu Clementino de Souza, Maria Helena Menna Barreto Abrahão, (Orgs.); Marie-Christine Josso, Prefácio. Porto Alegre; EDIPUCRS: EDUNEB, 2006.

LIMA, Betina Stefanello. Quando o amor amarra: reflexões sobre as relações afetivas e a carreira científica. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Niterói, v.12, n.1, p. 9-21, 2. 2011. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/24042013-122919dossie01.pdf> Acessado em: 18 de março de 2022

LISPECTOR, Clarice. **Um Sopro de Vida: (Pulsações)**. 8a. ed. Editora Nova Fronteira. 1978

LISPECTOR, Clarice. Observações sobre o Direito de punir. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. p. 45-46.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, William. **The female offender**. Colorado: Fred B. Rothman & Co. 1980.

LOURO, Guacira Lopes. Uma epistemologia feminista. In: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª edição. Editora: Vozes, Petrópolis, 2003.

LUKÁCS Georg. **Narrar ou descrever?** In: Ensaio sobre literatura. Konder L, organizadores. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S A; 1965.

MARTINS, Josemar da Silva. Educação Contextualizada: Da teoria à prática. In: REIS, Edmerson dos Santos; CARVALHO, Luzineide Dourado (orgs). **Educação Contextualizada: Fundamentos e Práticas**. UNEB/ Departamento de Ciências Humanas – Campus III/ UNEB/NEPEC-SAB/ MTC/ CNPq/ INSA. p. 45-64 Juazeiro-BA, 2011.

MARTINS, Rogéria. Modalidades diferenciadas de ensino: uma experiência do campo da educação na prisão e suas idiossincrasias com a sociologia. **Teoria e Cultura**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 12 n. 1 jan. a junho. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12353> Acessado em: 22 de novembro de 2021.

MELO, Hildete Pereira de. **O serviço doméstico remunerado no Brasil**: de criadas a trabalhadoras. Rio de Janeiro: Ipea, 1998.

MORAES, Ana Alcídia Araújo. Tarrafa de pescaria: o uso de carta na pesquisa. MORAES, A. A. A. Fishing cast net: the use of letters in a study. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.10,n.19, p.169-84, jan/jun 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/wXsQYbWZPTQLLv9wbLtBYJv/?format=pdf&lang=pt> 19 de novembro de 2020

MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. In: KRAMER, Heinrich. SPRENGER, James. **O Martelo das feiticeiras**. Tradução de Paulo Fróes. 20 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2009.

MUYLAERT Camila Junqueira et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica da Universidade de São Paulo (USP)**. 2014. Edição 48. P. 193-199. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/NyXVhmXbg96xZNPWt9vQYCT/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em 19 de novembro de 2021.

NASCIMENTO, Arles Monaliza Rodrigues. Narrativas sobre transfobia no cárcere por mulheres transgênero : “a prisão não são as grades e a liberdade não é a rua”. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38083/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Arles%20Monaliza%20Rodrigues%20Nascimento.pdf> . 05 de setembro de 2021

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 25 jul. 1976.

NETTO, Carla et al. Cartas: um instrumento desvelador que faz a diferença no processo educacional. **Revista Educação por Escrito** – PUCRS, v. 2, n. 1, jun. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/11025>
Acesso em: 04 de setembro de 2021

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade. **CEDES**. n. 35 (96), mai- agosto 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/QwFbptcpDjjhKkgjgZNcC3r/?format=html>
Acessado em: 02 de junho de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Regras Mínimas para Tratamento de Pessoas Presas. Escritório das Nações Unidas sobre crime e drogas. 1957. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a9426e51735a4d0d8501f06a4ba8b4de.pdf> Acessado em: 15 de dezembro de 2021

PAIVA, Carla Conceição da Silva; BARROS, Edonilce da Rocha. Gênero, Sexualidade e Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido: reflexões e desafios. In. **Paradigma Cultural II: gênero, educação, trabalho e etnias**. Org. Edonilce da Rocha Barros Carla Conceição da Silva Paiva, Curitiba: CRV, p.15-34, 2017.

PASSEGI, Maria da C. Narrar é humano! Autobiografar é um processo civilizatório. In: Passegi, Maria da Conceição; Silva, Vivian Batista da (Org.). **Invenções de vidas, compreensão de itinerários e alternativas de formação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PASSEGGI, Maria; NASCIMENTO, Gilcilene; OLIVEIRA, Roberta de. As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em Educação. **Revista Lusófona de Educação**, núm. 33, 2016, pp. 111-125. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/349/34949131009.pdf> Acesso em 14 de setembro de 2021.

PEARCE, Diane (1978). The feminization of poverty: women, work and welfare. *Urban and Social Change Review*, p.28-36

PERNAMBUCANO, Jarbas. A Maconha em Pernambuco. In: FREYRE, Gilberto. (Org.). *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1937

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Petrolina. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br> Acessado em 27 de novembro de 2021

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. "Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler". **Revista Estudos Feministas**. v. 10 n. 1, jan, 2002. Disponível em: Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100009&script=sci_arttext Acesso em: 27 04. 2022.
» http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100009&script=sci_arttext

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. Org. Nana Queiroz. 8ª ed. Rio de Janeiro, 2017.

REIGOTA, Marcos. **Aspectos teóricos e políticos das narrativas**: ensaio pautado em um projeto transnacional. In: CORDEIRO, Rosineide.; KIND, Luciana. (org.). *Narrativas, Gênero e Política*. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 49-66.

REIS, Edmerson dos Santos. Educação Contextualizada: Da teoria à prática. In: REIS, Edmerson dos Santos; CARVALHO, Luzineide Dourado (orgs). **Educação Contextualizada: Fundamentos e Práticas**. UNEB/ Departamento de Ciências Humanas – Campus III/ UNEB/NEPEC-SAB/ MTC/ CNPq/ INSA. Juazeiro-BA, 2011.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. São Paulo: Sueli Carneiro. Polén, 2019.

RICOUER, Paul. **The Narrative Function**. In: W.J.T. Mitchel (ed). *On Narrative*. Chicago IL: Chicago University Press. p.167-185. 1980

RIOS, Pedro Paulo Souza. O estranho que habita em mim: narrativas de vida e formação de professores gays do Semiárido baiano. **Tese de Doutorado**, Programa de pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2017 . Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11842> Acesso em: 10 de dezembro de 2020

RIOS, Pedro Paulo Souza; DIAS, Alfrancio Ferreira. Trajetórias de vida de professores homossexuais no Semiárido Brasileiro: as narrativas (auto)biográficas enquanto instrumento de formação docente. In. **Paradigma Cultural II: gênero, educação, trabalho e etnias**. Org. Edonilce da Rocha Barros Carla Conceição da Silva Paiva, Curitiba: CRV, p.69-84, 2017.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a economia política do sexo. Recife: SOS Corpo. 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular. Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Jahyra Helena Pereira dos; SANTOS, Ivanna Pequeno dos. **Prisões**: Um aporte sobre a origem do encarceramento feminino no Brasil. História do direito. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito-CONPEDI, 387-401. 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c76fe1d8e0846243> Acesso em 10 de janeiro de 2021.

SANTOS, Héllen Thaís dos; GARMS, Gilza Maria Z. Método autobiográfico e metodologia de narrativas: contribuições, especificidades e possibilidades para pesquisa e formação pessoal/profissional de professores. Anais. **Congresso Nacional de Professores. Congresso Estadual sobre Formação de Educadores**. São Paulo: UNESP; PROGRAD. pp. 4094-4106. 2014. Disponível em:

http://200.145.6.217/proceedings_arquivos/ArtigosCongressoEducadores/364.pdf.

Acesso em: 05 de setembro de 2021

SANTOS, Ineildes Calheiro dos; OLIVEIRA, Eduardo. Experiências das Mulheres na Escravidão, Pós-abolição e Racismo no feminismo de Angela Davis. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. Vol.26, p.1-5. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/GMvMwV3Q3tgPbprnkBPcxSS/?format=html> Acesso em: 21 de março de 2021.

SANTOS, Jessika Borges Lima; SILVA; Márcio. Santana da Silva. Encarceramento feminino: Reflexões acerca do abandono afetivo e fatores associados. **Revista Psicologia Política**. vol.19 nº.46 São Paulo set./dez. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v19n46/v19n46a07.pdf>. Acessado em: 16 de dezembro de 2021.

SANTIAGO, Silviano. Suas cartas, nossas cartas. In: SANTIAGO, Silviano. **Ora (direis) puxar conversa!** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 59-93.

SAVENHAGO, Igor José Siquieri; SOUZA, Wlaumir Donisete de . Visões sobre educação: o caso de uma instituição penitenciária feminina no interior paulista. **Plural**, v. 21, n. 1, p. 117-138, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/83624> Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

SCOTT, Joan. W. Gênero: **uma categoria útil de análise histórica**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1989.

SCHÜTZE, Fritz. Die Technik des narrativen Interviews in Interaktionsfeldstudien: dargestellt an einem Projekt zur Erforschung von kommunalen Machtstrukturen. Universität Bielefeld, Fakultät für Soziologie, 1977.[Manuskript].

SCHWARTZ, Jennifer; STEFFENSMEIER, Darrell. (2004) Contemporary Explanations of Women's Crime. In: **The Criminal Justice System and Women: offenders, prisoners, and workers**. New York: McGraw-Hill, 3ed, 2004.

SEM AUTOR: Detentas relatam abusos sofridos na Cadeia Pública de Petrolina. Petrolina. **Blog do Waldiney Passos**, 08 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.waldineypassos.com.br/detentas-relatam-abusos-sofridos-na-cadeia-publica-de-petrolina/> Acesso em:09 de setembro de 2021.

SIGILLÓ, Giovanna Penhalbel. Mulheres aprisionadas: uma história do patriarcado. **Outras Mídias**. Feminismo. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/mulheres-aprisionadas-uma-historia-do-patriarcado/> Acessado em: 06/01/2021.

SILVA, André Thomazoni Pessoa. Política Criminal de drogas no Brasil: uma análise sobre sistema penal, seletividade e mídia. **Dissertação**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2014. Disponível em:

<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37525/9.pdf?sequence=1>.

Acessado em: 07 de julho de 2021.

SILVA, Joyce Kelly Nascimento. Mulheres no tráfico de drogas: um estudo sobre a participação feminina em mercados ilícitos no Sumédio do Vale do São Francisco, nordeste brasileiro. **Tese de doutorado**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de pós-graduação em Ciências Sociais. 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/9083/1/joycekelidonascimentosilva.pdf>

Acessado em: 06 de janeiro de 2022

SOARES, Barbara Mussemeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**, Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; NONATO, Eunice Maria Nazareth; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Cenários da Educação de Mulheres Jovens e Adultas em situação de privação de liberdade no contexto brasileiro. **Ensaio: Avaliação em Políticas Públicas em Educação**. 28 (108) . Jul-Sep 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/fYHHJGBXxnPDQGqCSfPDCDz/?format=html>

Acessado em: 25 de abril de 2021.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG,2010.

TAVARES, Gilead Marchezi; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Atestado de Exclusão com Firma Reconhecida: o Sofrimento do Presidiário Brasileiro. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 24 (2), pp. 86-99, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/QKvZjrT8s3PckhJQQPw9jfp/abstract/?lang=pt>. Acessado

em 25 de junho de 2022.

TILIO, Rogério. O jogo discursivo na vida afetiva: a construção de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas: Mercado de Letras, 2003, p. 89-129.

TINOCO, Dandara. Impactos evidentes em uma população tornada invisível: os efeitos do coronavírus na vida das mulheres presas e egressas. **Instituto Igarapé**, Nova Estatística 34. Julho de 2020. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/07/2020-06-30-NE-34_Impacto-COVID-presas.pdf

Acesso em: 14 de agosto de 2021.

TEDESCHI, Losandro Antônio. O fazer histórico e a invisibilidade da mulher. **OPSIS**, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9347/6439> Acessado em: 06 de setembro de

2021

TREVAS, Juliana Torres Y Plá. Afetos e sobrevivências: relações entre mulheres em prisões de Pernambuco. **20º Congresso Brasileiro de Sociologia Universidade Federal do Pará**. Belém- PA. 2021. Disponível em:

<https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6I nBhemFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjQ6IjM3NDgiO30i O3M6MToiaCI7czozMjoiNzZhOTYxNDZmM2Y5ZGNiZTMwNjUyYzljYTk0YzRkZ mYiO30%3D> . Acessado em: 20 de março de 2022

WACQUANT, Loic. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WACQUANT, Loic. A aberração carcerária à moda francesa. **Dados**. V. 47, nº 2, p. 215-232. 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/kSpmwPC4WXXsQgp3KPfNHML/?lang=pt> Acessado em: 02 de fevereiro de 2022

WELZER-LANG, Daniel. **Les hommes violents**. Paris: Lierre; Coudrier Editeur. 1991

ZIRBEL, Ilze. Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate.

Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Florianópolis, março. 2007. Disponível em:

<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90380>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- DCH/CAMPUS II
COLEGIADO DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA
E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS (PPGESA)**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Esta pesquisa seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos
conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.**

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____
 Documento de Identidade nº: _____ Sexo: F () M ()
 Outros _____
 Data de Nascimento: ____/____/____
 Endereço: _____ Complemento: _____
 Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____
 Telefone: () _____/() _____/

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

- **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: Equidade de Gênero e Sistema Prisional Feminino: Narrativas de vida e formação de mulheres privadas de liberdade**
- **PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: Ebbe Humberta Fernandes Lima
Cargo/Função: Pesquisadora**

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

A senhora está sendo convidada para participar da pesquisa: Equidade de Gênero e Sistema Prisional Feminino: Narrativas de vida e formação de mulheres privadas de liberdade de responsabilidade da pesquisadora Ebbe Humberta Fernandes Lima, discente da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo analisar quais

foram/são as trajetórias de vida e formação de mulheres privadas e liberdade na Cadeia Pública de Petrolina-PE.

O desenvolvimento desta pesquisa ressalta a relevância em discutir, de forma mais ampla e aprofundada, as questões de gênero em um sistema prisional feminino, dando destaque aos processos formativos vivenciados por elas e apontando caminhos epistemológicos e metodológicos que possibilitem assegurar direitos e equidade de gênero nesses contextos. Bem como uma produção científica de saberes, discursos e práticas que promovam um ser/saber constituído numa perspectiva autônoma, contra hegemônica e descolonizadora, derrubando hierarquias e construindo resistências. Caso aceite, a senhora entregará cartas (auto)biográficas sobre fatos e acontecimentos relacionados as suas trajetórias de vida e formação, sendo essas cartas escritas pelas participantes ou pela pesquisadora. Para além disso, também haverá a utilização de narrativas orais registradas por meio de aparelhos gravadores de áudio, conforme propõe a pesquisa pela aluna Ebbe Humberta Fernandes Lima do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA. Devido à coleta de informações a senhora poderá sentir algum tipo de dano causado por meio da pesquisa, pequeno desconfortos provenientes da inserção do pesquisador no locus. Podendo acontecer durante a realização dos encontros, inquietações desagradáveis, como por exemplo, a narradora vir a ficar nervosa, e com isso, esquecer algum acontecimento ou conceito. Ainda levando em consideração os riscos devido a Pandemia da COVID-19, serão respeitados os protocolos de segurança vigentes. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo, bem como apresentando a possibilidade de escolher um nome fictício, caso não queira ser identificada. Caso queira a senhora poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que a senhora apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e a senhora caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira a senhora tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. A senhora receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos

pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Ebbe Humberta Fernandes Lima.

Endereço: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Av. Dr. Chastinet Guimarães, S/N.

Bairro: São Geraldo. CEP: 48.900-000. Juazeiro-BA

Telefone: (87) 98805-3421

E-mail: ebbelima@hotmail.com

Orientadora responsável: Prof^ª Dr.^a Edonilce da Rocha Barros

Bairro: São Geraldo. CEP: 48.900-000. Juazeiro-BA

Telefone: (87) 98805-3421

E-mail: ebarros@uneb.br

Co-orientador responsável: Prof. Dr. Pedro Paulo Souza Rios

Bairro: São Geraldo. CEP: 48.900-000. Juazeiro-BA

Telefone: (87) 98805-3421

E-mail: peudesouza@yahoo.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250, e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa Equidade de Gênero e Sistema Prisional Feminino: Narrativas de vida e formação escolar de mulheres privadas de liberdade, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do/a participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora discente
(Orientanda)

Assinatura da professora responsável
(Orientadora)

Assinatura do professor responsável
(Co-orientador)

APÊNDICE B - CARTA AUTOGERADORA

A carta auto geradora surge como um ponto de partida para iniciar as trocas de cartas com as participantes contendo as seguintes perguntas: Gostaria que se apresentassem contando suas histórias, nome e de onde vieram? Como é viver aqui? Como é frequentar a escola?

APÊNDICE C – CRONOGRAMA

| DATAS | PÚBLICO | ATIVIDADES |
|--------------|--------------------------------|---|
| 14/09/2021 | Coordenação | Apresentação oficial da temática da pesquisa a coordenação e o planejamento das visitas às mulheres privadas de liberdade. |
| 25/09/2021 | Mulheres privadas de liberdade | Palestra sobre a pesquisa com o seguinte título: Equidade de gênero e Sistema prisional feminino: As narrativas de vida e formação de mulheres privadas de liberdade. |
| 02/10/2021 | Mulheres privadas de liberdade | Palestra com o seguinte título: Os direitos das mulheres e as violências de gênero. |
| 16/10/2021 | Mulheres privadas de liberdade | Visitação, recebimento e/ou troca de cartas e entrevista com as participantes. |
| 30/10/2021 | Mulheres privadas de liberdade | Visitação, recebimento e/ou troca de cartas e entrevista com as participantes. |
| 17/11/2021 | Mulheres privadas de liberdade | Visitação, recebimento e/ou troca de cartas e entrevista com as participantes. |
| 20/11/2021 | Mulheres privadas de liberdade | Visitação, recebimento e/ou troca de cartas e entrevista com as participantes. |
| 26/11/2021 | Mulheres privadas de liberdade | Visitação e contato com os professores (as). |

| | | |
|------------|--------------------------------|--|
| 08/12/2021 | Mulheres privadas de liberdade | Visitação, recebimento e/ou troca de cartas e entrevista com as participantes. |
| 10/12/2021 | Mulheres privadas de liberdade | Visitação, recebimento e/ou troca de cartas e entrevista com as participantes. |